

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ – SR(27)



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ – SR(27)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN TCU n.º 119/2012, da Portaria TCU n.º 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional

Edson Luiz Bonetti

Chefe da Procuradoria Regional

José Pereira Lima Filho

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

José Alves Rodrigues Filho

Chefe da Divisão de Desenvolvimento

Ruberval Lopes da Silva

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Valdecy Alves dos Santos

Chefe da Divisão de Administração

Maria José Carneiro

Chefe da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Jailton Vasconcelos Manito

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	18
1 Identificação e atributos da Unidade Jurisdicionada	18
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	18
1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade Jurisdicionada	18
1.3 Organograma funcional.....	21
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	27
1.5 Macroprocessos de apoio	28
1.6 Principais parceiros	28
2 Planejamento estratégico, plano de metas e de ações	30
2.1 Planejamento das ações da Unidade Jurisdicionada.....	30
2.2 Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos	31
2.2.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária	31
2.2.2 Obtenção de Terras	32
2.2.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	32
2.2.4 Administração e Serviços Gerais	32
2.3 Execução do plano de metas ou de ações	33
2.4 Indicadores	36
2.4.1 Análise Crítica.....	39
3 Estrutura de governança e de autocontrole da gestão.....	40
3.1 Estrutura de governança	40
3.2 Avaliação e funcionamento dos controles internos.....	41
3.3 Remuneração paga a administradores	42
3.4 Sistema de correição.....	42
3.5 Cumprimento pela instância de correição da Portaria n.º 1.043/2007 da CGU.....	43
4 Programação e execução da despesa orçamentária e financeira	44
4.1 Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ	44
4.1.1 Informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ	44
4.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a programas temáticos de responsabilidade da UJ.....	45
4.1.2.1 Objetivos vinculados ao programa 2066	45
4.1.2.2 Objetivo vinculado ao programa 2012.....	53
4.1.2.3 Objetivo vinculado ao programa 2034.....	55

4.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da UJ.....	56
4.1.3.1 Iniciativa vinculada ao objetivo 0418.....	56
4.1.3.2 Iniciativas vinculadas ao objetivo 0419.....	57
4.1.3.3 Iniciativas vinculadas ao objetivo 0420.....	59
4.1.3.4 Iniciativas vinculadas ao objetivo 0421.....	63
4.1.3.5 Iniciativa vinculada ao objetivo 0422.....	66
4.1.3.6 Iniciativa vinculada ao objetivo 0412.....	67
4.1.3.7 Iniciativa vinculada ao objetivo 0987.....	68
4.1.4 Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ	69
4.1.4.1 Ações vinculadas ao programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	69
4.1.4.2 Ações vinculadas ao programa 2012 – Agricultura Familiar	85
4.1.4.3 Ações vinculadas ao programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	86
4.1.5 Informações sobre programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de responsabilidade da UJ.....	87
4.1.6 Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de responsabilidade da UJ	88
4.2 Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa	90
4.2.1 Identificação das unidades orçamentárias da UJ	90
4.2.2 Programação de despesas.....	91
4.2.2.1 Programação de despesas correntes.....	91
4.2.2.2 Programação de despesas de capital	91
4.2.2.3 Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência.....	91
4.2.2.4 Análise crítica	91
4.2.3 Programação de despesas.....	92
4.2.4 Execução orçamentária da despesa	95
4.2.4.1 Execução da despesa com créditos originários.....	95
4.2.4.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários.....	95
4.2.4.1.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos originários.....	96
4.2.4.2 Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação.....	98
4.2.4.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação	98
4.2.4.2.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação	99
4.2.4.3 Análise crítica	101

5 Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira	102
5.1 Reconhecimento de passivos.....	102
5.1.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	102
5.1.2 Análise crítica	103
5.2 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	103
5.2.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	103
5.2.2 Análise crítica	103
5.3 Transferências de recursos.....	104
5.3.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício	104
5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	104
5.3.3 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	104
5.3.4 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	105
5.3.5 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	106
5.3.6 Análise crítica	106
5.4 Suprimento de fundos.....	107
5.4.1 Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos	107
5.4.1.1 Suprimento de fundos – Visão geral.....	107
5.4.1.2 Suprimento de fundos – Conta tipo “B”	107
5.4.1.3 Suprimento de fundos – Cartão de crédito corporativo	107
5.4.1.4 Utilização da conta tipo “B” e do cartão de crédito corporativo pela UJ.....	108
5.4.1.5 Prestações de contas de suprimentos de fundos.....	108
5.4.2 Análise crítica	108
5.5 Renúncias tributárias sob a gestão da UJ	108
5.6 Gestão de precatórios	108
6 Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados	109
6.1 Composição do quadro de servidores ativos	109
6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada	109
6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada	110
6.1.2 Qualificação da força de trabalho.....	111
6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade.....	111
6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade	112
6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada	113

6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	115
6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e aposentadoria	115
6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada	115
6.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	115
6.1.6 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	116
6.1.7 Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação	116
6.1.7.1 Atos sujeitos à comunicação ao tribunal por intermédio do SISAc.....	116
6.1.7.2 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.....	117
6.1.7.3 Informações da atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os atos.....	117
6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	118
6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários.....	118
6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do Órgão.....	118
6.2.2 Informações sobre a substituição de terceirizados em decorrência da realização de concurso público	118
6.2.3 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	118
6.2.4 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	119
6.2.5 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão.....	120
6.2.6 Composição do quadro de estagiários.....	121
7 Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário	122
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.....	122
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário.....	124
7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial	124
7.2.2 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros	124
7.2.3 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ.....	125
8 Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento	126
8.1 Gestão da tecnologia da informação – TI.....	126
8.2 Análise crítica	128
9 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.....	130
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	130
9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água.....	131
10 Conformidades e tratamentos de disposições legais e normativas	132

10.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício	132
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	132
10.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	132
10.1.3 Recomendações da OCI atendidas no exercício	133
10.1.4 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	134
10.2 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna	134
10.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei n.º 8.730/93	135
10.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei n.º 8.730/93.....	135
10.3.2 Análise crítica	135
10.4 Modelo de declaração de atualização de dados no Siasg e Siconv.....	136
10.4.1 Modelo de declaração de atualização de dados no Siasg e Siconv	136
11 Informações contábeis	137
11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público	137
11.1.1 Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos	137
11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	137
11.2.1 Declaração plena	137
11.2.2 Declaração com ressalva	138
11.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei n.º 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008	139
11.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei n.º 6.404/1976.....	164
11.5 Composição acionária das empresas estatais.....	164
11.6 Parecer da Auditoria Independente.....	164
12 Outras informações sobre a gestão.....	165
PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	167
13 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis	167
14 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	168
ANEXOS.....	170

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	18
Quadro A.3.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ	41
Quadro A.4.1 – Programa de governo constante do PPA – Temático – Programa 2066	44
Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418.....	45
Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419	46
Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420.....	48
Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421	50
Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422.....	51
Quadro A.4.2.2 – Objetivos do programa temático – Objetivo 0412	53
Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987	55
Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV	56
Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6.....	57
Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7.....	58
Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK	59
Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL	60
Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO	61
Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP	62
Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES.....	63
Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU.....	64
Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW	65
Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1	66
Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB.....	67
Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A	68
Quadro A.4.4.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105.....	69
Quadro A.4.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114.....	70
Quadro A.4.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426.....	70
Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387	71
Quadro A.4.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460.....	72
Quadro A.4.4.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG.....	73
Quadro A.4.4.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384.....	74

Quadro A.4.4.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427	75
Quadro A.4.4.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7	76
Quadro A.4.4.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396	77
Quadro A.4.4.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398	78
Quadro A.4.4.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06	79
Quadro A.4.4.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320	80
Quadro A.4.4.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358	81
Quadro A.4.4.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374	82
Quadro A.4.4.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952	83
Quadro A.4.4.1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370	84
Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470	85
Quadro A.4.4.3.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da SRFA(08) – Ação 20T9	86
Quadro A.4.4.3.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da SRFA(08) – Ação 20TA	87
Quadro A.4.5 – Programa de governo constante do PPA – Programa 2120	87
Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000	88
Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572	89
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103	90
Quadro A.4.11 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa	92
Quadro A.4.12 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos originários	95
Quadro A.4.13 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários	96
Quadro A.4.14 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação	98
Quadro A.4.15 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação	99
Quadro A.5.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	102
Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	103

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	104
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes	104
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	105
Quadro A.5.7 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	106
Quadro A.6.1 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	109
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	110
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação em 31/12	111
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	111
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12.....	112
Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	113
Quadro A.6.7 – Composição do quadro de servidores inativos – Situação apurada em 31/12	115
Quadro A.6.8 – Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12	115
Quadro A.6.9 – Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU n.º 55/2007)	116
Quadro A.6.10 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU n.º 55/2007).....	116
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAc.....	117
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	117
Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	119
Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	120
Quadro A.6.19 – Composição do quadro de estagiários.....	121
Quadro A.7.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	124
Quadro A.7.3 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	125
Quadro A.8.1 – Gestão da tecnologia da informação da Unidade Jurisdicionada.....	126
Quadro A.9.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	130
Quadro A.9.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água	131
Quadro A.10.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	132
Quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	133

Quadro A.10.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	134
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	135
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv	136
Quadro A.11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício <i>não</i> refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada	138
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	170

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

<i>AMC</i> Aquisição de Materiais de Construção.	<i>DAH</i> Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano.
<i>Art.</i> Artigo.	<i>DBR</i> Declaração de Bens e Renda.
<i>Ater</i> Assistência Técnica e Extensão Rural.	<i>DEA</i> Coordenação-Geral de Monitoramento e Gestão da Informação.
<i>Ates</i> Assessoria Técnica, Social e Ambiental.	<i>Deca</i> Delegacia Especializada de Conflitos Agrários.
<i>AUD</i> Auditoria Interna do Incra – Brasília (DF).	<i>DET</i> Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação.
<i>Cadin</i> Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal.	<i>DF</i> Distrito Federal.
<i>CAR</i> Cadastro Ambiental Rural.	<i>DN</i> Decisão Normativa.
<i>Cauc</i> Cadastro Único de Convenientes.	<i>DOU</i> Diário Oficial da União.
<i>CCIR</i> Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.	<i>DW Siape</i> Data Warehouse Siape.
<i>CCU</i> Contrato de Concessão de Uso.	<i>e-Gov</i> Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.
<i>CD</i> Conselho Diretor.	<i>EJA</i> Educação de Jovens e Adultos no Campo.
<i>CDR</i> Comitê de Decisão Regional.	<i>Emater</i> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.
<i>CEP</i> Código de Endereçamento Postal.	<i>Embrapa</i> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
<i>CFC</i> Conselho Federal de Contabilidade.	<i>Fipe</i> Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
<i>CGU</i> Controladoria-Geral da União.	<i>Funai</i> Fundação Nacional do Índio.
<i>CNAE</i> Classificação Nacional de Atividades Econômicas.	<i>Gdapa</i> Gratificação de Desempenho da Atividade de Perito Federal Agrário.
<i>CNIR</i> Cadastro Nacional de Imóveis Rurais.	<i>Gdara</i> Gratificação de Desempenho da Atividade de Reforma Agrária.
<i>CNPJ</i> Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.	<i>GRCOSITCAR</i> Transação do Siape.
<i>Conab</i> Companhia Nacional de Abastecimento.	<i>ha</i> Hectare.
<i>Conama</i> Conselho Nacional do Meio Ambiente.	<i>Ibama</i> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
<i>CPAD</i> Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares.	<i>IBGE</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<i>CPF</i> Cadastro de Pessoa Física.	<i>IFPA</i> Instituto Federal do Pará.
<i>CPGF</i> Cartão de Pagamento do Governo Federal.	<i>IN</i> Instrução Normativa.
<i>CPL</i> Comissão Permanente de Licitações.	
<i>CRC</i> Conselho Regional de Contabilidade.	
<i>CRT</i> Contrato.	
<i>DA</i> Diretoria de Gestão Administrativa.	

Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Insuf. Insuficiência.

ISO *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para Padronização).

Iterpa Instituto de Terras do Pará.

Km Quilômetro.

LI Licença de Instalação.

LIO Licença de Instalação e Operação.

LO Licença de Operação.

LOA Lei Orçamentária Anual.

Locavel Locavel Serviços Ltda.

LP Licença Prévia.

MB Marabá (PA).

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MPOG Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MTE Ministério do Trabalho e Emprego.

NBC T Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).

NE Norma de Execução; Nota de Empenho.

NTI Núcleo de Tecnologia da Informação.

OCI Órgão de Controle Interno.

OS Ordem de Serviço.

PA Projeto de Assentamento; Estado do Pará.

PAD Procedimentos Administrativos Disciplinares.

PAE Projeto de Assentamento Agroextrativista.

PAF Projeto de Assentamento Florestal.

PBSM Plano Brasil Sem Miséria.

PC Plano de Compromissos; Prestação de Contas.

PDA Plano de Desenvolvimento de Assentamento.

PDS Projeto de Assentamento Sustentável.

PDTI Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

PEE Plano Ecológico Econômico.

PEI Planejamento Estratégico Institucional.

PETI Planejamento Estratégico de TI.

PhD *Philosophiae Doctor* (Doutor da Filosofia).

PLOA Projeto de Lei Orçamentária Anual.

PM Prefeitura Municipal.

PNDTR Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

PO Programação Orçamentária.

PPA Plano Plurianual.

PPCADI Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal.

PPR Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais.

PRA Plano de Recuperação de Assentamento.

Proc. Processo.

Pronaf Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Pronera Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

RA Relatório de Auditoria.

RAP Restos a Pagar.

RB Registro de Beneficiário.

RG Relatório de Gestão.

RIP Registro Imobiliário Patrimonial.

RP Restos a Pagar.

RTID Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

SDH Serviço de Desenvolvimento Humano.

Secex-PA Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará.

<i>Segep</i> Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento.	<i>SR(00)F</i> Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.
<i>Segup</i> Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.	<i>SR(00)G</i> Gabinete da Superintendência Regional.
<i>Sema</i> Secretaria de Estado de Meio Ambiente.	<i>SR(00)PFE/R</i> Procuradoria Regional.
<i>SF</i> Suprimento de Fundos.	<i>SR(00)T</i> Divisão de Obtenção de Terras.
<i>Siafi</i> Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.	<i>SR(00)UA</i> Unidade Avançada.
<i>Siape</i> Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.	<i>SR(27)</i> Superintendência Regional do Sul do Pará.
<i>Siasg</i> Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.	<i>SRF</i> Secretaria da Receita Federal do Brasil.
<i>Siconv</i> Sistema de Convênios do Governo Federal.	<i>SRFA</i> Superintendência de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.
<i>Sigef</i> Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal.	<i>SRFA(00)</i> Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.
<i>Siorg</i> Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal.	<i>STN</i> Secretaria do Tesouro Nacional.
<i>Sipra</i> Sistema de Informações Sobre Projetos de Reforma Agrária.	<i>TCE</i> Tomada de Contas Especial.
<i>SIR</i> Sistema de Informações Rurais.	<i>TCU</i> Tribunal de Contas da União.
<i>SISAc</i> Sistema de Controle de Ações de Comunicação.	<i>TD</i> Título Definitivo.
<i>Sisprot</i> Sistema de Comunicação e Protocolo.	<i>TDA</i> Títulos da Dívida Agrária.
<i>Sisterleg</i> ...	<i>TI</i> Tecnologia da Informação.
<i>SNCR</i> Sistema Nacional de Cadastro Rural.	<i>UFPA</i> Universidade Federal do Pará.
<i>SPIUnet</i> Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.	<i>UG</i> Unidade Gestora.
<i>SR</i> Superintendência Regional.	<i>UGO</i> Unidade Gestora Orçamentária.
<i>SR(00)A</i> Divisão de Administração.	<i>UJ</i> Unidade Jurisdicionada.
<i>SR(00)D</i> Divisão de Desenvolvimento.	<i>UMC</i> Unidade Municipal de Cadastramento.
	<i>UO</i> Unidade Orçamentária.
	<i>URL</i> <i>Uniform Resource Locator</i> (Localizador Uniforme de Recursos).
	<i>VR</i> Requisição de Viagens.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Individual é um documento que expressa e demonstra a execução física e orçamentária estabelecida no *Plano de Compromissos*, que configura as *Propostas de Distribuição de Metas Físicas e Limites Orçamentários* da Superintendência Regional do Sul do Pará para o exercício de 2012, ajustado pelo Decreto n.º 7.680, de 17/02/2012, dentre outras providências de natureza financeira, contábil, patrimonial etc., tidas como de interesse analítico pelos órgãos de controle. O referido documento se constitui numa das peças integrantes do processo de prestação de contas da UJ, nos termos da decisão prevista no art. 13, item II, da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010 e do Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 119/2012.

Encontramos muitos obstáculos para monitorar e avaliar os resultados de nossas ações no âmbito da Superintendência, principalmente em se obter as informações de maneira sistêmica, talvez pela falta de instrumentos eficientes de coleta, armazenamento e disponibilização dos dados. Salvo algumas ações que precisam ser ajustadas no decorrer do tempo, utilizamos como base de dados o Relatório de Monitoramento do SIR, construído pela Coordenação-Geral de Monitoramento e Gestão da Informação – DEA. Apesar dos entraves e dificuldades que impactaram a execução dos trabalhos no decorrer do exercício, mesmo assim, a Superintendência de Marabá procurou cumprir objetivamente suas atribuições e compromissos com a gestão pública em sua área de atuação. Os resultados alcançados pela UJ na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade estão compatibilizados com a gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório ora apresentado.

Através de Ordem de Serviço (OS) expedida pelo Gabinete da Superintendência, foi constituído o Grupo de Trabalho de elaboração do RG 2012, atendendo recomendação da DE/DEA do Incra (Sede), e composta por servidores de cada Divisão, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Controle da SR.

Contando com a conjugação de esforços de todos os membros indicados, foi possível elaborar e concluir o referido documento. Apesar das restrições orçamentárias e financeiras, decorrentes de corte no orçamento original do Incra, contingenciamentos nas dotações orçamentárias aprovadas, dentre outros fatores, ainda assim, foi possível superar a programação de algumas metas finalísticas tidas como prioritárias no contexto do planejamento de suas ações. Outras não atingiram os objetivos propostos pelo fato de terem se defrontado com alguns entraves burocráticos e regulamentares no percurso de sua contratação ou execução, como se denota nas ações de Crédito Instalação, Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica (estradas), Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (Ates), bem como Obtenção de Terras para fins de assentamento de famílias de trabalhadores rurais.

Ao longo do tempo, o Incra, através da Superintendência de Marabá, vem desenvolvendo um trabalho positivo no sentido de melhorar a qualificação dos assentamentos de reforma agrária de sua jurisdição, na busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Muitos projetos de assentamento já se tornaram unidades produtivas autossustentáveis. A SR vem trabalhando no sistema de parcerias com Estado e municípios, como forma de agregar valores e implementar ações no sentido de viabilizar os serviços de infraestrutura básica de implantação e recuperação de estradas vicinais em áreas de assentamento, objetivando permitir o acesso para escoamento da produção agrícola dos assentados. Também a formulação de contratos com empresas prestadoras de serviços na área de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar, é outra forma que vem obtendo bons resultados no que concerne à rentabilidade produtiva e geração de empregos na zona rural.

Os itens relacionados abaixo se aplicam à UJ, mas não houve ocorrência para os mesmos durante o exercício.

- Quadro A.4.4.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474;

- 5.4 Suprimento de fundos;
- Quadro A.6.10 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU n.º 55/2007);
- Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU n.º 55/2007);
- 6.1.7.3 Informações da atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os atos;
- 7.2.2 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros;
- 10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício;
- 11.2.1 Declaração plena.

Os itens relacionados abaixo *não se aplicam* à UJ.

- Quadro A.4.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110 (ação não realizada na área de abrangência da Lei n.º 11.952, de 2009);
- Quadro A.4.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378 (ação não realizada na área de abrangência da Lei n.º 11.952, de 2009);
- Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448;
- Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859;
- Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1;
- 4.2.2 Programação de despesas;
- Quadro A.4.7 – Identificação das unidades orçamentárias da UJ;
- Quadro A.4.8 – Programação de despesas correntes;
- Quadro A.4.9 – Programação de despesas de capital;
- Quadro A.4.10 – Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência;
- 5.4 Suprimento de fundos;
- Quadro A.5.8 – Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos (SF);
- Quadro A.5.9 – Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (Conta tipo “B”);
- Quadro A.5.10 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador;
- Quadro A.5.11 – Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica);
- Quadro A.5.12 – Prestações de contas de suprimento de fundos (Conta tipo “B” e CPGF);
- Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU n.º 55/2007);
- Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada;
- Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados;

- Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados;
- Quadro A.7.2 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros;
- Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício;
- Quadro A.11.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 Identificação e atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código Siorg: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Superintendência Regional do Sul do Pará		
Denominação Abreviada: SR(27)MB		
Código Siorg: 27615	Código LOA: –	Código Siafi: 133080
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones de Contato: (94) 3324-1216 / (94) 3324-1752		Fax: (94) 3324-4120
E-mail: Não há.		
Página na Internet: <http://www.incra.gov.br/index.php/para--maraba-sr-27>		
Endereço Postal: Av. Amazônia, S/n.º – Agrópolis Amapá – CEP 68502-090 – Marabá – PA		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A SR foi criada através da Resolução/Incra/CD/n.º 83, de 17 de outubro de 1996.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto n.º 6.812, de 03 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental do Incra; - Portaria/MDA/n.º 20, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre o Regimento Interno do Incra.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Informativo interno “Comunidade Marabá”. Algumas matérias avulsas são publicadas em jornal local.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
133081	Unidade Avançada de Tucuruí	
133082	Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia	
133083	Unidade Avançada de Conceição do Araguaia	
373063	Unidade Avançada de Xingu	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código Siafi da Unidade Gestora		Código Siafi da Gestão
–		–

1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criada pelo Decreto-Lei n.º 1.110, de 09 de

julho de 1970, com a missão precípua de implantar e conduzir a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como visão de futuro ser referência internacional de soluções de inclusão social. Está presente em todo o território brasileiro através de 30 Superintendências Regionais.

Os direitos, competências, atribuições e responsabilidades do órgão foram estabelecidos na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), em legislação complementar e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria n.º 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 09 de abril de 2009.

De acordo com o Regimento Interno do Incra, a Superintendência Regional é um órgão descentralizado, ao qual compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, regularização da estrutura fundiária, implantação e desenvolvimento de assentamentos rurais.

A Superintendência Regional do Incra em Marabá (PA), foi criada considerando a incontestável exigência à época, decorrente dos constantes conflitos agrários existentes no Estado do Pará, mormente aqueles em determinados municípios localizados nas regiões Sul e Sudeste do Estado, considerando também a posição estratégica da Unidade Avançada de Marabá, sediada no município de Marabá, bem como a infraestrutura técnica e administrativa existente. A SR trabalha atualmente com o universo de 495 projetos de assentamento, e área de abrangência em 39 municípios das regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará, beneficiando cerca de 70.524 famílias assentadas. Dentro das ações de sua competência, a SR, dotada dos instrumentos de que dispõe, vem desenvolvendo gestão no sentido de atender com eficiência e eficácia sua clientela rural, apesar das restrições orçamentárias e financeiras e um quadro deficiente de pessoal reduzindo a cada ano. Mesmo assim, o senso de superação dos servidores vem fazendo a máquina funcionar em busca dos objetivos estratégicos delineados anualmente pela Autarquia, no intuito de dar cumprimento à sua programação operacional de metas, executar a Reforma Agrária visando a melhor distribuição da terra obtida, onde abaixo podemos destacar algumas iniciativas que estão sendo desenvolvidas no âmbito da Regional, com a finalidade de oferecer digna qualidade de vida às famílias assentadas.

- Propiciar o escoamento da produção agrícola dos assentados através da execução de obras de infraestrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais;
- Educação do Campo – capacitação e formação de profissionais nos níveis médio e superior para atuar nas áreas de assentamentos;
- Parcerias através de convênios com prefeituras municipais e outras entidades com o objetivo de atender demandas alternativas;
- Democratização das ações relativas ao Programa de Reforma Agrária;
- Fazer gestão no sentido de promover paz, produção e qualidade de vida no meio rural;
- Promover assistência técnica, social e ambiental nos assentamentos de reforma agrária, no intuito de garantir o desenvolvimento rural sustentável;
- Conceder créditos nas modalidades Apoio Inicial, Fomento, Apoio Mulher, Aquisição de Material para Construção e Recuperação de Moradia Rural, como forma de fixação do assentado no seu lote de terra;
- Incentivo ao Programa de Documentação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em ação conjunta com órgãos vinculados à questão através dos Mutirões da Cidadania;

- Interagir com os movimentos sociais organizados, sindicatos e associações de trabalhadores rurais da região nas decisões de planejamento das ações estratégicas de reforma agrária;
- Intervenção da Ouvidoria Agrária Regional na mediação de conflitos agrários e amenização nos níveis de tensão social por acaso existentes;
- Monitorar e dar assistência necessária nos acampamentos de pessoas sem terra existentes na região de abrangência da SR;
- Ter a Reforma Agrária como mola propulsora do desenvolvimento rural integrado na região;
- Fomentar ações a serem desencadeadas no programa Territórios da Cidadania, no intuito de promover o desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do País que mais precisam de programas básicos de cidadania, mediante integração de ações do Governo Federal, Estadual e Municipal;
- Gerenciar e fiscalizar as ações de cadastro rural, cartografia e regularização fundiária;
- Estimular o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf no âmbito da SR, orientando o assentado no sentido de gerar fonte de financiamento para dar sustentabilidade produtiva na sua terra.

1.3 Organograma funcional

A Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará – SR(27) com sede na cidade de Marabá (PA), é um órgão descentralizado, responsável pela coordenação e execução das ações do Incra no Sul e Sudeste do Estado. Cabe à Superintendência coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também deve garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Incra. Existem ainda quatro *unidades avançadas*, órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados à Superintendência, conforme disposto no Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria n.º 20 de 08 de abril de 2009, publicada no DOU de 09 de abril de 2009.

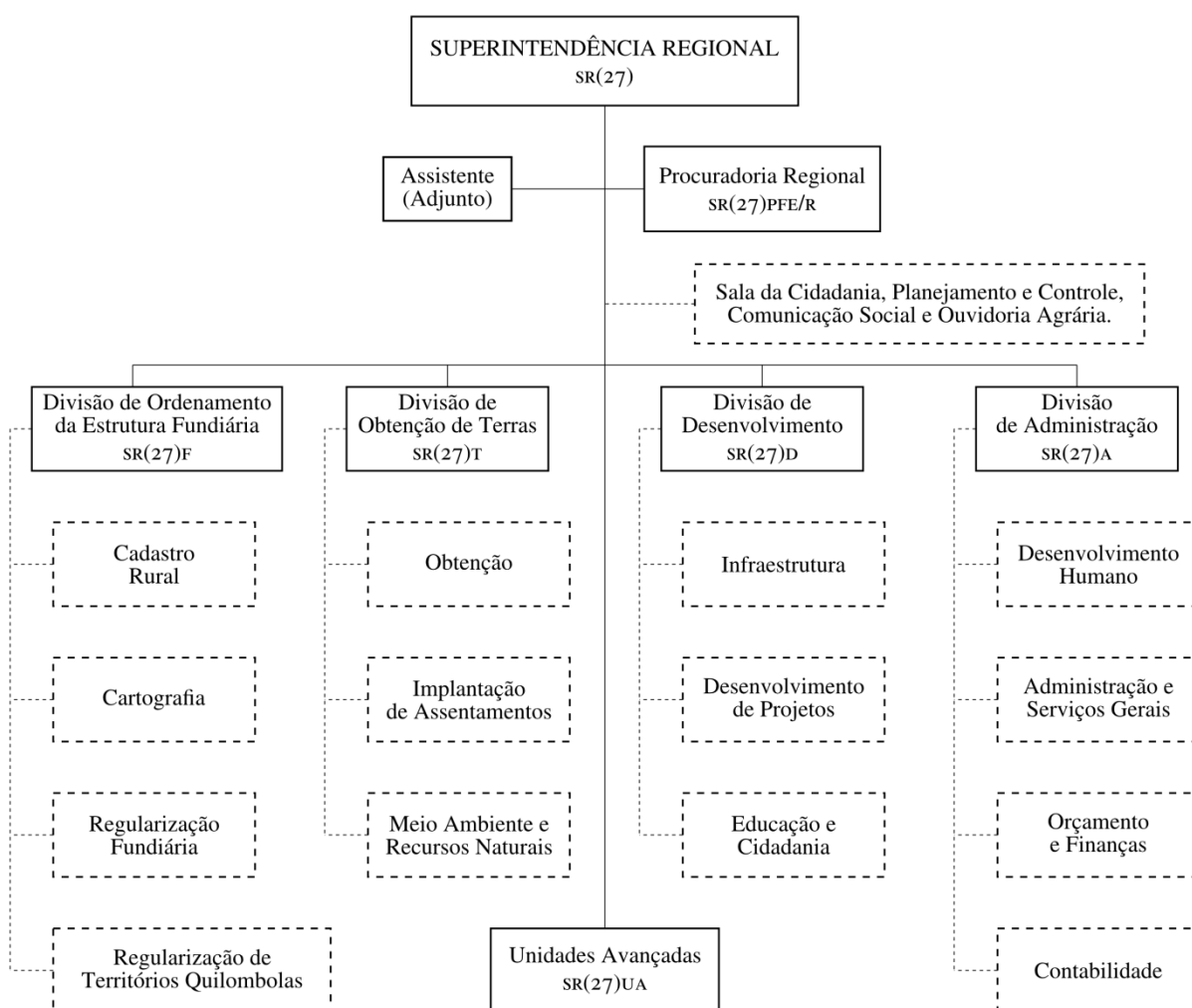


Figura 1 – Organograma funcional, conforme Decretos n.º 5.735, de 27/03/2006 e n.º 5.928, de 13/10/2006.

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, apresentada através do organograma acima, foi definida através dos decretos n.º 5.735, de 27/03/2006 e n.º 5.928, de 13/10/2006 e Portaria/MDA n.º 69, de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto n.º 6.812, de 03/04/2009 e Portaria n.º 20, de 08/04/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA(00), no mesmo nível das demais divisões; estabelecendo as atribuições/competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

À *Superintendência Regional – SR(00)*: órgão descentralizado, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do Cadastro de Imóveis Rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional – SR(00)G possuem as seguintes atribuições:

a) De *Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania)*: Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR de acordo com as normas vigentes; emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR; emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com a norma vigente; buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) De *Planejamento e Controle*: Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional na elaboração de seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de *softwares* e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; manter controle dos *softwares* adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; dar suporte às demandas da Auditoria Interna do Incra; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) De *Comunicação Social*: Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do Incra; produzir comunicação interna das atividades da

Superintendência Regional; realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na Internet; produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) De *Ouvidoria Agrária*: Prevenir e mediar conflitos agrários; articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I. À *Procuradoria Regional – SR(00)PFE/R*: Compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas coordenações-gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II. À *Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(00)F*: Compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De *Cadastro Rural*: Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e sua integração ao SNCR; propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De *Cartografia*: Analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do Incra; adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De *Regularização Fundiária*: Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência.

cia; propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/Incrá, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuados os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; elaborar o Plano Ecológico Econômico – PEE; analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III. À *Divisão de Obtenção de Terras – SR(00)T*: Compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De *Obtenção*: Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De *Implantação de Assentamentos*: Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; executar as ações voltadas à desintrusão de não índios em terras indígenas; providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De *Meio Ambiente e Recursos Naturais*: Elaboração de mapeamentos temáticos; adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo Incra; fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamento de reforma agrária; monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com sua competências.

IV. À *Divisão de Desenvolvimento – SR(00)D*: Compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimentos dos projetos de assentamento, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De *Infraestrutura*: Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de Ates, e dos serviços de topografia; promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates; proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos

Assentamentos; nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De *Desenvolvimento de Projetos*: Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sociocultural e econômico dos projetos; analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; promover a integração de políticas públicas e ações do Incra objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; emitir Contrato de Concessão de Uso – CCU aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De *Educação e Cidadania*: Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do Pronera; divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o Pronera e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao Pronera e à cidadania; apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do Programa de Reforma Agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; articular a interação dos cursos executados no âmbito do Pronera, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V. À *Divisão de Administração – SR(00)A*: Compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De *Desenvolvimento Humano*: Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do

servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De *Contabilidade*: Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o Plano de Contas da União; orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; instaurar processos de Tomada de Contas Especial; promover o registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi dos órgãos inadimplentes; controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De *Administração e Serviços Gerais*: Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; manter e controlar os serviços de telecomunicação; supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; controlar a autorização para transporte de cargas; recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a Sede do Incra; manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De *Orçamento e Finanças*: Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; movimentar, sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do Incra, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi; registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI. À *Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA(00)*: Compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao *Serviço Técnico – SRFA(00)T*: Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades

des de regularização fundiárias dos ocupantes das terras públicas; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do Incra, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuados os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao *Serviço Administrativo – SRFA(00)A*: Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; examinar as prestações de contas de diárias e suprimento de fundos; acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; solicitar, manter e controlar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao Escritório Regional e Superintendência; expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII. Às *Unidades Avançadas – SR(00)UA*: São órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às superintendências regionais, e lhes compete executar as atividades finalísticas, especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes às ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Demonstramos abaixo os macroprocessos finalísticos de suporte às ações finalísticas da SR e seus desdobramentos como vetores estratégicos e essenciais na consecução dos objetivos e metas estabelecidas pela Regional ao longo do exercício.

Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

- Desapropriação/Aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária;
- Criação de Projetos de Assentamento;
- Licenciamento ambiental prévio e de instalação e operação dos PAs criados;
- Assentamento de famílias de trabalhadores rurais.

Desenvolvimento de Assentamentos

- Concessão de Crédito Instalação as famílias assentadas;
- Implantação de infraestrutura básica (estrada, energia elétrica, água etc.);
- Assistência técnica, social e ambiental nos assentamentos;
- Acesso à capacitação profissional e educacional em todos os níveis;
- Incentivo à agroindustrialização e comercialização de produtos agrícolas, culminando com a geração de emprego e renda aos trabalhadores rurais;
- Titulação, concessão e destinação de terras em projetos de assentamento.

Ordenamento da Estrutura Fundiária

- Gerenciamento e fiscalização cadastral de imóveis rurais;
- Demarcação topográfica dos lotes ou parcelas rurais;
- Georreferenciamento e certificação cadastral de imóveis rurais;
- Regularização fundiária e titulação de imóveis rurais.

1.5 Macroprocessos de apoio

Demonstramos abaixo os macroprocessos de apoio as atividades-meio e de suporte às ações finalísticas da SR e seus desdobramentos como vetores estratégicos e essenciais na consecução dos objetivos e metas estabelecidas pela Regional ao longo do exercício.

Administração e Serviços Gerais/Tecnologia da Informação

- Disponibilização de recursos orçamentários e financeiros;
- Manutenção da frota de veículos em pleno funcionamento;
- Disponibilização de combustível para uso nos trabalhos e ações da SR;
- Capacitação de servidores ativos para melhor desempenhar suas atividades;
- Manutenção do quadro de servidores aptos para atender as tarefas da SR;
- Disponibilização de serviços básicos para dar suporte às ações finalísticas;
- Agilização na tramitação de processos em vias de empenho e pagamento;
- Procedimento licitatório de convênios e contratos em tempo hábil;
- Suporte permanente ao usuário na área de tecnologia da informação;
- Implantação de programas internos para atender os trabalhos desenvolvidos na SR;
- Disponibilização de equipamentos de informática em condições de uso.

1.6 Principais parceiros

Indicamos abaixo os principais parceiros que contribuem no processo de implementação das ações desenvolvidas pela SR e essenciais na consecução dos objetivos e metas estabelecidas pela Regional ao longo do exercício.

- Prefeituras Municipais;
- Estado (Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Sema, Instituto de Terras do Pará – Iterpa e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – Emater);
- Ibama;
- IFPA;
- UFPA;
- Funai;
- Conab;

- Empresas prestadoras de serviços de Ater;
- Órgãos e entidades que integram as ações dos Mutirões da Cidadania do PNDTR (Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – Segup/PA, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, prefeituras municipais e cartórios de registro civil municipais).

2 Planejamento estratégico, plano de metas e de ações

2.1 Planejamento das ações da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência Regional do Incra em Marabá (PA), trabalha com o universo de 495 projetos de assentamento, e área de abrangência em 39 municípios das regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará, beneficiando cerca de 69.778 famílias assentadas. Dentro das ações de sua competência, a SR, dotada dos instrumentos de que dispõe, vem desenvolvendo gestão no sentido de atender com eficiência e eficácia sua clientela rural, apesar das restrições orçamentárias e financeiras e um quadro deficiente de pessoal reduzindo a cada ano. Mesmo assim, o senso de superação dos servidores vem fazendo a *máquina* funcionar em busca dos objetivos estratégicos delineados anualmente, no intuito de dar cumprimento à sua programação operacional de metas, executar a Reforma Agrária visando a melhor distribuição da terra, em consonância com as diretrizes emanadas no Plano Plurianual 2012–2015, e identificados com os programas temáticos de reforma agrária e ordenamento fundiário. Abaixo podemos destacar algumas iniciativas que foram desenvolvidas no âmbito da Regional, com a finalidade de oferecer digna qualidade de vida às famílias assentadas e poder atingir os objetivos estratégicos traçados para este exercício.

- Propiciar o acesso de assentados ao projeto de assentamento através da execução de obras de infraestrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola;
- Educação do Campo – capacitação e formação de profissionais nos níveis médio e superior para atuar nas áreas de assentamentos;
- Parcerias através de convênios com prefeituras municipais e outras entidades com o objetivo de atender demandas alternativas;
- Democratização das ações relativas ao Programa de Reforma Agrária;
- Fazer gestão no sentido de promover paz, produção e qualidade de vida no meio rural;
- Promover assistência técnica, social e ambiental nos assentamentos de reforma agrária, no intuito de garantir o desenvolvimento rural sustentável;
- Conceder crédito Apoio Inicial, Fomento, Aquisição de Material para Construção e Recuperação de Moradia Rural, como forma de fixação do assentado no seu lote de terra;
- Incentivo ao Programa de Documentação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em ação conjunta com órgãos vinculados à questão através dos Mutirões da Cidadania;
- Interagir com os movimentos sociais organizados, sindicatos e associações de trabalhadores rurais da Região nas decisões de planejamento das ações estratégicas de reforma agrária;
- Incentivo à agroindústria e comercialização da produção rural nos assentamentos pelo Programa “Terra Sol” através de parcerias com entidades governamentais e não governamentais;
- Intervenção da Ouvidoria Agrária Regional na mediação de conflitos agrários e tensão social;
- Monitorar e dar assistência necessária nos acampamentos existentes na região de abrangência da SR;
- Ter a reforma agrária como mola propulsora do desenvolvimento rural integrado na Região;

- Fomentar ações a serem desencadeadas no programa Territórios da Cidadania, no intuito de promover o desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do País que mais precisam de programas básicos de cidadania, mediante integração de ações do Governo Federal, Estadual e Municipal.
- Estimular o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf no âmbito da SR, orientando o assentado no sentido de gerar fonte de financiamento para dar sustentabilidade produtiva na sua terra.

Alguns dos tópicos acima serão dissecados no bojo do relatório, como forma de demonstrar o nível de execuções físicas e financeiras dos programas e ações que fizeram parte do plano de compromissos viabilizado pela SR no exercício de 2012.

2.2 Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos

A partir da realização do Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra, cujo objetivo do evento foi o de construir a agenda estratégica do órgão, bem como estabelecer as marcas de gestão da Autarquia, dando início ao traçado das diretrizes operacionais para execução das ações do Incra e melhoria dos processos referentes à criação, implantação, consolidação de projetos de assentamento e ordenamento da estrutura fundiária no exercício de 2012.

Foi elaborado o Plano de Compromissos contendo as propostas de metas físicas e limites orçamentários da SR para atender as despesas de execução no exercício de 2012.

A Superintendência Regional elaborou suas propostas de trabalho dentro dos programas temáticos e seus desdobramentos em ações estratégicas e iniciativas delineadas para o exercício, conforme abaixo descritos:

- a) Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária;
- b) Agricultura Familiar; e
- c) Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

2.2.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

- Gerenciar os imóveis contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, integrando as informações do SNCR ao Serviço de Registro Imobiliário, bem como georreferenciar e regularizar as terras públicas federais arrecadadas e matriculadas em nome do Incra, na área de jurisdição da Superintendência Regional;
- Proceder as atualizações cadastrais e expedição de CCIR;
- Coordenar as atividades de cartografia e georreferenciamento da malha fundiária regional;
- Coordenar e monitorar as atividades desenvolvidas através das Unidades Municipais de Cadastro; e
- Apoiar no sentido da implementação das ações desenvolvidas através do Programa Terra Legal Amazônia objetivando a regularização das áreas da União ocupadas por posseiros, cujos processos tramitarão por três etapas: o cadastramento do beneficiário e da área, o georreferenciamento das áreas cadastradas e a titulação da propriedade. O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em nove estados da Amazônia Legal, tendo como marco regulatório a Lei n.º 11.952/2009.

2.2.2 Obtenção de Terras

- Agilização dos processos de obtenção de terras apoiada na implantação de um sistema integrado de informações sobre terras e mercado, para possibilitar a implementação do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, definição de áreas prioritárias para intervenção governamental, sem cumprimento da função social, possibilitando a potencialização dos investimentos promotores de transformação da estrutura agrária;
- Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento;
- Identificação de áreas públicas com perspectiva de assentamento de famílias sem terra; e
- Licenciamento Ambiental de assentamentos da Reforma Agrária de acordo com as instruções normativas e protocolares junto aos órgãos de meio ambiente.

2.2.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

- Proporcionar o acompanhamento da situação socioeconômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas;
- Intensificar ações no sentido da demarcação topográfica e implantação de infraestrutura básica nos projetos de assentamento criados oficialmente pelo Incra;
- Conceder Crédito Instalação como garantia de fixação e sustentabilidade às famílias assentadas;
- Promover o assessoramento técnico, social e ambiental para os assentados de forma a fomentar as práticas socioambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia;
- Fazer gestão no sentido de reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra nas áreas de assentamento;
- Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária, mediante celebração de convênio com instituições de ensino; e
- Implementar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, realizados através dos Mutirões da Cidadania, como forma de inclusão social ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal. Esta ação vem sendo executada com êxito pela SR.

2.2.4 Administração e Serviços Gerais

Fazer gestão no sentido da racionalização dos procedimentos das atividades administrativas, utilizando, dentre outros, a faculdade da renegociação dos contratos de prestação de serviços, controle das despesas, tais como: serviços de telecomunicações, energia elétrica, material de consumo, serviços de vigilância, limpeza e conservação predial, reprografia etc., além do controle e preservação do acervo patrimonial da UJ, avaliando constantemente as demandas, visando essencialmente otimizar a relação custo/benefício. Os serviços de Contabilidade e Finanças estarão sempre aptos e eficientes à análise e conferência dos processos de despesas e o de Recursos Humanos habilitado às tarefas de sua alçada, mormente no que diz respeito à prestação de assistência ao servidor ativo e inativo da SR. Favorecer acesso à capacitação e qualificação dos servidores para melhor desempenho de suas atividades internas, procurando elevar a qualidade do trabalho junto à clientela rural. Administrar os serviços de transportes e executar as atividades de protocolo. Em razão das aposentadorias e saídas voluntárias de servidores que estão ocorrendo anualmente, a Superintendência Regional vem passando por dificuldades para

executar seu plano de ação, dada a carência de recursos humanos em todas as áreas de atuação. Talvez a realização de concurso público regionalizado poderia ser a solução e amenizaria o fluxo de evasão de pessoal para outras localidades. No entanto, há perspectiva do ingresso de novos servidores concursados para somar aos já existentes no próximo exercício.

Para viabilizar o cumprimento dos objetivos estratégicos consubstanciado no Plano de Compromissos pactuado e aprovado para o exercício em referência, alguns fatores de risco concorreram para impedir ou frear o andamento da execução do plano, quais sejam: conflitos agrários imprevisíveis nas áreas de trabalhos; ocupação da sede da SR por trabalhadores(as) rurais oriundos de acampamentos por vários dias; greve geral de servidores do Incra prolongada por alguns meses; escassez de recursos orçamentários e financeiros para atender os convênios e contratos e outras despesas de suporte operacional; atendimentos de questões ou demandas pontuais extra-plano, muitas vezes de caráter emergencial; intrafegabilidade das estradas de acesso às áreas de trabalho, etc. Apesar disto, a Direção da Superintendência fez todo esforço possível no sentido de reverter o quadro e buscar os meios necessários para consecução dos objetivos programados.

2.3 Execução do plano de metas ou de ações

Apesar dos entraves e dificuldades que se defrontaram na execução das ações programadas para o exercício de 2012, mesmo assim, ainda foi possível desenvolver um trabalho que culminasse com a superação de algumas metas tidas como prioritárias no contexto da reforma agrária das regiões Sul e Sudeste do Pará, em cumprimento ao Plano de Compromissos pactuado com a direção do órgão.

Apesar da reduzida capacidade operacional e dentro das limitações orçamentárias disponibilizadas, a SR conseguiu alcançar os resultados esperados nas ações programadas no Plano. No que concerne às ações do programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária faremos uma descrição das ações que foram trabalhadas durante a execução do plano.

As ações cadastrais forma imprescindíveis para permitir o acesso ao crédito e financiamento da agricultura familiar e do agronegócio, mediante a expedição do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, pois este é o documento oficial que comprova a regularidade cadastral dos imóveis rurais.

As ações de Regularização Fundiária nos Estados da Amazônia Legal, realizadas terras públicas e devolutas, são coordenadas pelo MDA, conforma o regramento específico da Lei n.º 1.952, de 25 de junho de 2009, que instituiu o Programa Terra Legal Amazônia como operador da regularização fundiária em áreas rurais e urbanas (sedes municipais). Em Marabá, os trabalhos desenvolvidos nessa área, estão afetos a Divisão Estadual de Regularização Fundiária – SRFA(08), instalada nas dependências da SR, e o controle das ações estão centralizadas na Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA em Brasília (DF).

Nas ações de avaliação e obtenção de imóveis rurais, foram realizadas vistorias para levantamento de dados e informações com fins de desapropriação e imissão na posse do imóvel obtido pelo Incra para atender o Programa de Reforma Agrária. Em decorrência dessas ações, foram criados 3 (três) projetos de assentamento.

Na ação de cadastro e seleção de famílias para fins de assentamento, foram desenvolvidos trabalhos de cadastramento de famílias candidatas a beneficiárias do Programa de Reforma Agrária, assim como, supervisão ocupacional e regularização das informações cadastrais constantes do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – Sipra, e quando fosse o caso, adotar-se-ia os procedimentos posteriores de retomadas de lotes ocupados irregularmente, consoante os atos normativos pertinentes ao fato. É um trabalho que contribuiu para moralização nos assentamentos e repercutiu de maneira positiva quando se adota providências no sentido de frear a compra e venda de lotes, as infrações ambientais e o descumprimento das obrigações que caracterizam o contrato de assentamento.

Nesta ação, foram registrados os assentamentos de 2.071 famílias de trabalhadores rurais, superando a meta de governo reprogramada de 1.850 famílias.

Nas ações de implantação e recuperação de infraestrutura viária, concessão de crédito instalação às famílias assentadas e demarcação topográfica em PAs foram viabilizadas condições básicas de acesso nas áreas de assentamentos, através da celebração de convênios com entes municipais da região, cujas obras são acompanhadas e fiscalizadas por técnicos do Incra. Há de se destacar a carência na SR de profissionais na área de engenharia civil para atender as frentes de trabalhos, os entraves com licenciamento ambiental e dificuldades técnicas por parte das Prefeituras Municipais, falta de recursos financeiros, impactaram na execução dos convênios e prejudicaram a execução da meta da ação 8396. Com relação à concessão de créditos instalação necessários à estruturação inicial e desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária, foram recepcionadas as demandas e realizadas as tarefas de instrução dos processos de acordo com as normas que disciplinam as operações, no sentido de beneficiar cerca de 2.548 famílias nas diversas modalidades de créditos. Ressaltando, porém, que os recursos empenhados para fazer face ao atendimento desta ação ficaram inscritos em “Restos a Pagar” e a execução da meta física prejudicada pela falta de repasse financeiro em tempo hábil. A instituição da modalidade Apoio Mulher do crédito instalação promoveu o fortalecimento das organizações produtivas das assentadas da reforma agrária através do acesso ao crédito. As concessões e aplicações de créditos instalação às famílias assentadas são supervisionadas e fiscalizadas por técnicos do Incra. Quanto à ação de demarcação topográfica em parcelas rurais, a SR, apesar de ter providenciado a elaboração dos projetos básicos, não pode dar sequência em razão de que os recursos orçamentários, já quase ao término do exercício, não chegaram em tempo hábil para que fosse realizado o procedimento licitatório. A demanda desta ação deve ser retomada no próximo exercício.

Dentro do programa Agricultura Familiar, a Assistência Técnica, Social e Ambiental (Ates), tida como um programa prioritário, foi contemplada com a celebração de contratos com empresas prestadores de serviços e que vêm atuando tecnicamente nas áreas de assentamento, auxiliando no processo de estruturação das unidades de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Como trata-se de ação continuada, estão sendo atendidas nessa atividade acima de 32.000 famílias de produtores rurais. Esta ação recebe o acompanhamento e fiscalização por parte de técnicos do Incra.

A ação de Educação Rural (Pronera), atuando de forma continuada, tem como objetivo fundamental fortalecer a educação e cidadania nas áreas de assentamento rural, onde se pretende reiniciar um convênio com o Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará – IFPA para dar seguimento aos projetos educacionais necessários para atender as comunidades rurais da região. Atualmente esta ação está sendo coordenada mais diretamente pela asseguradora do programa no Incra (Sede) em Brasília (DF).

A ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, que tem por objetivo transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas, obteve resultado significativo acima do previsto, com a expedição de 2.317 documentos de titulação, sendo 2.218 Contratos de Concessão de Uso – CCU e 99 Títulos Definitivos – TD, superando a meta programada que era a expedição de 869 documentos de titulação.

Nas ações de Administração da Unidade e Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação, os trabalhos desenvolvidos estão diretamente relacionados ao fornecimento de suporte às atividades finalísticas do órgão, ou seja, dando condições de estrutura e logística para execução de suas ações, assim como manter operando regularmente os serviços inerentes à sua alçada de competência, já que são quesitos imprescindíveis ao funcionamento da máquina administrativa local, apesar das limitações e cortes orçamentários que vêm impactando na sustentabilidade desta ação. Dentro do processo de modernização e valorização dos servidores, ressaltamos que a ação de

capacitação funcional está sendo coordenada e controlada pelo Incra/Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano – DAH em Brasília (DF).

2.4 Indicadores

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais.	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei n.º 5.868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha), multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela Jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em <www.ibge.gov.br>.	69,0%
Índice de análise de processos de certificação de imóveis.	Indica o percentual de processos de certificação finalizados no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN/Incra n.º 25/2005 e NE n.º 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas Sisprot, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – conforme sistema Sisprot, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	54,0%
Área: Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras.	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo Incra por hectares, no exercício.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	R\$/hectare	(Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício[3], dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício), no nível de agregação[4].	• Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – gastos no Programa 0135 / Ação 4460 – Siafi e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – conforme a publicação do Decreto – SIR e Sipra.	2.505,04

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação.	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação – informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	15,0%
Índice de horas de capacitação.	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários – informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	5,0%
Índice de aprovação de convênios.	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN n.º 1/93 e Lei n.º 8.666/1993.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício pela quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	• Siafi e Siconv.	100,0%
Índice de qualidade de dados.	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema / Superintendência / Diretoria / Brasil	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades pela quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	• Quantidade de inconformidades – informado pela AUD.	–
							• Quantidade de registros analisados – informado pela AUD.	

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou similares. Contabilizar somente uma licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou similares. Contabilizar somente uma licença por assentamento. As licenças “similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o Incra tem a obrigação de licenciar. As licenças “similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos relatórios de gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos relatórios de gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destacar nos relatórios de gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do Incra apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado). O índice de gasto com obtenção de terras utilizado no texto do relatório de gestão foi de R\$ 2.505,04 (reais/ha), sendo considerados os 2 imóveis que tiveram TDAs lançados no exercício 2012, totalizando 24.037,6904 ha. Foram pagos R\$ 60.215.264,05 nos referidos imóveis.

2.4.1 Análise Crítica

Índice de gastos com Obtenção de Terras: Somente 2 imóveis tiveram TDAs lançados neste exercício, totalizando 24.037,6904 ha. A grande diferença entre a meta física prevista (6.094,0000 ha) e a executada ocorreu pelo lançamento de um imóvel, localizada em Santa Maria das Barreiras (PA), cuja área é de 21.263,0725 ha. Em relação à execução orçamentária, foram pagos R\$ 60.215.264,05 referentes aos 2 imóveis rurais citados, que impactaram diretamente na meta física realizada de Obtenção de Terras para o exercício, sendo que apenas R\$ 1.103.016,21 (indenização de benfeitorias e sobra de TDAs) foram descentralizados para pagamento diretamente pela Superintendência, os demais valores foram pagos diretamente pelo Incra (Sede). O índice de gasto com Obtenção de Terras pela Superintendência foi de 2.505,04 reais/hectare, sendo considerados estes imóveis obtidos no exercício.

3 Estrutura de governança e de autocontrole da gestão

3.1 Estrutura de governança

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

3.2 Avaliação e funcionamento dos controles internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			×		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			×		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				×	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					×
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				×	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			×		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					×
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				×	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					×
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da Unidade Jurisdicionada estão formalizados.					×
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				×	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			×		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			×		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			×		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			×		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	×				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				×	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					×
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				×	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				×	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			×		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					×
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				×	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				×	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		×			
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					×
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					×
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					×
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				×	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					×
Análise crítica:					
Escala de valores da avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <i>não observado</i> no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <i>parcialmente observado</i> no contexto da UJ, porém, <i>em sua minoria</i> . (3) Neutra: Significa que <i>não há como avaliar</i> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <i>parcialmente observado</i> no contexto da UJ, porém, <i>em sua maioria</i> . (5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <i>integralmente observado</i> no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração paga a administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU n.º 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4 Sistema de correição

O Sistema de Correição nesta Unidade Jurisdicionada fica a cargo do Serviço de Desenvolvimento Humano que, conforme demanda, designa comissões de sindicâncias e/ou procedimentos administrativos disciplinares. A estrutura compõe-se de sala própria com equipamentos básicos e de um servidor especificamente designado para coordenar as atividades e alimentar o sistema CGU/PAD, produzindo demais informações.

A UJ não possui norma específica que normatiza as atividades inerentes ao sistema, tomando-se por base a Lei n.º 8.112/90 e demais legislação que couber ao caso.

No exercício 2012 foram instauradas e concluídas 2 (duas) sindicâncias, sendo que a estrutura foi utilizada por Comissões de PAD, constituídas pelo Incra (Sede), cujas informações ficam a cargo daquele Órgão.

Ressaltamos que este trabalho tem sido timidamente executado em função do escasso número de servidores com disponibilidade para execução de atividades nesse sistema.

3.5 Cumprimento pela instância de correção da Portaria n.º 1.043/2007 da CGU

Esta Superintendência Regional possui servidores com acesso ao sistema CGU/PAD que vêm fazendo os registros dos procedimentos que tramitam nesta UJ.

4 Programação e execução da despesa orçamentária e financeira

4.1 Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de governo constante do PPA – Temático – Programa 2066

Identificação do Programa de Governo					
Código do Programa		2066			
Título		Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$1,00)					
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d – e)	
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		2.674.035.000,00	1.351.073.356,00	8.423.771.000,00	
b) Outras Fontes		—	—		
c) Subtotais (a + b)		2.674.035.000,00	1.351.073.356,00		
d) Valor Global Previsto no PPA		11.097.806.000,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$1,00)					
Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
			Processados	Não Processados	
40.966.955,96	38.766.980,05	2.556.269,82	15.661,44	36.210.710,23	2.540.608,38
Objetivos Relacionados ao Programa					
Código	Descrição				Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.				Incra
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso à terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.				Incra
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.				Incra
0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.				Incra
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.				Incra

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012) e Siafi.

4.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a programas temáticos de responsabilidade da UJ

4.1.2.1 Objetivos vinculados ao programa 2066

Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418

Identificação do Objetivo						
Código	0418					
Descrição	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.					
Programa	2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.470,00	36.253,41	36.253,41	—	—	36.253,41	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 2105).	Imóvel gerenciado	1.162	2.789	46.470,00	36.253,41
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (Ação 2105).	CCIR emitido	—	13.559		

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel gerenciado*	—	5.493,00	2.326,58	3.167,02	—
2	CCIR emitido*	—				

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419

Identificação do Objetivo						
Código	0419					
Descrição	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso à terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.					
Programa	2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
45.000,00	40.208,44	40.208,44	—	—	40.208,44	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha (Ação 4426).	Hectare certificado	—	—	20.000,00	40.208,44
2	Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei n.º 11.952/2009 – Terra Legal (Ação 4426).	Imóvel georreferenciado	26	—		
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (Ação 2110).	Imóvel regularizado	—	—	—	—
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei n.º 11.952, de 2009 – Terra Legal (Ação 8378).	Área diagnosticada	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 4426 – Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; 8378 – Gestão de Terras Públicas e 2114 – Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Hectare certificado*	—	—	—	—	—
2	Imóvel georreferenciado*	—				
3	Imóvel regularizado*	—	—	—	—	—
4	Área diagnosticada*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420

Identificação do Objetivo						
Código	0420					
Descrição	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
39.801.266,76	37.831.853,05	1.640.798,35	4.246,48	36.191.054,70	1.636.551,87	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária).	Projeto criado	—	3	—	—
2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387).	Área vistoriada	75.300,0000	37.238,3846	241.000,00	192.698,71
3	Obter 1 milhão de hectares (Ação 4460).	Área obtida	6.094,0000	24.037,6904	3.851.946,00	1.103.016,21
4	Assentar 200 mil famílias (Ação 8384).	Família assentada	1.850	2.071	180.791,00	197.718,14
5	Protocolar licença ambiental para 3.200 projetos de assentamento (Ação 8374).	Licença protocolada	3	5	31.097,00	37.438,07
6	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (Ação 0427).	Crédito disponibilizado	—	—	25.381.196,00	—
7	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (Ação 0427).	Crédito disponibilizado	—	—		
8	Construir e/ou reformar 120 mil casas (Ação 0427).	Casa construída	—	—		

9	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (Ação 8396).	Família atendida	—	—	14.215.208,00	109.927,22
10	Construir e/ou reformar 25 mil Km de estradas (Ação 8396).	Km construídos/reformados	—	—		

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; 4460 – Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; 20TG – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; 20S7 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Projeto criado*	—	—	—	—	—
2	Área vistoriada*	20.299,0230	38.880,00	12.700,00	26.180,00	—
3	Área obtida*	—	6.372.201,25	—	6.372.201,25	—
4	Família assentada*	—	6.211,20	1,20	1.210,00	5.000,00
5	Licença protocolada*	—	1.407,60	669,60	738,00	—
6	Crédito disponibilizado*	—	35.033.530,22	5.479.988,48	14.567.485,57	14.986.056,17
7	Crédito disponibilizado*	—				
8	Casa construída*	—				
9	Família atendida*	—				
10	Km construídos/reformados*	—				

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421

Identificação do Objetivo						
Código	0421					
Descrição	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
114.775,40	105.911,72	105.911,72	—	—	105.911,72	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso (Ação 4358).	Documento de titulação expedido	869	2.317	99.630,00	99.124,11
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento (Ação 2B06).	Assentamento beneficiado	3	—	28.312,00	6.787,61
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização (Ação 4320).	Família beneficiada	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; 2B06 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido*	—	2.968,43	479,48	2.488,95	—
2	Assentamento beneficiado**	—	—	—	—	—
3	Família beneficiada*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

** Meta Física Realizada (Ação Continuada): Que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422

Identificação do Objetivo						
Código	0422					
Descrição	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.					
Programa	2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.848,30	2.737,59	2.737,59	—	—	2.737,59	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atender 8.000 jovens e/ou adultos (Ação 4474).	Trabalhador escolarizado	—	—	—	—
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social (Ação 6952).	Profissional capacitado	—	27	—	—
3	Manter 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente (Ação 8370).	Profissional formado	80	80	268.068,00	2.737,59

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador escolarizado**	—	—	—	—	—
2	Profissional capacitado**	—	—	—	—	—
3	Profissional formado**	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

** Meta Física Realizada (Ação Continuada): Que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.2.2 Objetivo vinculado ao programa 2012

Quadro A.4.2.2 – Objetivos do programa temático – Objetivo 0412

Identificação do Objetivo						
Código	0412					
Descrição	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.					
Programa	2012 – Agricultura Familiar					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
40.264.938,42	40.254.369,98	1.714.585,79	533,96	38.539.784,19	1.714.051,83	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária (Ação 4470).	Família assistida	13.465	32.348	13.896.111,00	1.714.585,79
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, com acompanhamento diferenciado (Ação 4470).	Família assistida				
3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres (Ação 4448).	Agente formado	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e 4448 – Concessão de Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assistida**	—	117.765,75	69.424,00	48.341,75	—
2	Família assistida**	—				
3	Agente formado*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

** Meta Física Realizada (Ação Continuada): Que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.2.3 Objetivo vinculado ao programa 2034

Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987

Identificação do Objetivo						
Código	0987					
Descrição	Realizar a regularização fundiária das comunidades quilombolas, por meio da delimitação, reconhecimento, indenização das benfeitorias e imóveis, desintrusão e titulação dos territórios quilombolas.					
Programa	2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares (Ação 0859).	Área indenizada	—	—	—	—
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias (Ação 20T1).	Área reconhecida	—	—	—	—
3	Publicar 190 RTID, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias (Ação 20T1).	RTID publicado	—	—		
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (Ação 20T1)	Título expedido	—	—		

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 0859 – Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e 20T1 – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada*	—	—	—	—	—
2	Área reconhecida*	—	—	—	—	—
3	RTID publicado*	—	—	—	—	—
4	Título expedido*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da UJ

Neste item estão elencadas as iniciativas do Plano Plurianual — PPA 2012–2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do Incra. Cabe ressaltar que não foram listadas as iniciativas e metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

4.1.3.1 Iniciativa vinculada ao objetivo 0418

Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV

Identificação da Iniciativa						
Código		01DV				
Descrição		Fiscalização cadastral das propriedades rurais.				
Objetivo		0418				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.470,00	36.253,41	36.253,41	—	—	36.253,41	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel gerenciado (Ação 2105).	Imóvel	1.162	2.789	46.470,00	36.253,41

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel gerenciado*	—	5.493,60	2.326,58	3.167,02	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.2 Iniciativas vinculadas ao objetivo 0419

Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa						
Código		01E6				
Descrição		Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais.				
Objetivo		0419				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
45.000,00	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel georreferenciado (Ação 4426).	Imóvel	26	—	20.000,00	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4426 – Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel georreferenciado*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7

Identificação da Iniciativa						
Código		01E7				
Descrição		Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.				
Objetivo		0419				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel regularizado (Ação 2110).	Imóvel	—	—	—	—
2	Sistema mantido (Ação 2114)	Sistema	—	—	—	—
3	Área diagnosticada (Ação 8378)	ha	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; 2114 – Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e 8378 – Gestão de Terras Públicas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel regularizado*	—	—	—	—	—
2	Sistema mantido*	—	—	—	—	—
3	Área diagnosticada*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.3 Iniciativas vinculadas ao objetivo 0420

Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK

Identificação da Iniciativa						
Código		01EK				
Descrição		Criação de projetos de assentamento para o público da reforma agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).				
Objetivo		0420				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.299.354,34	1.295.729,05	1.295.714,92	251,68	14,13	1.295.463,24	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área vistoriada (<i>Ação 8387</i>).	ha	75.300,0000	37.238,3846	241.000,00	192.698,71
2	Área obtida (<i>Ação 4460</i>).	ha	6.094,0000	24.037,6904	3.851.946,00	1.103.016,21
3	Área indenizada (<i>Ação 20TG</i>).	ha	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; 4460 – Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e 20TG – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área vistoriada*	20.299,0230	38.880,00	12.700,00	26.180,00	—
2	Área obtida*	—	6.372.201,25	—	6.372.201,25	—
3	Área indenizada*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL

Identificação da Iniciativa						
Código		01EL				
Descrição		Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.				
Objetivo		0420				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
242.152,00	197.718,14	197.718,14	3.994,80	—	193.723,34	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assentada (Ação 8384).	Família	1.850	2.071	180.791,00	197.718,14

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assentada*	—	6.211,20	1,20	1.210,00	5.000,00

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO

Identificação da Iniciativa						
Código	01EO					
Descrição	Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
51.807,00	45.229,22	37.438,07	—	7.791,15	37.438,07	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento licenciado (Ação 8374).	Assentamento	3	5	31.097,00	37.438,07

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento licenciado*	—	1.407,60	669,60	738,00	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa						
Código	01EP					
Descrição	Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
38.498.059,32	36.483.708,11	299.793,08	5.485,46	36.183.915,03	294.307,62	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família atendida (Ação 0427).	Família	1.128	—	25.381.196,00	—
2	Crédito supervisionado (Ação 20S7).	Família	366	1.303	164.846,00	180.705,86
3	Família atendida (Ação 8398).	Família	26	—	9.380,00	9.160,00
4	Família atendida (Ação 8396).	Família	1.943	—	14.215.208,00	109.927,22

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; 20S7 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida*	—	—	—	—	—
2	Crédito supervisionado*	—	—	—	—	—
3	Família atendida*	2.296	1.034.085,45	0,07	902.732,04	131.353,34
4	Família atendida*	—	35.033.530,22	5.479.988,48	14.567.485,57	14.986.056,17

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.4 Iniciativas vinculadas ao objetivo 0421

Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES

Identificação da Iniciativa						
Código		01ES				
Descrição		Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.				
Objetivo		0421				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
99.630,00	99.124,11	99.124,11	—	—	99.124,11	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de titulação expedido (<i>Ação 4358</i>).	Família	869	2.317	99.630,00	99.124,11

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido*	—	2.968,43	479,48	2.488,95	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa						
Código		01EU				
Descrição		Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.				
Objetivo		0421				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
15.145,40	6.787,61	6.787,61	—	—	6.787,61	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento beneficiado (Ação 2B06).	Assentamento	3	—	28.312,00	6.787,61

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 2B06 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento beneficiado**	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

**** Meta Física Realizada (Ação Continuada):** Que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa						
Código	01EW					
Descrição	Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família beneficiada (Ação 4320).	Família	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família beneficiada*	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

* Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores): Que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.5 Iniciativa vinculada ao objetivo 0422

Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1

Identificação da Iniciativa						
Código		01F1				
Descrição		Proporcionar ao público-alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.				
Objetivo		0422				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.848,30	2.737,59	2.737,59	—	—	2.737,59	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador rural escolarizado (Ação 4474).	Trabalhador	—	—	—	—
2	Profissional capacitado (Ação 6952).	Profissional	—	27	—	—
3	Profissional capacitado (Ação 8370).	Profissional	80	80	268.068,00	2.737,59

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador rural escolarizado**	—	—	—	—	—
2	Profissional capacitado**	—	—	—	—	—
3	Profissional capacitado**	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

** Meta Física Realizada (Ação Continuada): Que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.6 Iniciativa vinculada ao objetivo 0412

Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB

Identificação da Iniciativa						
Código		01CB				
Descrição		Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de Ater e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultores rurais.				
Objetivo		0987				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
40.264.938,42	40.254.369,98	1.714.585,79	533,96	38.539.784,19	1.714.051,83	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assistida (Ação 4470).	Família	13.465	32.348	13.896.111,00	1.714.585,79
2	Agente formado (Ação 4448).	Agente	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e 4448 – Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta Física Realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assistida**	—	117.765,75	69.424,00	48.341,75	—
2	Agente formado**	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

** Meta Física Realizada (Ação Continuada): Que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.7 Iniciativa vinculada ao objetivo 0987

Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa						
Código		047A				
Descrição		Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu reconhecimento, desinrusão e titulação.				
Objetivo		0987				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área indenizada (Ação 0859).	ha	—	—	—	—
2	Áreareconhecida (Ação 20TI).	ha	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 0859 – Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e 20TI – Reconhecimento, Delimitação, Desinversão e Titulação de Territórios Quilombolas.

4.1.4 Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações vinculadas ao programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código		2105				
Descrição		Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural				
Iniciativa		01DV				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.470,00	36.253,41	36.253,41	—	—	36.253,41	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	1.162	2.789	46.470,00	36.253,41

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado	—	5.493,60	2.326,58	3.167,02	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Da meta prevista para o ano de 2012, que foi de 2.500 imóveis gerenciados, alcançamos 2.789 imóveis (111,56%), mesmo não vindo todo o recurso previsto para o exercício que era de R\$100.000,00. Por falta de recurso ficou prejudicado o trabalho com as Unidades Municipais de Cadastro – UMCs, como implantação, monitoramento e capacitação de servidores das diversas UMCs na área de abrangência desta SR(27).

O valor de R\$3.167,02 refere-se a locação de veículo da empresa Locavel em 16/11/2011 e pago em janeiro de 2012, conforme informação da Assessoria de Planejamento desta SR.

Esclarecemos que o veículo locado não foi solicitado e nem utilizado por esta Divisão.

Quadro A.4.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114

Identificação da Ação						
Código	2114					
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	Incra					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	Sistema	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Sistema Mantido	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação						
Código		4426				
Descrição		Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional				
Iniciativa		01E7				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
45.000,00	40.208,44	40.208,44	—	—	40.208,44	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	26	—	20.000,00	40.208,44

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Foram georreferenciados 82 lotes do PA Belauto, esse trabalho foi conduzido pela Unidade Avançada de São Félix do Xingu. O valor previsto inicialmente foi de R\$20.000,00 para georreferenciar 26 imóveis, porém como é de interesse da Superintendência georreferenciar todo o PA Belauto para evitar conflitos de famílias que foram remanejadas da área indígena Apyterewa, foi solicitado mais recurso para continuação dos trabalhos até o final de dezembro/2012.

Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código		8387				
Descrição		Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais				
Iniciativa		01EK				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
196.324,00	192.698,71	192.698,71	251,68	—	192.447,03	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	ha	75.300,0000	37.238,3846	241.000,00	192.698,71

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada	20.299,0230	38.880,00	12.700,00	26.180,00	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

A execução para cumprimento das metas programadas ocorreu através das ações de vistoria preliminar e vistoria de avaliação de imóveis rurais localizadas na área de abrangência desta Superintendência, por equipes técnicas da Divisão de Obtenção de Terras e da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia (PA).

No período foram realizados trabalhos de vistoria de avaliação em 7 imóveis rurais considerados de interesse social para fins de reforma agrária pela via da desapropriação, correspondente a uma área de 13.295,9469 ha, sendo 4 localizados no município de São João do Araguaia (PA), 2 em Conceição do Araguaia (PA) e 1 em Redenção (PA).

Quanto à vistoria preliminar, foram executadas 3 vistorias em imóveis rurais, perfazendo um total de 14.326,6676 ha, sendo 2 localizados em São Félix do Xingu (PA) e 1 em Piçarra (PA).

Vale ressaltar, que foram vistoriados para Avaliação de Benfeitorias 1 imóvel rural, com área de 9.615,7701 ha, localizado no município de São Félix do Xingu (PA).

Foram computados na execução de restos a pagar, 3 vistorias iniciadas no exercício anterior (2011), totalizando 20.299,0230 ha, sendo realizadas nos municípios de Abel Figueiredo (PA), Floresta do Araguaia (PA) e São Félix do Xingu (PA).

Desta forma, foram executados 49,4% da meta física programada. Esta meta decorre principalmente por mudança ocorridas nos normativos que regem o fluxo dos processos de desapropriação (Resolução Incra/CD/n.º 5/2012), dificultando a notificação dos proprietários dos imóveis, que é indispensável na execução das vistorias para aferição do cumprimento da função social da propriedade rural e/ou Avaliação dos imóveis, como também a necessidade de readequação de todos os processos de obtenção de terras em tramitação na Superintendência.

Em relação à execução orçamentária, o custo unitário por hectare foi de R\$5,17 superior ao programado de R\$3,20. Tal situação ocorre devido às peculiaridades locais na área de jurisdição desta Superintendência, que além de ser muito abrangente, tem o difícil acesso às áreas como um grande empecilho, aumentando assim, o custo unitário por hectare na execução da ação em relação às demais Superintendências Regionais do Incra.

Quadro A.4.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código		4460				
Descrição		Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária				
Iniciativa		01EK				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.103.030,34	1.103.030,34	1.103.016,21	—	14,13	1.103.016,21	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	ha	6.094,0000	24.037,6904	3.851.946,00	1.103.016,21

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida		6.372.201,25	—	6.372.201,25	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

A desapropriação ou aquisição do imóvel rural, após a edição do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, só estará consumada com a devida incorporação do imóvel em nome do Incra, após o auto de imissão de posse pela Justiça Federal.

Foram encaminhados para o Incra (Sede), 4 conjuntos de documentos (*kit* TDA) para lançamento de TDAs e liberação de recursos para indenização de benfeitorias. Porém somente 2 imóveis tiveram TDAs lançados neste exercício, totalizando 24.037,6904 ha de áreas obtidas no exercício.

Em relação à execução orçamentária, foram pagos R\$60.215.264,05 referentes aos 2 imóveis rurais que impactaram diretamente na meta física realizada de Obtenção de Terras para o exercício. Destes, R\$54.570.733,21 foram pagos em TDAs para indenização de Terra Nua e R\$1.103.016,21 para indenização de benfeitorias e sobra de TDAs, sendo esse último descentralizados para pagamento diretamente pela Superintendência, os demais valores foram pagos diretamente pelo Incra (Sede). O índice de gasto com Obtenção de Terras pela Superintendência foi de R\$2.505,04/hectare, considerando os 2 imóveis obtidos no exercício, que serão objeto de criação de projetos de assentamento.

Foi pago ainda, o valor de R\$6.372.201,25 em imóveis rurais adquiridos em exercícios anteriores, não contabilizados na meta física do presente exercício, porém impactando financeiramente a ação.

Quadro A.4.4.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG

Identificação da Ação						
Código		20TG				
Descrição		Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária				
Iniciativa		01EK				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	ha	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Esta ação foi criada a partir deste exercício para complementação da indenização do preço da terra nua em Títulos da Dívida Agrária – TDA em processos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, nos termos e condições constantes de sentenças judiciais e de acordos celebrados em audiência de conciliação e cujas informações nos exercícios anteriores eram vinculadas à ação 4460. Não foram definidas metas físicas e descentralização de recursos orçamentários para as Superintendências Regionais, sendo estes executados pelo Incra (Sede).

Foram objetos desta ação 11 imóveis rurais, totalizando uma área de 89.242,5060 ha, obtidos em exercícios anteriores com projetos de assentamento criados (2 em Itupiranga (PA), 1 em Água Azul

do Norte (PA), 1 em Baião (PA), 1 em Conceição de Araguaia (PA), 1 em Marabá (PA), 1 em Pau D'Arco (PA), 1 em Santa Maria das Barreiras (PA), 1 em Santana do Araguaia (PA), 1 em São Geraldo do Araguaia (PA) e 1 em Tucuruí (PA)), sob jurisdição desta Superintendência, com o valor indenizatório de R\$26.598.256,76, sendo destes R\$1.015,29 para pagamentos de sobra TDAs e o restante, R\$26.598,256,76 em TDAs para indenização de Terra Nua.

Quadro A.4.4.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código		8384				
Descrição		Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária				
Iniciativa		01EL				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
242.152,00	197.718,14	197.718,14	3.994,80	—	193.723,34	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	1.850	2.071	180.791,00	197.718,14

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada		6.211,20	1,20	1.210,00	5.000,00

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

No exercício de 2012, foram assentadas 2.071 famílias, representando em 111,9% da meta prevista de 1.850 famílias.

Em relação à execução orçamentária, foi previsto o valor de R\$180.791,00, e efetivamente pago o valor de R\$193.723,34, significando um acréscimo de 6,7% do orçado, justificado pela superação da meta física em 221 RBs.

Foram inscritos em restos a pagar (RAP) R\$6.211,20 referente a material de consumo utilizados para execução da ação, sendo pagos R\$1.210,00.

Quadro A.4.4.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código		0427				
Descrição		Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas				
Iniciativa		01EP				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
25.381.196,00	23.473.200,00	—	—	23.473.200,00	—	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.128	—	25.381.196,00	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

O Crédito Instalação é uma operação especial de crédito do Governo Federal destinada aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, e visa dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo Incra por meio da concessão de crédito, em suas várias, esta operação é disciplinada pela NE/Incra/n.º 79/2008, compilada com as NE n.º 86 e n.º 99.

No exercício 2012, o setor de crédito recepcionou demandas, formalizou os processos, instruindo-os de acordo com o Artigo 20 da NE n.º 79, empenhou o valor de R\$23.473.200,00, ou seja 92% da meta orçamentária, dividida nas modalidades Apoio Inicial R\$4.103.200,00 (quatro milhões, cento e três mil e duzentos reais) para atender 1.282 famílias, Apoio Mulher R\$1.455.000,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais) para atender 485 famílias, Fomento R\$2.864.000,00 (dois milhões oitocentos e sessenta e quatro mil reais) para atender 90 famílias, Adicional Fomento R\$51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais) para atender 16 famílias, Aquisição de Materiais de Construção (AMC) R\$14.080.000,00 (quatorze milhões e oitenta mil reais) para atender 560 famílias e Recuperação de Materiais de Construção R\$920.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais) para atender 115 famílias. Apesar de todo o esforço para cumprimento da meta, inclusive com número maior de famílias, não houve o repasse financeiro para liquidação dos empenhos.

Desta forma, os processos foram sobrestados e aguardam a descentralização de recursos financeiros, motivo pelo qual a meta financeira que atenderia 2.548 famílias não foi cumprida.

Quadro A.4.4.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código		20S7				
Descrição		Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária				
Iniciativa		01EP				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
271.345,90	181.371,47	180.705,86	5.485,46	665,61	175.220,40	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	366	1.303	164.846,00	180.705,86

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Apesar da não execução financeira no exercício de 2012, a Superintendência, com recursos depositados nas contas das associações objeto de descentralização de POs anteriores, permitiram ao setor de Crédito atender 1.197 famílias aplicando efetivamente R\$11.137.364,54 (onze milhões, cento e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos, dividida nas modalidades Apoio Inicial R\$284.800,65 (duzentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais e sessenta e cinco centavos) para atender 89 famílias, Fomento R\$714.463,62 (setecentos e quatorze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) para atender 223 famílias, Adicional Fomento R\$507.717,00 (quinhentos e sete mil, setecentos e dezessete reais) para atender 159 famílias, Aquisição de Materiais de Construção (AMC) R\$8.171.449,91 (oito milhões cento e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos) para atender 544 famílias e Recuperação de Materiais de Construção R\$1.458.933,36 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos) para atender 182 famílias.

Para a operacionalização dos créditos acima foram realizadas 3.120 (três mil cento e vinte) visitas de campo.

Quadro A.4.4.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código		8396				
Descrição		Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento				
Iniciativa		01EP				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
12.826.757,42	12.819.976,64	109.927,22	—	12.710.049,42	109.972,22	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.943	—	14.215.208,00	109.927,22

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida		35.033.530,22	5.479.988,48	14.567.485,57	14.986.056,17

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Do limite autorizado de R\$12.826.757,42 (doze milhões, oitocentos e vinte e seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos), foi devidamente empenhado o valor de R\$12.819.976,64 (doze milhões, oitocentos e dezenove mil novecentos e setenta e seis reais, sessenta e quatro centavos), resultando numa execução orçamentária de 99,94%. Ressaltando que em relação ao valor programado na PO 2012, houve um decréscimo de recursos destinado a atender demanda solicitada pela SR, isso por falta de capacidade operacional e cortes no orçamento da Autarquia, bem como dificuldade na firmatura de convênios com demais municípios devido ao grande número de inadimplência existentes pelos entes proponentes. Do valor provisionado e empenhado está inclusa a importância de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) oriunda de Emenda Parlamentar, para implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento na região Sul paraense, dos quais foram destinados R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para o município de Santa Maria das Barreiras e R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o município de Itupiranga com o qual não foi possível a celebração do convênio devido inadimplência da Prefeitura Municipal de Itupiranga. Ainda neste valor empenhado está a importância de R\$106.572,90 (cento e seis mil quinhentos e setenta e dois reais e noventa centavos) referente ao reconhecimento de dívida com a Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras correspondente à parcela não liberada em exercício anterior do Convênio CRT/MB n.º 10.017/2008.

Os recursos programados nesta ação, apesar de restritos em função do passivo existente, destinam-se mais especificamente para realização de obras de infraestrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais e construção de pontes em áreas de Projetos de Assentamento da jurisdição da SR, no sentido de viabilizar o acesso e trafegabilidade a famílias de trabalhadores rurais das regiões Sul e Sudeste do Pará. Os recursos empenhados em 2012, proporcionaram a celebração de 7 (sete) convênios através de Transferências a Municípios, os quais têm como objeto a implantação de 134,35 Km de

estradas vicinais e recuperação de 81,57 Km de estradas vicinais, além da construção de 228 metros de ponte de concreto armado, cujas obras deverão ser acompanhadas e fiscalizadas no decorrer do próximo exercício.

A execução das obras de infraestrutura básica são acompanhadas e fiscalizadas pelo Incra, através do Serviço de Infraestrutura da SR. Ressalte-se neste ponto, o deficiente quadro de pessoal habilitado para fiscalizar e receber as obras concluídas, contando apenas com 2 (dois) Engenheiros Civis.

Vale ressaltar que a capacidade de pagamento ficou prejudicada pela tempestividade na descentralização dos créditos orçamentários e recursos financeiros, bem como, nos procedimentos de formalização dos convênios ao final do exercício, sem tempo hábil para liberação das parcelas, em virtude da falta da Licença Ambiental e inadimplementos dos proponentes, pré-requisito para liquidação das mesmas.

As despesas processadas e não pagas no exercício 2012, ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas no exercício seguinte, de acordo com o cronograma de execução das obras conveniadas devido ainda não ter ocorrido descontingenciamento financeiro suficiente para liberação da 1ª parcela dos convênios firmados dos recursos inscritos em RP, e com a liberação dos recursos no final do exercício onde dará início ao período invernosu prejudica a execução dos serviços ocorrendo atraso nos cronogramas de execução dos convênios.

Quadro A.4.4.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código		8398				
Descrição		Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento				
Iniciativa		01EU				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
18.760,00	9.160,00	9.160,00	—	—	9.160,00	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	26	—	9.380,00	9.160,00

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	2.296	1.034.085,45	0,07	902.732,04	131.353,34

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Em vista de acordo firmado com os movimentos sociais das regiões Sul e Sudeste do Pará, foram elaborados projetos básicos para a demarcação topográfica de 1.427 parcelas rurais em 7 (sete) projetos de assentamento, ao custo total de R\$ 1.499.620,03 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte reais e três centavos). A meta constava do Plano de Compromissos da SR para o

exercício de 2012 no Programa 2066, Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento. Convém ressaltar que foi formalizado processo e com base no que preceitua a Lei n.º 8.666/93, foi solicitada autorização para abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a contratação de empresa especializada em topografia e geodésia para execução dos serviços propostos.

Segundo a Asseguradora da Ação, a execução da meta ficou prejudicada em razão dos recursos orçamentários não terem sido descentralizados em tempo hábil de garantir o procedimento da licitação e o respectivo empenho da despesa já ao final do exercício. Diante deste fato, a proposta poderá ser implementada, caso esteja dentro dos objetivos estratégicos da SR para o próximo exercício.

Os valores registrados na execução orçamentária e financeira, foram utilizados para atender despesas de suporte operacional com aquisição de material de consumo e prestação de serviços de terceiros vinculados a referida ação, através de provisão concedida a Unidade Avançada desta SR.

Quanto ao valor inscrito no RAP de exercício anterior, talvez não tenha se efetivado, devido à falta de recursos financeiros para cobrir totalmente o pagamento da despesa ou motivado por algum impedimento legal na prestação dos serviços.

Quadro A.4.4.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código		2B06				
Descrição		Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária				
Iniciativa		01EU				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
15.145,40	6.787,61	6.787,61	—	—	6.787,61	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	3	—	28.312,00	6.787,61

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado		—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

A concepção hoje no Incra e, em particular, na Superintendência Regional, é que para execução da ação de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, há necessidade de formação de parcerias que viabilizem a implantação de projetos de recuperação ou manejo de recursos naturais nos projetos de assentamento, visto que a Superintendência não dispõe de pessoal suficiente para proposição e execução de projetos dessa natureza.

No decorrer do ano de 2012 foi trabalhado o Programa Amazônia Nativa em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento e que tem como uma de suas finalidades a instalação de viveiros de

mudas em projetos de assentamento, com objetivo de criar condições para futura implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas de reserva legal nos assentamentos como estratégia de recuperação dessas áreas, com oportunidade de geração de renda para as famílias. O Programa supracitado implantou 32 viveiros de mudas em 15 projetos de assentamento. São mudas de espécies florestais e frutíferas em projetos de assentamentos localizados nos municípios de Marabá e Itupiranga, que encontram-se em funcionamento, com mudas em desenvolvimento, algumas já em fase de distribuição aos assentados.

Nesse sentido, a perspectiva é que se crie condições para implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas (reserva legal e preservação permanente) nos projetos de assentamento, dando-se a efetiva implementação das ações previstas pela ação 2B06, já para o ano de 2013.

Os recursos financeiros pagos no ano de 2012 (quadro acima) foram basicamente para acompanhamento dos técnicos junto ao Programa Amazônia Nativa, acima descrito.

Quadro A.4.4.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação						
Código		4320				
Descrição		Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol				
Iniciativa		01EU				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada	—	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siasi e Módulo de Monitoramento.

De acordo com o Plano de Compromisso (PC 2012), no início do exercício havia previsão orçamentária de R\$250.000,00 para a ação 4320, e a meta física de 591 famílias beneficiadas. No entanto após reajuste no PC 2012 pelo Decreto n.º 7.680/2012 a meta física foi cancelada, assim como a previsão orçamentária, ficando todo o recurso destinado à ação contingenciado na Diretoria de Desenvolvimento do Incra (Sede), em Brasília.

Quadro A.4.4.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	Incra					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
99.630,00	99.124,11	99.124,11	—	—	99.124,11	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	869	2.317	99.630,00	99.124,11

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido		2.968,43	479,48	2.488,95	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Foi programado para o exercício em questão, a emissão de 869 (oitocentos e sessenta e nove) documentos de titulação de lotes da reforma agrária, para o valor disponibilizado de R\$99.630,00 (noventa e nove mil, seiscentos e trinta reais), e despesa realizada no valor de R\$99.124,11 (noventa e nove mil, cento e vinte e quatro reais e onze centavos), para a realização das atividades ora em comento, no quantitativo de 2.317 documentos de titulação, objeto de regularização de lotes rurais, sendo a seguinte distribuição documental: 2.218 (dois mil, duzentos e dezoito) Contratos de Concessão de Uso e 99 (noventa e nove) títulos de domínios. Para este evento alcançar números acima do programado, houve o esforço conjunto entre esta Sede e suas bases operacionais, como as Unidades Avançadas de São Geraldo do Araguaia, Tucuruí, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu, o que sem esse esforço não conseguiríamos realizar as atividades fim com este sucesso, demanda cumprida, demanda realizada. Desta feita, fica a desejar no aspecto do atendimento a demanda desta SR, num universo de mais de 500 projetos de assentamento, e com mais de 60 mil famílias para atender, haja vista que projetos criados há mais de 20 anos, e projetos de assentamento titulados pela metade, o que enseja urgentemente uma programação para concluir a titulação e a consequente consolidação dos projetos.

Quadro A.4.4.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código		8374				
Descrição		Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária				
Iniciativa		01EU				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
51.807,00	45.229,22	37.438,07	—	7.791,15	37.438,07	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	3	5	31.097,00	37.438,07

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado		1.407,60	669,60	738,00	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Para o licenciamento ambiental de projetos de assentamento da reforma agrária localizados no Pará, é exigido, de acordo com a Resolução Conama n.º 387/06, de 27/12/2006, basicamente dois tipos de licenças: Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação e Operação (LIO). A primeira é exigida e concebida na fase preliminar do planejamento dos projetos de assentamento, aprovando sua localização e concepção, bem como sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento. Já a LIO é a licença que autoriza a implantação e operação dos projetos de assentamento, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes para sua operação.

Nesse sentido, a demanda oriunda da Divisão de Obtenção de Terras ao Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, no exercício de 2012, foi de 3 (três) licenças, dos quais foram realizados 5 (cinco) protocolos de solicitação de LP junto ao órgão ambiental competente.

Um dos grandes entraves para a solicitação de Licença Prévia para criação de projetos de assentamento é a incompatibilidade da Norma de Execução n.º 44 da Sema/PA com as normativas do Incra, uma vez que a norma do órgão Estadual exige a realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR do imóvel, ficando inviável para o Incra a realização de tal procedimento uma vez que o imóvel ainda não é do seu domínio.

Desta forma espera-se a adequação de normas e procedimento entre Incra e Sema/PA, para que se viabilize um número maior de solicitações de licenças ambientais e consequentemente a regularização ambiental dos projetos de assentamento.

Quadro A.4.4.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952

Identificação da Ação						
Código	6952					
Descrição	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	Inkra					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	—	27	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado		—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Foram previstas inicialmente vagas para 42 profissionais, no entanto no processo seletivo realizado pela Instituição de Ensino Superior, somente 25 foram selecionados. Foram abertas mais algumas vagas e somente 2 passaram, totalizando 27 profissionais. Assim houve alteração dos recursos previstos inicialmente. Portanto, não foram provisionados créditos em 2012, haja vista que com a redução do número de alunos, também foram reduzidos os custos do Projeto.

Quadro A.4.4.1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação						
Código		8370				
Descrição		Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária				
Iniciativa		01F1				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.848,30	2.737,59	2.737,59	—	—	2.737,59	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	80	71	268.068,00	2.737,59

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado		—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Estava prevista inicialmente a formação em Nível Médio de 80 educandos. Porém, alguns problemas ligados à burocracia com a mudança de Escola Agrotécnica para Instituto Federal de Educação, gerou atraso no início das atividades levando a algumas evasões. Assim, foi feito Termo Aditivo de redução do número de alunos e do valor previsto anteriormente, totalizando 71 alunos em 2012.

4.1.4.2 Ações vinculadas ao programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código		4470				
Descrição		Assistência Técnica e Capacitação de Assentados				
Iniciativa		01CB				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
40.264.938,42	40.254.369,98	1.714.585,79	533,96	38.539.784,19	1.714.051,83	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	13.465	32.348	13.896.111,00	1.714.585,79

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física reali- zada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida		117.765,75	69.424,00	48.341,75	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

No Exercício 2012, a provisão recebida para execução da ação 4470 foi R\$40.264.938,42, sendo empenhado R\$40.254.369,98. O que representa, em termos percentuais, que 99,97% do orçamento recebido foi empenhado. Do montante empenhado, R\$85.843,17 foram utilizados para pagamento de diárias (R\$51.699,17), material de consumo (R\$16.224,00) e passagens (R\$6.920,00), o valor restante R\$40.168.526,81 foram utilizados no empenho de 19 contratos de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater para a reforma agrária.

Dos 19 contratos assinados no exercício 2012, 5 (cinco) contratos foram assinados entre os meses de março/abril, para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater (Ação 4470), sendo empenhado o valor de R\$11.031.267,87, para atendimento de 8.932 famílias assentadas em 110 projetos de assentamentos da SR(27). No mês de dezembro/2012 foram firmados mais 14 (quatorze) contratos de Ater (Ação 4470), sendo empenhado o valor de R\$29.137.258,94 para atendimento de 23.414 famílias assentadas em 233 projetos de assentamentos da SR(27). Portanto, a meta física que inicialmente estava previsto atendimento de 13.465 famílias, conseguimos realizar o atendimento de 32.346 famílias em 343 projetos de assentamento, superando a meta prevista em 240,22%.

Como os contratos para a prestação dos serviços de Ater são anuais e a liquidação da despesa está diretamente relacionada à execução do serviço contratado, o valor liquidado foi de apenas R\$1.714.585,79, referente aos serviços realizados. O recurso empenhado no exercício 2012 que não consta como “liquidado” foi inscrito como “Restos a Pagar Não Processados” R\$38.539.784,19 o qual deve ser liquidado no exercício 2013 na medida em que o serviço contratado venha sendo executado, obedecidas às formalidades legais.

Em relação à execução de Restos a Pagar – RAP, a meta física realizada com RAP foi zero (0) famílias atendidas, pois esse recurso inscrito é referente a contratos de Ater finalizados no exercício de 2010. Foram inscritos como restos a pagar R\$117.765,75 referente a contratos firmados em exercícios anteriores (2010). Com base nos relatórios conclusivos dos contratos encerrados no exercício 2010, foram pagos R\$48.341,75 (2010NE900112) referente a serviços que foram executados na vigência do contrato, no entanto não havia sido pago até fevereiro de 2012. O restante do valor inscrito como Restos a Pagar R\$69.424,00 (2010NE900109; 2010NE900111; 2010NE900462; 2010NE900506), foram cancelados considerando que o relatório conclusivo dos contratos apontavam a não execução integral do serviço contratado.

4.1.4.3 Ações vinculadas ao programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

Quadro A.4.4.3.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da SRFA(08) – Ação 20T9

Identificação da Ação						
Código		20T9				
Descrição		Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na Área de Abrangência da Lei n.º 11.952, de 2009				
Iniciativa		01E8				
Unidade Responsável		Inkra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
20.400,00	10.168,00	10.168,00	—	—	10.168,00	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Georreferenciada	ha	—	4.619,3600	—	10.168,00

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Georreferenciada	5.666,0000	—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Os recursos recebidos ou provisionados para esta SR, na Ação 20T9 – Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na Área de Abrangência da Lei n.º 11.952/2009, foram utilizados como suporte operacional em atividades vinculadas ao Programa Terra Legal da SRFA(08) na Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, com aquisição de combustível e manutenção de veículos.

Quadro A.4.4.3.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da SRFA(08) – Ação 20TA

Identificação da Ação						
Código		20TA				
Descrição		Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas na Área de Abrangência da Lei n.º 11.952, de 2009				
Iniciativa		01E4				
Unidade Responsável		Inkra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
—	—	—	—	—	—	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Destinada	ha	—	482,8200	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Destinada		—	—	—	—

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

Os recursos recebidos ou provisionados para esta SR, na ação 20TA – Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas na Área de Abrangência da Lei n.º 11.952/2009, foram utilizados como suporte operacional em atividades vinculadas ao Programa Terra Legal da SRFA(08), com deslocamentos de servidores na forma de concessões de diárias e aquisição de combustível.

4.1.5 Informações sobre programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de governo constante do PPA – Programa 2120

Identificação do Programa de Governo					
Código do Programa		2120			
Título		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.577.987,32	4.687.250,50	4.027.783,91	1.215,13	659.466,59	4.026.568,78

Fonte: PPA 2012-2015 e Siafi.

Neste programa, somente a Ação 4572 possui meta física a se cumprir e cujos recursos orçamentários e financeiros correspondem a 0,8%, da qual se falará mais adiante. A Ação 2000 responde

pela maior parte deste Programa com cerca de 75% de toda a despesa. Dos entraves nessa Ação, destacamos a dificuldade de repasse de recursos orçamentários e financeiros por parte do Órgão Sede para frente às despesas, isto porque, no início do exercício, houve a determinação de que reduzíssemos nossos gastos, enxugando nossa programação.

No caso da Ação 2000 – Administração da Unidade, percebemos que a provisão recebida foi um pouco maior que a prevista. Esse ligeiro aumento é devido a repactuações de contratos administrativos e reajustes de taxas/tarifas em relação aos serviços públicos, como energia elétrica e telefonia. Em relação à Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, havíamos feito uma previsão menor do que a provisão recebida em razão da centralização da gestão da ação pelo Incra (Sede), que atendeu nossa demanda conforme solicitamos no decorrer do exercício. Já a Ação 2103 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário, não foi estabelecida uma previsão, pois a orientação é que o Incra (Sede) efetuar as descentralizações conforme fossem surgindo as demandas da Unidade Jurisdicionada.

Em relação aos Restos a Pagar, notamos que cerca de 14% das despesas não foram liquidadas e se deve ao fato de algumas despesas não terem sido executadas completamente nas ações 2000 e 2103.

4.1.6 Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.049.745,34		3.494.271,29	3.195.577,46	1.000,00	298.693,83	3.194.577,46
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
—	—	—	—	—	3.111.480,00	3.195.577,46

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012) e Siafi.

Por se tratar de atividade meio, não há meta física estabelecida na Programação Operacional da SR(27) para esta ação. No tocante a recursos orçamentários, o valor aprovado na PO 2012 para esta ação foi menor do que a previsão feita pela SR(27), considerando os compromissos com despesas administrativas inerentes à gestão da Superintendência do Sul do Pará. Tal situação ocorreu em virtude das restrições orçamentárias do Governo Federal com aporte de recursos destinados às despesas correntes do Incra. No entanto, durante o exercício foram feitas suplementações ao valor aprovado na PO da Unidade, o que possibilitou o repasse para esta SR(27) de recursos em montante superior ao inicialmente aprovado, permitindo à Regional honrar em quase sua totalidade com os compromissos assumidos na área administrativa em 2012.

O crédito orçamentário destinado a essa ação foi executado em 86,28% da provisão recebida agregando na sua maior parte a realização de despesas com apoio e suporte às atividades administrati-

vas. Desta, houve uma liquidação de 91,45 % dos recursos, ficando os demais inscritos em Restos a Pagar.

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
46.607,98	39.361,93	39.361,93	—	—	39.361,93	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	Servidor	28	27	16.285,00	39.361,93

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012), Siafi e Módulo de Monitoramento.

O recurso financeiro relativo à ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação é centralizado no Incra (Sede) e descentralizado a esta UJ mediante solicitação de recursos a cada proposta de evento de capacitação deferida pela Diretoria de Gestão Administrativa.

Do total de R\$46.607,98 (quarenta e seis mil, seiscentos e sete reais e noventa e oito centavos) de provisão recebida foram empenhados R\$39.361,93 (trinta e nove mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos) o que equivale a 84% do total provisionado. A não utilização do total dos recursos provisionados se deu em razão de cancelamento de evento de capacitação, pela organizadora. O total empenhado foi totalmente liquidado.

Durante o ano de 2012 foram oferecidos aos servidores capacitações relativas a temas que contribuíam para o desenvolvimento das atividades de acordo com o cenário administrativo local e de relevância para esta Regional. Esses eventos de capacitação foram ministrados em locais diversos da sede desta Superintendência, tornando os custos dessas capacitações mais dispendiosos. A meta física executada ficou abaixo da prevista em cerca de 96%, como dito acima, em razão de cancelamento de evento de capacitação por parte da entidade organizadora.

Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código		2103				
Descrição		Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário				
Unidade Responsável		Incra				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.471.630,56	1.143.613,84	782.841,08	215,13	360.772,76	782.625,95	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
—	—	—	—	—	—	782.841,08

Fonte: PPA 2012–2015, Plano de Compromissos (PC 2012) e Siafi.

Os recursos da ação 2103 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário ficam centralizadas no Incra (Sede) em Brasília (DF), para atender as despesas que não podem ser oneradas por dentro das ações institucionais, ficando acordado que cada Diretoria ficaria responsável pela distribuição nos respectivos Planos Internos e posteriormente providenciaria a descentralização para as Regionais. Dessa forma, através das respectivas Diretorias, foram provisionados para a SR em 2012, recursos orçamentários no montante de R\$1.471.630,56 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos), empenhados o valor de R\$1.143.613,84 (um milhão, cento e quarenta e três mil, seiscentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), e liquidados o valor de R\$782.841,08 (setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais e oito centavos). A execução financeira destes recursos foram realizadas mais propriamente para atender despesas de suporte operacional nas áreas administrativa, desenvolvimento de projetos, Tecnologia da Informação (TI), Gabinete, Procuradoria Regional e Obtenção de Terras.

Alguns itens de despesas desta ação tiveram maior volume de aplicação dos recursos recebidos, no caso os trabalhos de supervisão ocupacional nos lotes de reforma agrária, contratos de prestação de serviços de Internet das Unidades Avançadas e obras de estruturação da rede de dados e rede elétrica estabilizada na sede da SR, e outros como contrato de locação de veículos para uso nos trabalhos de campo, deslocamento de servidores da Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares (CPAD) e entrega de cestas básicas em acampamentos da região.

4.2 Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa

4.2.1 Identificação das unidades orçamentárias da UJ

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

4.2.2 Programação de despesas

4.2.2.1 Programação de despesas correntes

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

4.2.2.2 Programação de despesas de capital

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

4.2.2.3 Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

4.2.2.4 Análise crítica

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

4.2.3 Programação de despesas

Quadro A.4.11 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da movimentação de crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1– Pessoal e Encargos Sociais	2– Juros e Encargos da Dívida	3– Outras Despesas Correntes
Movimentação interna	Concedidos	133080	—	21121212021030001	—	—	131.952,97
				21122212020000001	—	—	390.125,40
				21127206620T90101	—	—	10.200,00
				21606201244700001	—	—	5.500,00
				21631206620S70001	—	—	46.500,00
				21631206683840001	—	—	42.050,00
				21631206683960001	—	—	5.000,00
				21631206683980001	—	—	9.380,00
	Recebidos	—	—	—	—	—	—

Movimentação externa	Concedidos	—	—	—	—	—	—
	Recebidos	—	133080	09272008901810001	4.524,68	—	—
				21122212020TP0001	10.003,44	—	—
				21121212021030001	—	—	1.190.479,56
				21122212020000001	—	—	3.547.259,59
				21125206621050001	—	—	36.470,00
				21127206620T90101	—	—	20.400,00
				21127206644260001	—	—	45.000,00
				21128212045720001	—	—	46.607,98
				21363206683700001	—	—	2.848,30
				21606201244700001	—	—	40.264.938,42
				21631206620S70001	—	—	271.345,90
				2163120662B060001	—	—	11.833,40
				21631206643580001	—	—	99.630,00
				21631206683740001	—	—	51.807,00
				21631206683840001	—	—	242.152,00
				21631206683870001	—	—	196.324,00
				21631206683960001	—	—	116.708,00
				21631206683980001	—	—	18.760,00
Natureza da movimentação de crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4– Investimentos	5– Inversões Financeiras	6– Amortização da Dívida
Movimentação interna	Concedidos	133080	—	21122212020000001	125.765,00	—	—
	Recebidos	—	—	—	—	—	—

Movimentação externa	Concedidos	—	—	—	—	—	—
	Recebidos	—	133080	21121212021030001	281.151,00	—	—
				21122212020000001	502.485,75	—	—
				21631206628060001	3.312,00	—	—
				21631206683960001	11.960.049,42	—	—
				21631206683960015	750.000,00	—	—
				21422206642840001	15.000,00	25.381.196,00	—
				21422202984020001	7.859,00	1.103.030,34	—
				21631206604270001	—	25.381.196,00	—
				21631206644600001	—	1.103.030,34	—

Fonte: Siafi.

Durante o exercício de 2012 verifica-se que não houve movimentação externa de crédito e que as concessões de crédito visaram ao atendimento das unidades avançadas.

As principais movimentações no exercício de 2012 com relação ao grupo Outras Despesas Correntes dizem respeito despesas de manutenção da Unidade, no valor de R\$3.547.259,59 (três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), e R\$40.184.471,72 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos) na contratação de serviços Assistência Técnica e Extensão Rural – Ates. No grupo de despesas investimentos, R\$13.519.857,17 (treze milhões, quinhentos e dezenove mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), a maior parte refere-se a aquisição e equipamentos, contratação de serviços de implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamentos.

Outros itens que também merecem destaque e realização de despesas com obtenção de imóveis rurais no montante de R\$ 1.103.030,34 (um milhão, cento e três mil, trinta reais e trinta e quatro centavos).

4.2.4 Execução orçamentária da despesa

4.2.4.1 Execução da despesa com créditos originários

4.2.4.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários

**Quadro A.4.12 – Despesas por modalidade de contratação –
Créditos originários**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

Fonte:

Este item *não se aplica* a esta Unidade Jurisdicionada.

4.2.4.1.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos originários

Quadro A.4.13 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários

Valores em R\$ 1,00

Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa.								
2º elemento de despesa.								
3º elemento de despesa.								
Demais elementos do grupo.								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa.								
2º elemento de despesa.								
3º elemento de despesa.								
Demais elementos do grupo.								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa.								
2º elemento de despesa.								
3º elemento de despesa.								
Demais elementos do grupo.								
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
1º elemento de despesa.								
2º elemento de despesa.								
3º elemento de despesa.								
Demais elementos do grupo.								
5. Inversões Financeiras								

1º elemento de despesa.								
2º elemento de despesa.								
3º elemento de despesa.								
Demais elementos do grupo.								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa.								
2º elemento de despesa.								
3º elemento de despesa.								
Demais elementos do grupo.								

Fonte:

Este item *não se aplica* a esta Unidade Jurisdicionada.

4.2.4.2 Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

4.2.4.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	4.133.016,61	5.125.645,94	4.133.016,61	5.125.645,94
a) Convite	—	—	—	—
b) Tomada de preços	76.720,75	—	76.720,75	—
c) Concorrência	—	—	—	—
d) Pregão	4.056.295,86	5.125.645,94	4.056.295,86	5.125.645,94
e) Concurso	—	—	—	—
f) Consulta	—	—	—	—
2. Contratações Diretas (g+h)	41.041.070,86	981.847,01	41.041.070,86	899.032,87
g) Dispensa	40.995.676,02	641.882,00	40.995.676,02	587.429,96
h) Inexigibilidade	45.394,84	339.965,01	45.394,84	311.602,91
3. Regime de Execução Especial	—	—	—	—
i) Suprimento de Fundos	—	—	—	—
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	917.484,91	917.484,91	907.003,88	917.484,91
j) Pagamento em Folha	14.528,12	—	14.528,12	—
k) Diárias	902.956,79	1.485.464,26	892.475,76	1.485.464,26
5. Outros	—	—	—	—
6. Total (1+2+3+4+5)	46.091.572,38	7.024.977,86	46.081.091,35	6.942.163,72

Fonte: Siafi.

No Quadro A.4.14, observa-se que no exercício de 2012 ocorreu apenas a realização de licitação na modalidade Pregão e que o valor desta despesa foi inferior ao executado no exercício de 2011 em cerca de 20%. Ressalte-se ainda que ocorreu execução de despesa na modalidade Tomada de Preços realizada em exercício anterior, no valor de R\$76.720,75 (setenta e seis mil, setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos), como complemento ao contrato original.

Outro ponto que merece destaque é o aumento substancial no valor das despesas realizadas na modalidade de Contratação Direta (dispensa e inexigibilidade), no valor total de R\$40.184.471,72 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos), em razão da Chamada Pública para na contratação de serviços Assistência Técnica e Extensão Rural – Ates.

Verifica-se de forma inversa uma grande diminuição no valor das despesas com diárias em que houve redução de aproximadamente 60% em relação ao exercício de 2011.

4.2.4.2.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	14.528,12	—	14.528,12	—	—	—	14.528,12	—
3390.08	14.528,12	—	14.528,12	—	—	—	14.528,12	—
2. Juros e Encargos da Dívida	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
3. Outras Despesas Correntes	45.892.798,04	8.177.632,59	7.132.538,08	5.069.905,21	38.760.259,96	1.622.363,12	7.115.127,55	5.060.805,21
3390.14	902.956,79	1.485.464,26	902.956,79	1.485.464,26	—	—	892.475,76	1.485.464,26
3390.30	656.952,23	642.817,54	529.795,26	553.372,15	127.166,97	89.445,39	529.785,28	553.372,15
3390.33	502.702,48	909.092,85	461.718,34	774.304,02	40.984,14	134.788,83	461.718,34	774.304,02
3390.36	356.904,50	278.592,65	354.384,50	271.392,65	2.520,00	7.200,00	348.465,00	271.392,65
3390.37	1.961.018,04	1.623.151,88	1.953.771,97	1.623.151,88	7.246,07	—	1.953.771,00	1.623.151,88
3390.39	41.404.095,89	2.785.395,86	2.834.025,50	1.423.709,24	38.570.070,39	1.361.686,02	2.833.025,50	1.423.709,24
3390.47	38.563,00	5.285,30	30.771,85	3.845,30	7.791,15	1.440,00	30.771,85	3.845,30
3390.91	10.895,66	—	10.895,66	—	—	—	10.895,66	—
3390.92	14.399,42	385.872,08	11.918,18	385.872,08	2.481,24	—	11.918,18	385.872,08
3390.93	28.977,60	21.660,17	28.977,60	21.660,17	—	—	28.997,60	21.660,17
3391.39	15.332,43	40.300,00	13.332,43	12.497,72	2.000,00	27.802,28	13.332,43	12.497,72
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	13.330.015,82	15.464.218,99	136.798,20	9.639,99	13.193.217,62	6.172,00	136.798,20	9.639,99
4440.41	12.603.500,31	15.448.407,00	—	—	12.603.500,31	—	—	—
4440.92	106.549,11	—	—	—	106.549,11	—	—	—
4490.51	315.671,75	—	76.720,75	—	238.951,00	—	76.720,75	—
4490.52	304.294,65	15.811,99	60.077,45	9.639,99	244.217,20	6.172,00	60.077,45	9.639,99

5. Inversões Financeiras	24.576.230,34	6.372.400,49	1.103.016,21	—	24.473.214,13	6.372.400,49	1.103.016,21	—
4590.61	1.103.030,34	6.372.400,49	1.103.016,21	—	14,13	6.372.400,49	1.103.016,21	—
4590.66	23.473.200,00	—	—	—	23.473.200,00	—	—	—
6. Amortização da Dívida	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Siafi.

4.2.4.3 Análise crítica

Observa-se que houve uma predominância de despesas no grupo Outras Despesas Correntes. Verifica-se que o elemento de maior destaque é a despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com o objeto da contratação de empresas para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em Projetos de Assentamento, correspondendo a aproximadamente 88% do grupo, seguido do elemento locação de mão de obra com a finalidade de execução de atividades de apoio administrativo.

Outro elemento com significativa representatividade é o elemento Diárias – Pessoal Civil, utilizado para cobertura de atividades de campo visando o atingimento dos objetivos institucionais da Autarquia, cuja despesa foi menor do que a realizada no exercício anterior.

Percebe-se que os valores dos Restos a Pagar de 2012 também estão concentrados nos elementos Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e locação de mão de obra e que os valores pagos no exercício de 2012 foram maiores que os valores pagos no exercício 2011. Percebe-se ainda um grande volume de recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, R\$38.760.259,96, por conta, basicamente, dos contratos para prestação de serviço de Ates terem sido firmados no período de encerramento do exercício.

Na categoria Despesas de Capital, observa-se no quadro acima que dos valores empenhados pela Regional, sua grande maioria está no grupo Inversões Financeiras, com concessão de empréstimos e aquisição de imóveis rurais, seguido dos elementos contribuições do grupo Investimentos.

Verifica-se um aumento substancial das inscrições em Restos a Pagar das Despesas de Capital comparando os exercícios de 2011 com 2012.

5 Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira

5.1 Reconhecimento de passivos

5.1.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.5.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código Siafi		Denominação			
21211.11.00		Fornecedores por Insuf. de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
133080	34.671.057/0001-34	—	—	106.549,11	106.549,11
133080	63.798.490/0001-33	—	—	26.180,00	26.180,00
133082	33.530.486/0001-29	—	—	3.012,52	3.012,52
133082	04.895.728/0001-80	—	—	3.704,60	3.704,60
133082	08.542.455/0001-40	—	—	1.225,00	1.225,00
133082	14.031.512/0001-20	—	—	3.635,30	3.635,30
133082	10.509.790/0001-99	—	—	410,00	410,00
Razões e Justificativas:					
Os reconhecimentos originaram de processos administrativos com despesas:					
1. Referente à 3ª parcela do convenio CRT MB 10017/2008, que não foi efetuada no prazo previsto em razão insuficiência de recursos financeiros;					
2. Pagamento de fatura de prestação de serviços de telefonia fixa em favor da Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia – Proc. n.º 54114.000066/2012-93, que não foi paga no tempo devido por falta de operador do sistema Siafi;					
3. Pagamento de fatura de prestação de serviços de fornecimento e energia elétrica em favor da Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia – Proc. n.º 54114.000033/2012-43, que não foi paga no tempo devido por falta de operador do sistema Siafi;					
4. Pagamento de fatura referente aquisição de pecas e serviço de manutenção de veículos prestados em favor da Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia – Proc. n.º 54114.000076/2012-29, que não foi paga no tempo devido por falta de operador do sistema Siafi;					
5. Pagamento de fatura referente à aquisição de material de processamento de dados em favor da Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia – Proc. n.º 54114.000070/2012-51, que não foi paga no tempo devido por falta de operador do sistema Siafi;					
6. Pagamento de fatura referente à aquisição de material de processamento de dados em favor da Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia – Proc. n.º 54114.000071/2012-04, que não foi paga no tempo devido por falta de operador do sistema Siafi;					
7. Pagamento de fatura referente à prestação de serviços de locação de veículos para esta Regional – Processo n.º 54600.002019/2011-11, por insuficiência de recursos.					

Fonte: Siafi.

5.1.2 Análise crítica

O reconhecimento dos passivos ora já discriminados no Quadro A.5.1 originaram-se de despesas realizadas por esta Unidade Gestora e Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia e obedeceu a Portaria n.º 123, de 18 de março de 2011, cujos fatos geradores advieram de fatos supervenientes não previstos por esta UJ.

O impacto dos passivos reconhecidos sobre a gestão orçamentária e financeira não chegou a afetar Programação Operacional do Órgão.

5.2 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

5.2.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	401,05	—	—	401,05
2010	402.061,53	580,00	401.481,53	—
2009	3.445.152,47	1.582,31	525.619,50	2.917.950,66
2008	1.200.264,64	264,64	—	1.200.000,00
2007	532,74	532,74	—	—
2006	5.717,59	5.717,59	—	—
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	23.445.119,74	176.264,20	17.561.911,85	5.706.943,69
2010	44.979.153,08	27.117.112,05	12.552.072,92	5.309.968,11
2009	124.307.198,72	66.435.405,50	57.871.793,22	—
2008	119.527.682,43	44.710.200,62	74.817.481,81	—
2007	40.076.886,37	6.990.993,06	33.085.893,31	—
2006	45.839.480,58	3.214.923,98	42.624.556,60	—

Fonte: Siafi.

5.2.2 Análise crítica

No quadro acima se percebe a existência de Restos a Pagar de exercícios anteriores e sua permanência se deve com a publicação do Decreto n.º 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Nota-se que a gestão da Regional empreendeu esforços no sentido de realizar estas despesas, situação que é notada pelos cancelamentos e pagamentos acumulados.

O comportamento dessas inscrições é explicado pelo fato das liberações orçamentárias que além de não ocorrerem de forma gradual ao longo do ano concentra suas liberações principalmente no final do exercício e, além disso, sem as correspondentes liberações financeiras o que compromete os limites financeiros do exercícios seguintes.

5.3 Transferências de recursos

5.3.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

As informações referentes a este item constam do Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência, disponível na seção “Anexos”.

5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)					
CNPJ:	00.375.972/0081-45					
UG/Gestão:	133080/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	7	8	20	14.567.485,57	13.961.428,98	6.189.245,53
Contrato de Repasse	—	—	—	—	—	—
Termo de Cooperação	—	—	—	—	—	—
Termo de Compromisso	—	—	—	—	—	—
Totais	7	8	20	14.567.485,57	13.961.428,98	6.189.245,53

Fonte: Siafi e Siconv.

5.3.3 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)					
CNPJ: 00.375.972/0081-45			UG/Gestão: 133080/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes.	Valores (R\$1,00)			% do valor global repassado até o final do exercício de 2012.
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	33	46.455.589,92	20.836.404,08	23.159.234,55	44,85
Contrato de Repasse	—	—	—	—	—
Termo de Cooperação	—	—	—	—	—
Termo de Compromisso	—	—	—	—	—
Totais	33	46.455.589,92	20.836.404,08	23.159.234,55	44,85

Fonte: Siconv.

5.3.4 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)					
CNPJ: 00.375.972/0081-45			UG/Gestão: 133080/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassados)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	4	—	—
		Montante Repassado	2.603.667,40	—	—
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	—	—
		Montante Repassado	1.559.306,76	—	—
2011	Contas Prestadas	Quantidade	6	—	—
		Montante Repassado	4.745.150,59	—	—
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	—	—
		Montante Repassado	2.300.069,21	—	—
2010	Contas Prestadas	Quantidade	—	—	—
		Montante Repassado	—	—	—
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	—	—	—
		Montante Repassado	—	—	—
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	—	—	—
		Montante Repassado	—	—	—

Fonte: Siafi e Siconv.

5.3.5 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.5.7 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)					
CNPJ: 00.375.972/0081-45			UG/Gestão: 133080/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			4	—
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	4	—
			Contas <i>não</i> analisadas	—	—
		Montante repassado (R\$)		2.603.667,40	—
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade aprovada	—	—
			Quantidade reprovada	—	—
			Quantidade de TCE	—	—
		Contas não analisadas	Quantidade	—	—
			Montante repassado (R\$)	—	—
2011	Quantidade de contas prestadas			5	—
	Contas analisadas		Quantidade aprovada	—	—
			Quantidade reprovada	5	—
			Quantidade de TCE	—	—
	Contas não analisadas		Quantidade	—	—
			Montante repassado (R\$)	4.429.588,09	—
2010	Quantidade de contas prestadas			1	—
	Contas analisadas		Quantidade aprovada	—	—
			Quantidade reprovada	1	—
			Quantidade de TCE	—	—
	Contas não analisadas		Quantidade	—	—
			Montante repassado (R\$)	315.562,50	—
Exercícios anteriores a 2010	Contas não analisadas		Quantidade	—	—
			Montante repassado (R\$)	—	—

Fonte: Siafi e Siconv.

5.3.6 Análise crítica

Inicialmente esta Superintendência Regional tem notificado as convenientes a sanarem as pendências verificadas na ocasião da prestação de contas e quando não atendem a contento as notificações são tomadas novas medidas através da Comissão de Tomada de Contas Especial.

Os empenhos das despesas realizadas com transferências voluntárias atenderam ao quanto disposto no Art. 12 do Decreto n.º 7.680/2012, haja vista, os 7 (sete) convênios celebrados com Prefeituras Municipais terem sido empenhados em data anterior a 7 de dezembro de 2012. Entretanto, no que tange ao Art. 35 do Decreto n.º 93.872/86, cabe ressaltar que, para esses convênios celebrados, não foi efetuado nenhum repasse, ficando inscritos em Restos a Pagar.

Em relação às transferências voluntárias efetuadas nos últimos três anos, observamos que todas elas foram voltadas para Prefeituras Municipais visando a implantação de infraestrutura básica em projetos de assentamento sob a atuação desta Superintendência Regional. No exercício de 2010 foram celebrados 21 convênios, para um volume de recursos empenhados da ordem de R\$ 18.290.117,54. Em 2011, houve uma variação negativa no empenho de recursos para transferências voluntárias de aproximadamente 15,53% em relação ao exercício imediatamente anterior, ou seja, R\$ 15.448.407,00 para um quantitativo de 8 (oito) convênios celebrados. No exercício 2012 foram celebrados 7 (sete) convênios no valor global de R\$ 12.353.476,52, havendo um declínio de 20% em relação ao exercício 2011.

Essa queda gradativa no número de convênios celebrados em relação ao exercício 2010 se deve, principalmente, ao fato da maioria das Prefeituras Municipais encontrar-se com registro de inadimplência junto ao Cauc/Siafi, o que inviabilizou a participação de algumas delas, no que pese haver uma grande demanda de infraestrutura básica na maioria dos municípios sob a atuação desta Superintendência Regional.

Em relação às medidas adotadas para gerir as transferências voluntárias no exercício 2012, temos a informar que nossos gestores procuraram seguir, além dos normativos legais, as recomendações já apontadas nos Relatórios de Auditoria Interna e da CGU, de exercícios anteriores.

No que tange aos convênios vencidos registrados no Siafi, no final do exercício restou somente um que ainda estava na situação de “a comprovar”. Tal situação se explica pelo fato da entidade conveniente ter prestado contas, entretanto deixou de apresentar documentação complementar, estornado-se o lançamento contábil de “a aprovar” para “a comprovar” visando lançamento da mesma em inadimplência e encaminhamento para TCE.

No Siconv, notamos que somente 3 (três) entidades convenientes não prestaram contas corretamente, motivo pelo qual foram notificadas a corrigirem tal situação.

Esta Superintendência Regional empreendeu esforços no sentido de zerar o estoque de convênios vencidos que estavam na situação de “a aprovar” no Siafi, no entanto, não conseguimos, pois o setor de Ates fez com que houvesse atrasos na fiscalização e elaboração dos relatórios conclusivos acerca do cumprimento do objeto dos convênios. Este problema também foi observado quanto aos convênios celebrados no Siconv. A expectativa é que com a chegada de novos servidores através do último concurso em andamento venhamos a equacionar esses problemas.

A estrutura de controle para gerenciamento das transferências é definida de forma compartilhada, ou seja, com a Divisão cuja ação está vinculada, que tem a responsabilidade dos aspectos técnicos e de fiscalização, e a Divisão de Administração, que atua na formalização, acompanhamento e na fiscalização no que tange aos aspectos financeiros.

5.4 Suprimento de fundos

5.4.1 Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos

5.4.1.1 Suprimento de fundos – Visão geral

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

5.4.1.2 Suprimento de fundos – Conta tipo “B”

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

5.4.1.3 Suprimento de fundos – Cartão de crédito corporativo

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

5.4.1.4 Utilização da conta tipo “B” e do cartão de crédito corporativo pela UJ

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

5.4.1.5 Prestações de contas de suprimentos de fundos

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

5.4.2 Análise crítica

Desde alguns anos esta Unidade Gestora não vem utilizando cartão de crédito corporativo, nem de suprimento de fundos.

5.5 Renúncias tributárias sob a gestão da UJ

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

5.6 Gestão de precatórios

Conteúdo *não cobrado* da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU n.º 119, de 18 de janeiro de 2012.

6 Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados

6.1 Composição do quadro de servidores ativos

6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	—	180	6	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	—	—	—	—
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	—	180	6	17
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	—	176	4	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	—	4	2	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	—	—	—	—
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	—	—	—	—
2. Servidores com contratos temporários	—	—	—	—
3. Servidores com vínculo com a Administração Pública	—	4	—	2
4. Total de servidores (1+2+3)	—	184	6	19

Fonte: Siape (GRCOSITCAR e Extrator de Dados).

6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31/12.
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de cargo em comissão.	—
1.2. Exercício de função de confiança.	4
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis).	—
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	—
2.1. Para exercício de mandato eletivo.	—
2.2. Para estudo ou missão no exterior.	—
2.3. Para serviço em organismo internacional.	—
2.4. Para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no país.	—
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração.	—
3.2. A pedido, a critério da Administração.	—
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro.	—
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde.	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por processo seletivo.	—
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	—
4.1. Doença em pessoa da família.	—
4.2. Capacitação.	—
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro.	—
5.2. Serviço militar.	—
5.3. Atividade política.	—
5.4. Interesses particulares.	1
5.5. Mandato classista.	—
6. Outras situações (especificar o ato normativo)	—
6.1. Condenação a pena privativa de liberdade.	—
7. Total de servidores afastados em 31/12 (1+2+3+4+5+6)	6

Fonte: Extração Siape em Fev/2013.

6.1.2 Qualificação da força de trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	21	21	5	4
1.1. Cargos de natureza especial	—	—	—	—
1.2. Grupo de direção e assessoramento superior	21	21	5	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao Órgão.	—	16	4	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado.	—	1	1	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas.	—	—	—	—
1.2.4. Sem vínculo.	—	4	—	2
1.2.5. Aposentados.	—	—	—	—
2. Funções gratificadas	—	1	—	—
2.1. Servidores de carreira vinculada ao Órgão.	—	1	—	—
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado.	—	—	—	—
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas.	—	—	—	—
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	21	22	5	4

Fonte: Siape e Extrator de Dados.

6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do cargo	Quantidade de servidores por faixa etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	10	32	27	76	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos.	—	—	—	—	—
1.2. Servidores de carreira.	10	32	27	76	35
1.3. Servidores com contratos temporários.	—	—	—	—	—
2. Provimento de cargo em comissão	1	3	—	—	—
2.1. Cargos de natureza especial.	—	—	—	—	—
2.2. Grupo direção e assessoramento superior.	1	3	—	—	—
2.3. Funções gratificadas.	—	—	—	—	—
3. Totais (1+2)	11	35	27	76	35

Fonte: Siape e Extrator de Dados.

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12

Fonte: Siape e Extrator de Dados.

6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valor R\$ 1,00

Tipologias/Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de Poder e agentes políticos											
Exercícios	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	9.627.021,67	409.076,01	860.657,35	263.697,27	885.062,12	1.228.493,79	224,56	66.505,52	21.539,84	13.362.278,13
	2011	9.698.777,31	—	856.391,72	262.028,73	998.856,97	1.330.587,47	12.151,36	—	25.917,58	13.184.711,14
	2010	9.612.297,52	—	872.260,19	263.079,98	1.897.652,06	1.050.735,55	12.314,99	21.516,32	10.828,85	13.740.685,46
Servidores com contratos temporários											
Exercícios	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Servidores ocupantes de cargos de natureza especial											
Exercícios	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e assessoramento superior											
Exercícios	2012	—	177.402,88	—	—	37.846,27	—	—	—	—	215.249,15
	2011	—	493.415,44	—	—	166.735,64	—	—	—	—	660.151,08
	2010	—	483.633,47	—	—	214.182,56	—	—	—	—	697.816,03

Tipologias/Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores ocupantes de funções Gratificadas											
Exercícios	2012	—	5.052,12	—	—	—	—	—	—	—	5.052,12
	2011	—	4.772,64	—	—	4.782,84	—	—	—	—	9.555,48
	2010	—	4.911,78	—	—	6.204,84	—	—	—	—	11.116,62
Diárias concedidas para terceiros											
Exercícios	2012	—	—	—	—	309.632,00	—	—	—	—	309.632,00
	2011	—	—	—	—	379.665,74	—	—	—	—	379.665,74
	2010	—	—	—	—	393.549,11	—	—	—	—	393.549,11

Fonte: Extração DW Siape dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e aposentadoria

Quadro A.6.7 – Composição do quadro de servidores inativos – Situação apurada em 31/12

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12.	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência.
1. Integral	36	9
1.1. Voluntária	28	9
1.2. Compulsória	3	—
1.3. Invalidez permanente	5	—
1.4. Outras	—	—
2. Proporcional	15	—
2.1. Voluntária	11	—
2.2. Compulsória	4	—
2.3. Invalidez permanente	—	—
2.4. Outras	—	—
3. Totais (1 + 2)	51	9

Fonte: Siape e Extrator de Dados.

6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 – Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de beneficiários de pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	22	6
1.1. Integral	18	6
1.2. Proporcional	4	—
2. Em atividade	15	2
3. Total (1 + 2)	37	8

Fonte: Siape e Extrator de Dados.

6.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

No que diz respeito a esta questão temos a esclarecer que o Incra não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, passamos a oferecer as seguintes respostas.

- Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto à acumulação de cargos, funções e empregos públicos;
- Não há;
- Não há;

- d) Quanto à existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do Incra, podemos afirmar que este Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a Segep/MP efetuam cruzamento de dados e constatarem a acumulação indevida de servidor desta Autarquia, as providências visando sanar a irregularidade são imediatamente adotadas, nos termos do Art. 133 e seguintes da Lei n.º 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

- a) No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela Segep/MP;
- b) Não há;
- c) Não há.

6.1.7 Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação

6.1.7.1 Atos sujeitos à comunicação ao tribunal por intermédio do SISAc

Quadro A.6.9 – Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU n.º 55/2007)

Tipos de atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAc	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	—	—	—	—
Concessão de aposentadoria	10	5	1	5
Concessão de pensão civil	4	1	—	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	—	—	—	—
Concessão de reforma	—	—	—	—
Concessão de pensão militar	—	—	—	—
Alteração de fundamento legal de ato concessório	—	—	—	—
Totais	14	6	1	6

Fonte: Incra/SR(27)/A/SDH.

Quadro A.6.10 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU n.º 55/2007)

Tipos de atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAc	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	—	—	—	—
Cancelamento de concessão	—	—	—	—
Cancelamento de desligamento	—	—	—	—
Totais	—	—	—	—

Fonte: Incra/SR(27)/A/SDH.

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAc

Tipos de atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAc			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos sujeitos ao registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU n.º 55/2007)				
Admissão	—	—	—	—
Concessão de aposentadoria	—	—	—	5
Concessão de pensão civil	—	—	—	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	—	—	—	—
Concessão de reforma	—	—	—	—
Concessão de pensão militar	—	—	—	—
Alteração do fundamento legal de ato concessório	—	—	—	—
Total	—	—	—	6
Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU n.º 55/2007)				
Desligamento	—	—	—	—
Cancelamento de concessão	—	—	—	—
Cancelamento de desligamento	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

Fonte: Incra/SR(27)A/SDH.

6.1.7.2 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

6.1.7.3 Informações da atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	—	—	—	—
Concessão de aposentadoria	—	—	—	—
Concessão de pensão civil	—	—	—	—
Concessão de pensão especial a ex-combatente	—	—	—	—
Concessão de reforma	—	—	—	—
Concessão de pensão militar	—	—	—	—
Alteração do fundamento legal de ato concessório	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

Fonte: Incra/SR(27)A/SDH.

6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Este Serviço de Desenvolvimento Humano não utiliza indicadores específicos no seu gerenciamento de trabalho como forma de mensurar os objetivos e desempenho de seus servidores. As decisões geralmente são centralizadas e emanadas da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas deste Instituto em Brasília (DF).

6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do Órgão

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

6.2.2 Informações sobre a substituição de terceirizados em decorrência da realização de concurso público

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

6.2.3 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

6.2.4 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra													
UG/Gestão: 133080/37201					CNPJ: 00.375.972/0081-45								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natu- reza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	013/2009	03.673.452/0001-22	09/10/2011	08/10/2012	—	2	—	—	—	—	P
2010	L	O	005/2010	63.807.812/0001-63	07/07/2011	06/07/2012	—	17	—	—	—	—	P
2011	V	O	007/2011	05.742.568/0001-00	16/12/2011	16/12/2012	—	28	—	—	—	—	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiege; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SR(27)A e SR(27)A/Serviços Gerais.

6.2.5 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra													
UG/Gestão: 133080/37201					CNPJ: 00.375.972/0081-45								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natu-reza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	007/2011	05.742.568/0001-00	16/12/2011	16/12/2012	28	—	—	—	—	—	P
2012	3	O	008/2012	07.639.738/0001-42	01/06/2012	31/05/2013	2	—	—	—	—	—	P
2009	4	O	013/2009	03.673.452/0001-22	09/10/2011	08/10/2012	2	—	—	—	—	—	P
2011	6	O	002/2011	07.804.828/0001-41	09/05/2011	08/05/2012	1	—	—	—	—	—	P
2009	7	O	030/2009	63.807.812/0001-63	16/12/2009	15/12/2010	2	—	—	—	—	—	P
2011	8	O	008/2011	08.824.076/0001-43	27/12/2011	27/12/2012	—	—	—	—	—	—	P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança; 7. Telecomunicações; Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
2. Transportes; 8. Manutenção de bens móveis; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior													
3. Informática; 9. Manutenção de bens imóveis; Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
4. Copeiragem; 10. Brigadistas; Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
5. Recepção; 11. Apoio Administrativo – Menores aprendizes;													
6. Reprografia; 12. Outras.													

Fonte: SR(27)A e SR(27)A/Serviços Gerais.

6.2.6 Composição do quadro de estagiários

Quadro A.6.19 – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	3	3	65.982,56
1.1. Área fim	—	—	—	—	—
1.2. Área meio	3	3	3	3	65.982,56
2. Nível médio	9	9	9	9	35.529,07
2.1. Área fim	—	—	—	—	—
2.2. Área meio	9	9	9	9	35.529,07
3. Total (1 + 2)	12	12	12	12	101.511,63

Fonte: Siape e Extrator de Dados.

7 Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação:

- Lei n.º 1.081, de 13 de abril de 1950;
- Lei n.º 9.327, de 09 de dezembro de 1996;
- Instrução Normativa/MPOG/n.º 3, de 15 de maio de 2008;
- Instrução Normativa/Incra/n.º 16/95.

b) A Superintendência Regional do Sul e Sudeste do Pará – Incra/SR(27), órgão de execução das Políticas Públicas da Reforma Agrária, tem sob sua jurisdição 39 municípios do sul e sudeste do Pará, sendo a sede da regional na cidade de Marabá e quatro Unidades Avançadas nos municípios de Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia e Tucuruí. São administrados pela regional 496 (quatrocentos e noventa e seis) projetos de assentamento na região. Para que a atividade fim da SR(27) seja executada em campo existe a dependência da utilização de veículos, que se tornam uma ferramenta sem a qual seria impossível realizar as atividades da reforma agrária na zona rural. Ainda mais, as regiões Sul e Sudeste do Pará apresentam uma malha rodoviária ruim, nas estradas de acesso aos projetos de assentamento nem sempre é possível trafegar com veículos do tipo passeio, principalmente no período chuvoso (prolongado em função da região amazônica), a utilização da frota de veículos, tipo *pick-up*, desempenha um papel importante para a condução dos técnicos do Incra e instrumentos/materiais de trabalho nos serviços relacionados à atividade agrária na jurisdição da SR(27).

c) A SR(27) apresenta uma frota de 47 (quarenta e sete) veículos, classificação de serviço comum, em bom estado de conservação, sendo utilizados pela Sede e suas unidades avançadas. Deste total de veículos a Superintendência recebeu em 2012 o quantitativo de 30 (trinta) veículos de uso comum novos, tipo *pick-up*, sendo distribuídos entre Sede e unidades avançadas jurisdicionadas:

- SR(27)/Sede: 28 veículos de serviço comum (1 ônibus, 1 caminhão, 25 *pick-ups* e 1 veículo de passeio);
- SRFA(08)/Terra Legal: 6 veículos de serviço comum (6 *pick-ups*);
- SR(27)UA/SGA: 2 veículos de serviço comum (2 *pick-ups*);
- SR(27)UA/CA: 6 veículos de serviço comum (5 *pick-ups* e 1 passeio);
- SR(27)UA/XIN: 3 veículos de serviço comum (3 *pick-ups*);
- SR(27)UA/TCI: 5 veículos de serviço comum (5 *pick-ups*).
- Observamos que os veículos oficiais recebidos pela SR(27) em 2012, ou seja 30 (trinta) viaturas novas, somente foram possíveis de utilização depois do emplacamento e tombamento patrimonial no mês de março de 2012.

d) A média anual de quilômetros rodados dos veículos da SR(27) está em torno de: 790.000 Km rodados em 2012.

e) A frota em uso (bom estado) apresenta idade média de 2 a 5 anos.

f) No ano de 2012 a Superintendência Regional realizou despesas liquidadas relativas à aquisição de combustível de R\$391.089,16 (trezentos e noventa e um mil, oitenta e nove reais e dezesseis centavos), para abastecimento da sua frota de veículos, observando que deste total aproxi-

madamente R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) foram gastos com abastecimento de veículos locados. Da mesma forma as despesas liquidadas com manutenção de veículos foram de R\$ 272.836,52 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos) da sua frota de veículos.

- g) Em 2012 a SR(27) apresentou um plano de substituição de frota a Diretoria de Gestão Administrativa, relativo aos veículos que encontram-se em condições precárias de uso ou para alienação.
- h) O processo de aquisição dos veículos de serviço comum, tipo *pick-ups*, foi realizado pelo Incra, através da Diretoria de Gestão Administrativa, não sendo possível explicar quais foram as razões da escolha da aquisição em detrimento da locação.
- i) A Superintendência Regional utiliza controle através de documentos de Requisições de Viagens – VR, *checklist*, planilhas eletrônicas de controle de saída e chegada, planilhas de controle de manutenção preventiva e corretivas, sistema informatizado denominado “Sis-Carros” para informações sobre veículos como abastecimento e manutenções.

Frota de veículos automotores a serviço da Unidade Jurisdicionada, mas contratada de terceiros.

- j) Com relação ao ano de 2012 a frota de veículos automotores, contratada de terceiros, utilizada pela SR(27), era advindo de contratos administrativos realizados em exercício anterior ao referido. Embora não se tenha estudos técnicos para a opção de terceirização na época da contratação, houve uma necessidade de contratação para o desempenho das atividades da SR de locação de veículos, haja vista a SR(27) não apresentar veículos com boas condições de uso.
- k) Empresa contratada: Locavel Serviços Ltda. CNPJ: 63.798.490/0001-33.
- l) Dados da Licitação/Contrato:
 - Tipo de Licitação: Pregão Eletrônico;
 - n.º do contrato assinado: 003/2011;
 - Vigência: 08/07/2011 a 07/02/2012;
 - Valor do contrato: R\$ 1.094.880,00;
 - Valores pagos em 2012: R\$ 82.799,07 (oitenta e dois mil, setecentos e noventa e nove reais e sete centavos).
- m) Legislação:
 - Lei n.º 1.081, de 13 de abril de 1950;
 - Lei n.º 9327, de 09 de dezembro de 1996;
 - Instrução Normativa n.º 3, de 15 de maio de 2008;
 - Instrução Normativa/Incra/n.º 16/95.
- n) Foram importantes na medida em que a SR(27), não contava com veículos que apresentavam condições adequadas de uso ou ofereciam riscos a segurança do trabalho dos servidores. O uso principal relacionou-se a atividades no PA Belauto em São Félix do Xingu (Operação na área indígena Apyterewa) e serviços da Ouvidoria Agrária Regional, na resolução de conflitos agrários.
- o) Quantidade de veículos: média de 2 veículos (dependendo necessidade).
- p) Média de quilômetros rodados: 46.000 Km em 2012.
- q) Idade média dos veículos: 1 ano.

r) Custo com manutenção da frota incluída no contrato.

- O abastecimento dos veículos eram realizados pelo contratante, SR(27), aproximadamente R\$15.000,00 (quinze mil reais) no período de 2012.

s) A Superintendência Regional utilizava controle através de documentos de Requisições de Viagens – VR, *checklist* operacional, planilhas eletrônicas de controle de saída e chegada, sistema informatizado denominado “Sis-Carros” para informações sobre veículos.

7.2 Gestão do patrimônio imobiliário

7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro A.7.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2012	Exercício 2011
BRASIL	PA	10	10
	Marabá	2	2
	Conceição do Araguaia	2	2
	São Félix do Xingu	1	1
	São Geraldo do Araguaia	1	1
	Tucuruí	4	4
Subtotal Brasil		10	10
EXTERIOR	País 1	—	—
	Cidade 1	—	—
	Cidade 2	—	—
	Cidade n	—	—
	País n	—	—
	Cidade 1	—	—
	Cidade 2	—	—
	Cidade n	—	—
Subtotal Exterior		—	—
Total (Brasil+ Exterior)		10	10

Fonte: SPIUnet.

7.2.2 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

7.2.3 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do imóvel			Despesa no exercício	
				Valor histórico	Data da avaliação	Valor reavaliado	Com reformas	Com manutenção
133080	0483.00181.500-6	15	3	291.204,26	05/03/2001	—	—	111.741,10
133080	0483.00182.500-1	15	5	315.140,63	05/03/2001	—	—	—
133081	0561.00015.500-8	15	4	24.752,41	26/12/2000	—	—	—
133081	0561.00014.500-2	15	4	58.341,98	26/12/2000	—	—	—
133081	0561.00013.500-7	15	3	148.468,08	26/12/2000	—	—	—
133081	0561.00016.500-3	15	7	18.708,60	26/12/2000	—	—	—
133082	0619.00032.500-6	15	4	125.804,14	—	—	—	—
133083	0453.00148.500-4	15	3	183.215,76	31/12/2001	—	385.148,70	—
133083	0453.00154.500-7	4	3	162.728,15	31/12/2001	—	—	—
373063	0545.00015.500-6	15	3	238.860,00	—	—	—	—
Total							385.148,70	111.741,10

Fonte: SPIUnet.

Análise crítica: em pesquisa junto ao SPIUnet, obteve-se as informações acima relacionadas no Quadro A.7.3. Verifica-se que resta atualizarmos os valores dos referidos imóveis, pois a última atualização data da época de aquisição. Na Sede foi formalizado o Processo n.º 54600.001089/2012-33 para atualização de valor de seus imóveis de uso especial. Essa atualização deveria ter sido feita há muito tempo, entretanto, por falta de servidor capacitado não foi possível. Recentemente capacitamos servidor para trabalhar no setor, obtivemos seu cadastro junto ao SPIUnet, esperamos neste próximo exercício superarmos essa dificuldade. No que se refere às despesas com manutenção e reformas foram considerados os valores efetivamente pagos.

8 Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento

8.1 Gestão da tecnologia da informação – TI

Quadro A.8.1 – Gestão da tecnologia da informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
×	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
×	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
×	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
×	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
×	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.

	Outra(s). Qual(is)?
×	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
×	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
×	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
×	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretriz(es) estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s). (P.ex.: PEI, PETI etc.)
×	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
×	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
×	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
×	O PDTI é publicado na <i>Internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
×	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
×	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio. (P.ex.: divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: (<i>Utilize a seguinte escala: (1) Nunca; (2) Às vezes; (3) Usualmente; (4) Sempre.</i>)	
(4)	São feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	Nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	São adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	Os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (<i>Decreto n.º 6.932/2009</i>): (<i>Assinale apenas uma das opções abaixo.</i>)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
×	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.

	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise crítica

A Política de Segurança da Informação da Instituição está sendo elaborada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (DET), com apoio do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR(27), dentre outras Superintendências.

Informações sobre a gestão de TI:

A área de TI do Incra, apesar de inegavelmente relevante para o negócio do Instituto, não possui orçamento próprio e os Núcleos de Tecnologia da Informação das Superintendências sequer são previstos na estrutura oficial do Órgão, além de não receberem quaisquer gratificações adicionais. Todos estes fatores contribuem para atenuar o desempenho e eficiência desta área na Autarquia.

Dos principais problemas:

1. Carência de pessoal na área de TI. O Núcleo de Tecnologia da SR(27) possui apenas 1 (um) servidor efetivo;
2. Ausência de recursos próprios para área de TI. O recurso é centralizado em outras Diretorias em Brasília, o que atrasa e emperra aquisições de bens e serviços;
3. Atraso na descentralização dos recursos. Normalmente são descentralizados apenas nos últimos dias passíveis de empenho;
4. O Núcleo de Tecnologia da Informação da Superintendência não existe oficialmente na estrutura organizacional, foi estabelecido por ordem de serviço;
5. O gestor do Núcleo de TI não recebe quaisquer gratificações adicionais, apesar da imensa responsabilidade da área;
6. Burocratização excessiva nas licitações, por força da Lei n.º 8.666/93, mesmo utilizando o prego eletrônico. Há aquisições que demoram 6 (seis) meses para serem concluídas;
7. Carência de pessoal na Comissão Permanente de Licitações (CPL) e Setor de Almoxarifado;
8. Atraso na entrega de equipamentos por parte dos Fornecedores.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

O conjunto de metas da SR(27) para o exercício de 2012 não previa metas específicas para o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), no entanto a maioria das metas definidas pelo próprio NTI e/ou os esforços para atender as demandas das Divisões, Setores e Unidades Avançadas foram alcançados.

Outras informações sobre a Gestão de TI:

Informamos que o Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidas diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET, na Sede do Incra em Brasília.

9 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro A.9.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?						
2. Em uma análise das aquisições dos últimos 5 anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza. (Ex.: produtos de limpeza biodegradáveis.)			x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex.: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?						
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água. (Ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas.)		x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?						
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados. (Ex.: papel reciclado.)			x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?						
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.		x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	() Sim	() Não				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?						
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x				

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n.º 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA: Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é <i>integralmente não aplicado</i> no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é <i>parcialmente aplicado</i> no contexto da UJ, porém, <i>em sua minoria</i> . (3) Neutra: Significa que <i>não há como afirmar</i> a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é <i>parcialmente aplicado</i> no contexto da UJ, porém, <i>em sua maioria</i> . (5) Totalmente válido: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é <i>integralmente aplicado</i> no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro A.9.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Adesão a programas de sustentabilidade						
Nome do programa			Ano de adesão		Resultados	
Recurso consumido	Quantidade			Valor (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel						
Água						
Energia elétrica						
Total						

Fonte:

10 Conformidades e tratamentos de disposições legais e normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

10.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.10.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código Siorg
Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)					27615
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1	017.895/2009-7	2211/2012	9.3	(DE)	622/2012-TCU/Secex-PA
Órgão/entidade objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código Siorg
Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)					27615
Descrição da Deliberação.					
“9.3. Determinar à Superintendência Regional do Sul do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Sul do Pará que, em atendimento ao disposto na Portaria STN n.º 564/2004, atualizada pela Portaria STN n.º 467/2009 e pela Portaria STN n.º 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação; “9.4. Alertar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Sul do Pará que o não cumprimento da determinação aposta no item 9.3 poderá dar ensejo à responsabilização dos dirigentes máximos das unidades jurisdicionadas;”					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código Siorg
Divisão de Desenvolvimento					49451
Justificativa para o seu não cumprimento.					
Não foi possível dar cumprimento à determinação acima referida pelo fato de não dispormos de dados que nos possibilite contabilizarmos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Ou seja, não sabemos ainda quanto dos tomadores de crédito instalação deixaram ou deixarão de efetuar o pagamento de seus empréstimos se ainda não iniciamos a cobrança. Pois até o momento o Incra não disponibilizou o Manual previsto no artigo 16 da Instrução Normativa/Incra/n.º 64, de 21 de outubro de 2010, que estabelece os procedimentos para a cobrança e recebimento dos pagamentos decorrentes dos créditos instalação concedidos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.					
O Manual previsto na IN n.º 64/2010, torna-se indispensável para o cumprimento da determinação acima referida. Portanto, a sua falta atuou como o fator negativo que prejudicou a adoção das providências pelo Gestor.					

10.1.3 Recomendações da OCI atendidas no exercício

Quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código Siorg
Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)			27615
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
1	Acórdão 1054/2012/TCU – Memo/AUD/n.º 237	9.2	Memo/AUD/n.º 237
Órgão/entidade objeto da Recomendação			Código Siorg
Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)			27615
Descrição da Recomendação.			
“9.2. ...dirijo-me a Vossas Senhorias para orientar todas as unidades jurisdicionadas do Incra, no sentido de que exijam das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos arts. 27, IV, 29, V, e 55, XIII da Lei n.º 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011.”			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código Siorg
Divisão de Administração			49499
Síntese da providência adotada.			
A Orientação vem sendo posta em prática por esta Superintendência Regional tanto nos pagamentos dos contratos, como para novas contratações.			
Síntese dos resultados obtidos.			
Não houve alteração significativa da rotina.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve dificuldades para atendimento da Orientação.			

10.1.4 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.10.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código Siorg
Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)			27615
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
1	Acórdão 2211/2012-TCU – Memo/AUD/n.º 200	(b)	Memo/AUD/n.º 200
Órgão/entidade objeto da Recomendação			Código Siorg
Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)			27615
Descrição da Recomendação.			
“b) A Superintendência Regional do Sul do Pará – SR(27)/Marabá, para que dê ciência à Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará – Secex-PA, acerca das providências que se encontram sendo adotadas no âmbito da Diretoria de Gestão Administrativa – DA para cumprimento da determinação do Acórdão em tela.”			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código Siorg
Divisão de Desenvolvimento			49451
Justificativa para o seu não cumprimento.			
A Diretoria de Gestão Administrativa – DA ainda não repassou para esta Regional qualquer orientação acerca das providências que estão sendo adotadas para cumprimento da determinação do Acórdão 2211/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Em relação a essa recomendação, notamos que faltou a Incra/DA comunicar a esta Regional acerca das medidas que estão sendo implementadas visando cumprimento da determinação do Acórdão, o que prejudicou a adoção de providências por parte do Gestor.			

10.2 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27) não possui Unidade de Auditoria Interna, estando sob a responsabilidade da Unidade de Auditoria Interna do Incra (Sede).

10.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei n.º 8.730/93

10.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei n.º 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de cargos e funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei n.º 8.730/93	Momento da ocorrência da obrigação de entregar a DBR		
		Posse ou início do exercício de cargo, emprego ou função	Final do exercício de cargo, emprego ou função	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n.º 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	—	—	—
	Entregaram a DBR	—	—	—
	Não cumpriram a obrigação	—	—	—
Cargos eletivos	Obrigados a entregar a DBR	—	—	—
	Entregaram a DBR	—	—	—
	Não cumpriram a obrigação	—	—	—
Funções comissionadas (cargo, emprego, função de confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	21	4	21
	Entregaram a DBR	21	4	21
	Não cumpriram a obrigação	—	—	—

Fonte: Incra/SR(27)A/SDH.

10.3.2 Análise crítica

O Serviço de Desenvolvimento Humano – SR(27)A/SDH anualmente solicita as Declarações de Bens e Rendimentos ou Autorizações de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física aos servidores e as recebe em folha de papel e guarda dentro da pasta funcional do servidor.

10.4 Modelo de declaração de atualização de dados no Siasg e Siconv

10.4.1 Modelo de declaração de atualização de dados no Siasg e Siconv

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv

DECLARAÇÃO

Eu, Maria José Carneiro, CPF n.º 928.248.624-91, Administradora, exercido na Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, conforme estabelece o art. 19 da Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Marabá, 22 de março de 2013.

Maria José Carneiro
CPF n.º 928.248.624-91
Chefe da SR(27)A

11 Informações contábeis

11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos

No exercício foram formadas comissões e instruídos processos para que fossem promovidos os devidos ajustes na UJ que compõem-se de mais quatro unidades gestoras (Unidades Avançadas). Para o exercício estava previsto a depreciação dos bens móveis, especificamente para equipamentos de processamento de dados e veículos de tração mecânica, conforme orientação do Incra (Sede), através do Memo Circular/Incra/DA n.º 69/2012, de 16 de fevereiro de 2012.

Para os equipamentos de processamento de dados usou-se como metodologia a aplicação de testes e uso de Laudos Técnicos e para os veículos a tabela Fipe e informações prestadas por empresas de prestação de serviços de manutenção da frota de veículos da UJ.

Foram usadas como parâmetros além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, a Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31 de dezembro de 1998, assim como as orientações discorridas no expediente oriundo do Incra (Sede).

Ressalte-se, porém, que os trabalhos não foram concluídos, pois faltou servidor capacitado para lançamento dos dados no sistema de patrimônio do Órgão, de forma que não pode se concluir a respeito dos resultados. Esperamos que no exercício 2013 possamos concluir esses trabalhos.

11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

11.2.1 Declaração plena

O conteúdo deste item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

11.2.2 Declaração com ressalva

Quadro A.11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício *não* refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)		133080	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <i>exceto</i> no tocante a: a) Ativo Imobilizado, na conta Patrimonial de Bens Móveis, com a classificação contábil 14212.90.00 – Bens em Processo de Localização e 14212.91.00 – Bens Móveis a Alienar registram os valores relativos aos bens não localizados no processo de inventário, e aos bens móveis que, por algum motivo foram destinados à alienação, portanto, os valores aritméticos entre o patrimônio e a contabilidade estão com seus saldos conciliados, em relação a esta UG 133080, de acordo com o processo administrativo n.º 54600.001400/2012-44 referente ao levantamento físico apresentado ao Serviço de Contabilidade da SR(27), exceto os das Unidades Avançadas jurisdicionadas a esta UJ, que por falha da internet não possível realização dos ajustes contábeis; b) Compensações Ativas Diversas, convênios firmados, registro dos valores de convênios para saída de recursos firmados com outras entidades com a finalidade de atingir objetivos comuns nos termos descritos no instrumento. No exercício 2012 novamente foi formada uma comissão para proceder análise de prestação de contas dos convênios que estavam em situação de a comprovar e a aprovar. Após os trabalhos desta comissão, verificou-se a redução significativa da demanda de processos a terem suas prestações de contas analisadas. Com o Siconv a análise das prestações de contas tendem a ficar mais ágeis, entretanto, em razão dos atrasos verificados na liberação de parcelas dos convênios e na entrega dos relatórios de fiscalização por parte da Engenharia não foi concluída nenhuma prestação de contas no Siconv, além do mais algumas convenientes tiveram dificuldades de inserir tais informações no sistema, sendo estas notificadas a efetuarem as correções; c) A conta 22.1.2.1.1.03.00 Convênios a Pagar – RP Não Processados a Liquidar conterà os saldos remanescentes de Restos a Pagar do exercício anterior não cancelados pela UG, por meio da transação >NL. Caso isso não ocorra, serão baixados automaticamente pelo sistema por meio de evento, vez que foram feitas várias tentativas pela Setorial Contábil desta Regional, mas sem êxito. A conta 2.9.5.1.1.02.00 RP Não Processados Liquidado a Pagar, consta saldo remanescente de convênios que se encontram em execução, considerando que o Decreto n.º 7.680/2012 prorrogou prazo. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Marabá (PA)	Data	14/03/2013
Contador responsável	Manoel de Vasconcelos Castilho	CRC n.º	2.989/PA

11.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei n.º 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	2012	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E	EMISSAO	15/03/2013	PAGINA	1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	435.287,12	607.171,53	DESPESAS CORRENTES	45.223.626,70	7.302.612,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	435.287,12	607.171,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.528,12	0,00
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.193.766,15	7.262.312,71
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	8.472.981,26	10.059.156,84	OUTRAS DESPESAS	45.193.766,15	7.262.312,71
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	8.042.979,83	9.480.297,84	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	40.300,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.042.979,83	9.480.297,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	40.300,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	8.042.979,83	9.480.297,84	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	15.332,43	0,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	430.001,43	578.859,00	DESPESAS DE CAPITAL	37.781.892,81	21.836.619,48
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	430.001,43	578.859,00	INVESTIMENTOS	13.205.662,47	15.464.218,99
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	430.001,43	578.859,00	INVERSOES FINANCEIRAS	24.576.230,34	6.372.400,49
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	229.479.547,18	330.597.484,08	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.071.158,03	3.236.168,26
VALORES EM CIRCULACAO	43.618.800,86	142.767.703,79	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	4.071.158,03	3.236.168,26
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	43.618.800,86	142.767.703,79	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	3.635.870,91	2.628.996,73
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	96.289.396,71	148.064.282,78	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.270.409,85	1.281.913,17
FORNECEDORES	14.986.056,17	5.044.432,19	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.365.461,06	1.347.083,56
CONVENIOS A PAGAR	1.200.000,00	1.200.000,00	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	435.287,12	607.171,53
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	13.786.056,17	3.844.432,19	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	151.311.138,02	308.888.412,00
RESTOS A PAGAR	81.286.930,01	143.019.850,59	VALORES EM CIRCULACAO	90.461.766,01	43.618.800,86
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	75.485.230,67	38.494.668,17	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	90.461.766,01	43.618.800,86
CANCELADO	5.801.699,34	104.525.182,42	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	43.539.100,36	143.703.410,73
OUTROS DEBITOS	16.410,53	0,00	FORNECEDORES	5.044.432,19	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	89.571.349,61	39.765.497,51	CONVENIOS A PAGAR	1.200.000,00	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	89.571.349,61	39.765.497,51	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	3.844.432,19	0,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	89.571.349,61	39.765.497,51	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	38.494.668,17	143.703.410,73
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	17.310.271,65	121.566.200,41
			BAIXA DE DIREITOS	17.310.271,65	121.566.200,41
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	17.310.271,65	121.566.200,41
INGRESSOS	238.387.815,56	341.263.812,45	DISPENDIOS	238.387.815,56	341.263.812,45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	90.461.766,01	43.618.800,86	PASSIVO FINANCEIRO	90.487.697,37	43.539.100,36
CREDITOS EM CIRCULACAO	90.461.766,01	43.618.800,86	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	90.487.697,37	43.539.100,36
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	890.416,40	3.853.303,35	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	15.002.466,70	5.044.432,19
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	89.571.349,61	39.765.497,51	CONVENIOS A PAGAR	1.200.000,00	1.200.000,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.023.967.886,45	953.755.016,20	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	19.428.043,35	44.711.041,60	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	16.410,53	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-28.589.760,97	-3.293.018,42	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	13.786.056,17	3.844.432,19
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-89.571.349,61	-39.765.497,51	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	75.485.230,67	38.494.668,17
DIVERSOS RESPONSAVEIS	14.396.588,77	14.396.588,77	A LIQUIDAR	75.485.230,67	38.494.668,17
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	46.584.999,87	22.075.890,32	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-75.338.102,14	-38.494.668,17
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	48.017.804,32	48.004.060,02	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-75.338.102,14	-38.494.668,17
ESTOQUES	28.635,12	14.890,82	FORNECEDORES A PAGAR	147.128,53	0,00
TITULOS E VALORES	47.989.169,20	47.989.169,20	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	844.859.752,24	844.859.752,24	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-75.485.230,67	-38.494.668,17
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	844.859.752,24	844.859.752,24	PASSIVO REAL	15.149.595,23	5.044.432,19
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	531.868.231,52	531.868.231,52	PATRIMONIO LIQUIDO	1.099.280.057,23	992.329.384,87
CREDITOS A RECEBER	312.991.520,72	312.991.520,72	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	926.632.736,01
PERMANENTE	159.680.090,86	64.184.222,36	PATRIMONIO	0,00	926.632.736,01
IMOBILIZADO	159.680.090,86	64.184.222,36	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-37.925,18
BENS MOVEIS E IMOVEIS	159.763.527,33	64.267.658,83	RESULTADOS ACUMULADOS	992.329.384,87	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-83.436,47	-83.436,47	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	992.329.384,87	0,00
ATIVO REAL	1.114.429.652,46	997.373.817,06	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	106.950.672,36	65.734.574,04
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.114.429.652,46	997.373.817,06
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-1.007.478.980,10	-931.639.243,02
ATIVO COMPENSADO	300.726.690,49	204.335.371,29	PASSIVO COMPENSADO	300.726.690,49	204.335.371,29
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	300.726.690,49	204.335.371,29	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	300.726.690,49	204.335.371,29
GARANTIAS DE VALORES	283.777,71	283.777,71	VALORES EM GARANTIA	283.777,71	283.777,71
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	126.249.047,67	119.432.263,47	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	126.249.047,67	119.432.263,47
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	10.098.576,29	6.245.636,82	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	10.098.576,29	6.245.636,82
OUTRAS COMPENSACOES	164.095.288,82	78.373.693,29	COMPENSACOES DIVERSAS	164.095.288,82	78.373.693,29
ATIVO	1.415.156.342,95	1.201.709.188,35	PASSIVO	1.415.156.342,95	1.201.709.188,35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	170.990.791,46	82.219.542,39	ORCAMENTARIAS	83.005.519,51	29.139.232,19
RECEITAS CORRENTES	435.287,12	607.171,53	DESPESAS CORRENTES	45.223.626,70	7.302.612,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	435.287,12	607.171,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.528,12	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	8.042.979,83	9.480.297,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.193.766,15	7.262.312,71
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.042.979,83	9.480.297,84	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	40.300,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.042.979,83	9.480.297,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	40.300,00
MUTACOES ATIVAS	162.512.524,51	72.132.073,02	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	15.332,43	0,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	87.158.647,18	48.746.539,69	DESPESAS DE CAPITAL	37.781.892,81	21.836.619,48
AQUISICOES DE BENS	87.158.647,18	48.746.539,69	INVESTIMENTOS	13.205.662,47	15.464.218,99
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	75.353.877,33	23.385.533,33	INVERSOES FINANCEIRAS	24.576.230,34	6.372.400,49
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	171.159.101,93	310.194.340,90	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	152.193.701,52	297.540.077,06
INTERFERENCIAS ATIVAS	3.018.991,05	1.134.709,52	INTERFERENCIAS PASSIVAS	4.789.209,44	3.797.954,65
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	2.588.989,62	555.850,52	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	718.051,41	561.786,39
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	430.001,43	578.859,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.635.870,91	2.628.996,73
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	168.140.110,88	309.059.631,38	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	435.287,12	607.171,53
INCORPORACOES DE ATIVOS	162.338.411,54	204.456.579,06	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	147.404.492,08	293.742.122,41
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	6.722.001,76	1.825.049,43	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	108.894.048,72	165.116.225,90
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	40.097,89	5.783,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00	80,20
INCORPORACAO DE DIREITOS	155.576.311,89	202.625.746,63	BAIXA DE BENS MOVEIS	282.072,24	293.965,20
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.801.699,34	104.525.182,42	BAIXA DE DIREITOS	108.611.976,48	164.822.180,50
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	77.869,90	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	31.620,62
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	77.869,90	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	31.620,62
DEFICIT			INCORPORACAO DE PASSIVOS	38.510.443,36	128.594.275,89
			RESULTADO PATRIMONIAL	106.950.672,36	65.734.574,04
			SUPERAVIT	106.950.672,36	65.734.574,04
VARIACOES ATIVAS	342.149.893,39	392.413.883,29	VARIACOES PASSIVAS	342.149.893,39	392.413.883,29



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	85.226.955,14	83.005.519,51	2.221.435,63
					DESPESAS CORRENTES	0,00	45.491.361,63	45.223.626,70	267.734,93
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	14.528,12	14.528,12	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	45.476.833,51	45.209.098,58	267.734,93
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	39.735.593,51	37.781.892,81	1.953.700,70
					INVESTIMENTOS	0,00	13.251.367,17	13.205.662,47	45.704,70
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	26.484.226,34	24.576.230,34	1.907.996,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	85.226.955,14	83.005.519,51	2.221.435,63
TOTAL					TOTAL	0,00	85.226.955,14	83.005.519,51	2.221.435,63
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	83.005.519,51	-83.005.519,51	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	83.005.519,51	-83.005.519,51	TOTAL GERAL	0,00	85.226.955,14	83.005.519,51	2.221.435,63



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-90.461.766,01	-43.618.800,86
			CREDITOS A RECEBER	-90.461.766,01	-43.618.800,86
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-90.461.766,01	-43.618.800,86
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-890.416,40	-3.853.303,35
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-89.571.349,61	-39.765.497,51
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	90.487.697,37	43.539.100,36
			OBRIGACOES A PAGAR	90.471.286,84	43.539.100,36
			FORNECEDORES	14.986.056,17	5.044.432,19
			CONVENIOS A PAGAR	1.200.000,00	1.200.000,00
			TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	13.786.056,17	3.844.432,19
			RESTOS A PAGAR	75.485.230,67	38.494.668,17
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	75.485.230,67	38.494.668,17
			CREDORES DIVERSOS	16.410,53	0,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	16.410,53	0,00
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-25.931,36	79.700,50
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-89.597.280,97	-39.685.797,01
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	89.571.349,61	39.765.497,51
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	89.571.349,61	39.765.497,51
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MÊS
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
15/03/2013	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2012	2011	TÍTULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	0,00	138.882,00	DESPESAS CORRENTES	212.845,76	250.501,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	138.882,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	212.845,76	250.501,00
RECEITAS CAPITAL ENTRE ÓRGÃOS OFSS 2011			OUTRAS DESPESAS	212.845,76	250.501,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	382.229,85	352.687,51	DESPESAS DE CAPITAL	5.927,00	17.423,01
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	19.106,37	0,00	INVESTIMENTOS	5.927,00	17.423,01
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	19.106,37	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	161.686,13	158.597,37
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	363.123,48	352.687,51	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	23.686,13	19.106,37
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	363.123,48	352.687,51	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	23.686,13	19.106,37
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	363.123,48	352.687,51	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	138.000,00	139.491,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	48.339,75	88.559,35	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	138.000,00	609,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	22.972,42	66.006,14	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	38.000,00	609,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	22.972,42	66.006,14	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	100.000,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	23.686,13	19.106,37	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	0,00	138.882,00
VALORES DIFERIDOS	23.686,13	19.106,37	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	50.110,71	153.607,48
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.681,20	3.182,20	VALORES EM CIRCULAÇÃO	29.323,14	22.972,42
RESTOS A PAGAR	1.681,20	3.182,20	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	29.323,14	22.972,42
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	1.681,20	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.106,37	0,00
CANCELADO	1.681,20	1.501,00	VALORES DIFERIDOS	19.106,37	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	0,00	264,64	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.681,20	66.006,14
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	0,00	264,64	FORNECEDORES	0,00	264,64
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	264,64	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	264,64
			RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	1.681,20	65.741,50
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	0,00	64.628,92
			BAIXA DE DIREITOS	0,00	64.628,92
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	64.628,92
INGRESSOS	430.569,60	580.128,86	DISPÊNDIOS	430.569,60	580.128,86



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	29.323,14	22.972,42	PASSIVO FINANCEIRO	23.686,13	20.787,57
CREDITOS EM CIRCULACAO	29.323,14	22.972,42	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	1.681,20
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	29.323,14	22.972,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	49.514.010,82	49.271.635,29	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	1.681,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.784,27	2.775,21	A LIQUIDAR	0,00	1.681,20
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	4.784,27	2.775,21	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	23.686,13	19.106,37
ESTOQUES	4.784,27	2.775,21	VALORES DIFERIDOS	23.686,13	19.106,37
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	PASSIVO NAO FINANCEIRO	0,00	-1.681,20
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	-1.681,20
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	48.425.285,59	48.425.285,59	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
PERMANENTE	1.083.940,96	843.574,49	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	0,00	-1.681,20
IMOBILIZADO	1.083.940,96	843.574,49	PASSIVO REAL	23.686,13	19.106,37
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.084.804,22	844.437,75	PATRIMONIO LIQUIDO	49.519.647,83	49.275.501,34
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-863,26	-863,26	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	49.249.982,49
ATIVO REAL	49.543.333,96	49.294.607,71	PATRIMONIO	0,00	49.249.982,49
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-517,86
			RESULTADOS ACUMULADOS	49.275.501,34	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	49.275.501,34	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	244.146,49	26.036,71
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	49.543.333,96	49.294.607,71
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-49.299.187,47	-49.268.571,00
ATIVO COMPENSADO	25.339,70	6.110,55	PASSIVO COMPENSADO	25.339,70	6.110,55
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.339,70	6.110,55	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.339,70	6.110,55
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	25.339,70	6.110,55	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	25.339,70	6.110,55
ATIVO	49.568.673,66	49.300.718,26	PASSIVO	49.568.673,66	49.300.718,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTÍTULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	93.515,07	226.995,93	ORCAMENTARIAS	242.458,89	287.030,38
RECEITAS CORRENTES	0,00	138.882,00	DESPESAS CORRENTES	212.845,76	250.501,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	138.882,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	212.845,76	250.501,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	19.106,37	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.927,00	17.423,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	19.106,37	0,00	INVESTIMENTOS	5.927,00	17.423,01
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	19.106,37	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	23.686,13	19.106,37
MUTACOES ATIVAS	74.408,70	88.113,93	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	23.686,13	19.106,37
INCORPORACOES DE ATIVOS	74.408,70	88.113,93	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	23.686,13	19.106,37
AQUISICOES DE BENS	74.408,70	88.113,93	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	208.753,85	365.906,71
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	601.844,16	451.977,87	INTERFERENCIAS PASSIVAS	140.600,01	139.491,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	600.162,96	352.687,51	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	2.600,01	0,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	237.039,48	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	138.000,00	609,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	363.123,48	352.687,51	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	0,00	138.882,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.681,20	99.290,36	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	68.153,84	226.415,71
INCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	97.524,72	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	66.472,64	162.010,01
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	0,00	32.895,80	BAIXA DE BENS MOVEIS	66.472,64	97.381,09
INCORPORACAO DE DIREITOS	0,00	64.628,92	BAIXA DE DIREITOS	0,00	64.628,92
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.681,20	1.765,64	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	345,40
DEFICIT			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	345,40
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.681,20	64.060,30
			RESULTADO PATRIMONIAL	244.146,49	26.036,71
			SUPERAVIT	244.146,49	26.036,71
VARIACOES ATIVAS	695.359,23	678.973,80	VARIACOES PASSIVAS	695.359,23	678.973,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	236.992,57	218.772,76	18.219,81
					DESPESAS CORRENTES	0,00	223.012,57	212.845,76	10.166,81
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	223.012,57	212.845,76	10.166,81
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	13.980,00	5.927,00	8.053,00
					INVESTIMENTOS	0,00	13.980,00	5.927,00	8.053,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	236.992,57	218.772,76	18.219,81
TOTAL					TOTAL	0,00	236.992,57	218.772,76	18.219,81
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	218.772,76	-218.772,76	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	218.772,76	-218.772,76	TOTAL GERAL	0,00	236.992,57	218.772,76	18.219,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTÍTULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-29.323,14	-22.972,42
			CREDITOS A RECEBER	-29.323,14	-22.972,42
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-29.323,14	-22.972,42
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-29.323,14	-22.972,42
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	1.681,20
			OBRIGACOES A PAGAR	0,00	1.681,20
			RESTOS A PAGAR	0,00	1.681,20
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	1.681,20
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	23.686,13	19.106,37
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	23.686,13	19.106,37
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	5.637,01	2.184,85
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	29.323,14	21.291,22
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-23.686,13	-19.106,37
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-23.686,13	-19.106,37
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			DESPESAS CORRENTES	42.997,92	61.704,72
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	212.437,66	80.314,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.997,92	61.704,72
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	847,95	847,95	OUTRAS DESPESAS	42.997,92	61.704,72
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	847,95	847,95	DESPESAS DE CAPITAL	7.982,80	7.836,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	211.589,71	79.466,66	INVESTIMENTOS	7.982,80	7.836,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	211.589,71	79.466,66	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	158.186,64	1.847,95
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	211.589,71	79.466,66	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	25.186,64	847,95
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	41.348,05	65.900,59	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	25.186,64	847,95
VALORES EM CIRCULACAO	7.172,94	33.914,09	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	133.000,00	1.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	7.172,94	33.914,09	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	133.000,00	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	25.186,64	847,95	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	133.000,00	1.000,00
VALORES DIFERIDOS	25.186,64	847,95	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	44.618,35	74.826,53
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	7.046,00	25.064,34	VALORES EM CIRCULACAO	31.371,20	7.172,94
FORNECEDORES	1.580,00	580,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	31.371,20	7.172,94
DO EXERCICIO	1.000,00	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	847,95	847,95
DE EXERCICIOS ANTERIORES	580,00	580,00	VALORES DIFERIDOS	847,95	847,95
RESTOS A PAGAR	4.148,78	23.167,12	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.324,99	33.066,14
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.423,02	4.427,77	FORNECEDORES	580,00	580,00
CANCELADO	2.725,76	18.739,35	DE EXERCICIOS ANTERIORES	580,00	580,00
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	4.427,77	31.168,92
OUTROS DEBITOS	317,22	317,22	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.942,47	6.074,21	OUTROS DEBITOS	317,22	317,22
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.942,47	6.074,21	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.074,21	33.739,50
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.942,47	6.074,21	BAIXA DE DIREITOS	6.074,21	33.739,50
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.074,21	33.739,50
INGRESSOS	253.785,71	146.215,20	DISPENDIOS	253.785,71	146.215,20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	31.371,20	7.172,94	PASSIVO FINANCEIRO	29.506,88	7.172,94
CREDITOS EM CIRCULACAO	31.371,20	7.172,94	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.320,24	6.324,99
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	29.428,73	1.098,73	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.897,22	897,22
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.942,47	6.074,21	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.000,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	19.229.423,21	19.140.289,61	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	580,00	580,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.942,47	-6.074,21	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-1.942,47	-6.074,21	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	317,22	317,22
RECURSOS A RECEBER P/PAGO DE RP-RETIFIC	-1.942,47	-6.074,21	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.423,02	4.427,77
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	A LIQUIDAR	1.423,02	4.427,77
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	CREDORES DIVERSOS	1.000,00	1.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.469.575,00	18.469.575,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	25.186,64	847,95
PERMANENTE	761.790,68	676.788,82	VALORES DIFERIDOS	25.186,64	847,95
IMOBILIZADO	761.790,68	676.788,82	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-1.423,02	-4.427,77
BENS MOVEIS E IMOVEIS	765.332,38	680.330,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-1.423,02	-4.427,77
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.541,70	-3.541,70	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO REAL	19.260.794,41	19.147.462,55	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.423,02	-4.427,77
			PASSIVO REAL	28.083,86	2.745,17
			PATRIMONIO LIQUIDO	19.232.710,55	19.144.717,38
			PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	19.163.713,81
			PATRIMONIO	0,00	19.163.713,81
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-1.870,71
			RESULTADOS ACUMULADOS	19.144.717,38	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.144.717,38	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	87.993,17	-17.125,72
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	19.260.794,41	19.147.462,55
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-19.172.801,24	-19.164.588,27
ATIVO COMPENSADO	25.391,99	25.391,99	PASSIVO COMPENSADO	25.391,99	25.391,99
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.391,99	25.391,99	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.391,99	25.391,99
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	25.391,99	25.391,99	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	25.391,99	25.391,99
ATIVO	19.286.186,40	19.172.854,54	PASSIVO	19.286.186,40	19.172.854,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	23.546,84	34.376,45	ORCAMENTARIAS	76.167,36	70.388,67
INTERFERENCIAS ATIVAS	847,95	847,95	DESPESAS CORRENTES	42.997,92	61.704,72
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	847,95	847,95	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.997,92	61.704,72
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	847,95	847,95	DESPESAS DE CAPITAL	7.982,80	7.836,00
MUTACOES ATIVAS	22.698,89	33.528,50	INVESTIMENTOS	7.982,80	7.836,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	21.275,87	29.101,02	INTERFERENCIAS PASSIVAS	25.186,64	847,95
AQUISICOES DE BENS	21.275,87	29.101,02	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	25.186,64	847,95
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.423,02	4.427,48	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	25.186,64	847,95
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	301.345,31	138.019,72	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	160.731,62	119.133,22
INTERFERENCIAS ATIVAS	290.602,87	79.466,66	INTERFERENCIAS PASSIVAS	134.993,30	1.000,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	79.013,16	0,00	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.993,30	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	211.589,71	79.466,66	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	133.000,00	1.000,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	10.742,44	58.553,06	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	25.738,32	118.133,22
INCORPORACOES DE ATIVOS	8.016,68	39.813,71	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	21.310,55	85.547,91
INCORPORACAO DE DIREITOS	8.016,68	39.813,71	BAIXA DE BENS MOVEIS	13.293,87	45.734,20
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.725,76	18.739,35	BAIXA DE DIREITOS	8.016,68	39.813,71
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	17.125,72	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	1.416,68
DEFICIT	0,00	17.125,72	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	1.416,68
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	4.427,77	31.168,63
			RESULTADO PATRIMONIAL	87.993,17	0,00
			SUPERAVIT	87.993,17	0,00
VARIACOES ATIVAS	324.892,15	189.521,89	VARIACOES PASSIVAS	324.892,15	189.521,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	55.560,00	50.980,72	4.579,28
					DESPESAS CORRENTES	0,00	45.760,00	42.997,92	2.762,08
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	45.760,00	42.997,92	2.762,08
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.800,00	7.982,80	1.817,20
					INVESTIMENTOS	0,00	9.800,00	7.982,80	1.817,20
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	55.560,00	50.980,72	4.579,28
TOTAL					TOTAL	0,00	55.560,00	50.980,72	4.579,28
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	50.980,72	-50.980,72	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	50.980,72	-50.980,72	TOTAL GERAL	0,00	55.560,00	50.980,72	4.579,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANCADE DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-31.371,20	-7.172,94
			CREDITOS A RECEBER	-31.371,20	-7.172,94
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-31.371,20	-7.172,94
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-29.428,73	-1.098,73
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-1.942,47	-6.074,21
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.320,24	6.324,99
			OBRIGACOES A PAGAR	3.003,02	5.007,77
			FORNECEDORES	1.580,00	580,00
			DO EXERCICIO	1.000,00	0,00
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	580,00	580,00
			RESTOS A PAGAR	1.423,02	4.427,77
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.423,02	4.427,77
			CREDORES DIVERSOS	1.317,22	1.317,22
			EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	317,22	317,22
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	25.186,64	847,95
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	25.186,64	847,95
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	1.864,32	0,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	25.108,49	-5.226,26
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	1.942,47	6.074,21
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	1.942,47	6.074,21
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-25.186,64	-847,95
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-25.186,64	-847,95
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			DESPESAS CORRENTES	289.826,99	391.989,54
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	623.448,36	703.066,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	289.826,99	391.989,54
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	129.551,78	0,00	OUTRAS DESPESAS	289.826,99	391.989,54
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	129.551,78	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	102.478,55	54.187,20
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	493.896,58	703.066,00	INVESTIMENTOS	102.478,55	54.187,20
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	493.896,58	703.066,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	311.661,19	129.551,78
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	493.896,58	703.066,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	203.659,76	129.551,78
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	534.950,14	310.797,49	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	203.659,76	129.551,78
VALORES EM CIRCULACAO	167.950,81	135.884,23	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	108.001,43	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	167.950,81	135.884,23	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	108.001,43	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	203.659,76	129.551,78	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	108.001,43	0,00
VALORES DIFERIDOS	203.659,76	129.551,78	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	454.431,77	438.134,97
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	79.016,09	41.229,73	VALORES EM CIRCULACAO	287.849,36	167.950,81
FORNECEDORES	101,32	101,32	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	287.849,36	167.950,81
DO EXERCICIO	0,00	101,32	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	129.551,78	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	101,32	0,00	VALORES DIFERIDOS	129.551,78	0,00
RESTOS A PAGAR	77.562,16	39.775,80	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	37.030,63	135.884,23
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	77.562,16	35.576,70	FORNECEDORES	101,32	4.131,75
CANCELADO	0,00	4.199,10	DE EXERCICIOS ANTERIORES	101,32	4.131,75
OUTROS DEBITOS	1.352,61	1.352,61	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	35.576,70	130.399,87
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	84.323,48	4.131,75	OUTROS DEBITOS	1.352,61	1.352,61
INCORPORACAO DE DIREITOS	84.323,48	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	0,00	134.299,93
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	84.323,48	0,00	BAIXA DE DIREITOS	0,00	134.299,93
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	4.131,75	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	134.299,93
EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	4.131,75			
INGRESSOS	1.158.398,50	1.013.863,49	DISPENDIOS	1.158.398,50	1.013.863,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	287.849,36	167.950,81	PASSIVO FINANCEIRO	282.675,85	166.582,41
CREDITOS EM CIRCULACAO	287.849,36	167.950,81	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	79.016,09	37.030,63
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	203.525,88	167.950,81	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.453,93	1.453,93
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	84.323,48	0,00	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	101,32
ATIVO NAO FINANCEIRO	48.394.491,84	48.183.853,47	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	101,32	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-84.323,48	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-84.323,48	0,00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.352,61	1.352,61
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-84.323,48	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	77.562,16	35.576,70
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	A LIQUIDAR	77.562,16	35.576,70
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	203.659,76	129.551,78
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	47.156.950,51	47.156.950,51	VALORES DIFERIDOS	203.659,76	129.551,78
PERMANENTE	1.321.864,81	1.026.902,96	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-77.562,16	-35.576,70
IMOBILIZADO	1.321.864,81	1.026.902,96	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-77.562,16	-35.576,70
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.324.901,04	1.029.939,19	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.036,23	-3.036,23	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-77.562,16	-35.576,70
ATIVO REAL	48.682.341,20	48.351.804,28	PASSIVO REAL	205.113,69	131.005,71
			PATRIMONIO LIQUIDO	48.477.227,51	48.220.798,57
			PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	48.152.787,14
			PATRIMONIO	0,00	48.152.787,14
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-1.825,77
			RESULTADOS ACUMULADOS	48.220.798,57	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	48.220.798,57	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	256.428,94	69.837,20
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	48.682.341,20	48.351.804,28
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-48.425.912,26	-48.281.967,08
ATIVO	48.682.341,20	48.351.804,28	PASSIVO	48.682.341,20	48.351.804,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	357.069,61	210.043,39	ORCAMENTARIAS	595.965,30	575.728,52
INTERFERENCIAS ATIVAS	129.551,78	0,00	DESPESAS CORRENTES	289.826,99	391.989,54
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	129.551,78	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	289.826,99	391.989,54
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	129.551,78	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	102.478,55	54.187,20
MUTACOES ATIVAS	227.517,83	210.043,39	INVESTIMENTOS	102.478,55	54.187,20
INCORPORACOES DE ATIVOS	161.352,67	174.466,69	INTERFERENCIAS PASSIVAS	203.659,76	129.551,78
AQUISICOES DE BENS	161.352,67	174.466,69	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	203.659,76	129.551,78
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	66.165,16	35.576,70	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	203.659,76	129.551,78
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	839.439,24	845.891,78	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	344.114,61	410.369,45
INTERFERENCIAS ATIVAS	730.936,06	703.066,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	111.237,76	0,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	237.039,48	0,00	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	3.236,33	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	493.896,58	703.066,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	108.001,43	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	108.503,18	142.825,78	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	232.876,85	410.369,45
INCORPORACOES DE ATIVOS	108.503,18	134.494,93	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	208.697,15	278.759,12
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	24.179,70	195,00	BAIXA DE BENS MOVEIS	124.373,67	144.459,19
INCORPORACAO DE DIREITOS	84.323,48	134.299,93	BAIXA DE DIREITOS	84.323,48	134.299,93
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	8.330,85	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	1.210,46
DEFICIT			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	1.210,46
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	24.179,70	130.399,87
			RESULTADO PATRIMONIAL	256.428,94	69.837,20
			SUPERAVIT	256.428,94	69.837,20
VARIACOES ATIVAS	1.196.508,85	1.055.935,17	VARIACOES PASSIVAS	1.196.508,85	1.055.935,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	396.703,40	392.305,54	4.397,86
					DESPESAS CORRENTES	0,00	294.203,40	289.826,99	4.376,41
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	294.203,40	289.826,99	4.376,41
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	102.500,00	102.478,55	21,45
					INVESTIMENTOS	0,00	102.500,00	102.478,55	21,45
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	396.703,40	392.305,54	4.397,86
TOTAL					TOTAL	0,00	396.703,40	392.305,54	4.397,86
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	392.305,54	-392.305,54	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	392.305,54	-392.305,54	TOTAL GERAL	0,00	396.703,40	392.305,54	4.397,86



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-287.849,36	-167.950,81
			CREDITOS A RECEBER	-287.849,36	-167.950,81
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-287.849,36	-167.950,81
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-203.525,88	-167.950,81
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-84.323,48	0,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	79.016,09	37.030,63
			OBRIGACOES A PAGAR	77.663,48	35.678,02
			FORNECEDORES	101,32	101,32
			DO EXERCICIO	0,00	101,32
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	101,32	0,00
			RESTOS A PAGAR	77.562,16	35.576,70
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	77.562,16	35.576,70
			CREDORES DIVERSOS	1.352,61	1.352,61
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.352,61	1.352,61
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	203.659,76	129.551,78
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	203.659,76	129.551,78
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	5.173,51	1.368,40
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	124.509,79	130.920,18
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	84.323,48	0,00
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	84.323,48	0,00
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-203.659,76	-129.551,78
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-203.659,76	-129.551,78
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			DESPESAS CORRENTES	138.028,79	130.524,62
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	228.450,92	148.761,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	138.028,79	130.524,62
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	26.650,84	2.068,83	OUTRAS DESPESAS	138.028,79	130.524,62
SUB-REPASSE RECEBIDO	24.000,00	101,36	DESPESAS DE CAPITAL	7.965,00	15.856,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	24.000,00	101,36	INVESTIMENTOS	7.965,00	15.856,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.650,84	1.967,47	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	86.553,31	2.900,84
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	201.800,08	146.693,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	3.553,31	2.650,84
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	201.800,08	146.693,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.553,31	2.650,84
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	201.800,08	146.693,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	83.000,00	250,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	41.493,35	32.715,81	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	83.000,00	250,00
VALORES EM CIRCULACAO	22.532,80	6.075,24	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	83.000,00	250,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	22.532,80	6.075,24	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	37.397,17	32.196,18
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.553,31	2.650,84	VALORES EM CIRCULACAO	14.864,37	22.532,80
VALORES DIFERIDOS	3.553,31	2.650,84	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	14.864,37	22.532,80
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.581,88	23.989,73	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.650,84	1.967,47
FORNECEDORES	299,73	299,73	VALORES DIFERIDOS	2.650,84	1.967,47
DO EXERCICIO	0,00	299,73	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	19.881,96	4.107,77
DE EXERCICIOS ANTERIORES	299,73	0,00	FORNECEDORES	299,73	0,00
RESTOS A PAGAR	11.282,15	23.690,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	299,73	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	11.282,15	19.582,23	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	19.582,23	4.107,77
CANCELADO	0,00	4.107,77	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	0,00	3.588,14
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	3.825,36	0,00	BAIXA DE DIREITOS	0,00	3.588,14
INCORPORACAO DE DIREITOS	3.825,36	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	3.588,14
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.825,36	0,00			
INGRESSOS	269.944,27	181.477,64	DISPENDIOS	269.944,27	181.477,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	14.864,37	22.532,80	PASSIVO FINANCEIRO	15.135,19	22.532,80
CREDITOS EM CIRCULACAO	14.864,37	22.532,80	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.581,88	19.881,96
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	11.039,01	22.532,80	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	299,73	299,73
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	3.825,36	0,00	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	299,73
ATIVO NAO FINANCEIRO	7.589.739,38	7.422.487,00	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	299,73	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	9.223,64	6.647,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.825,36	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	11.282,15	19.582,23
RECURSOS A RECEBER P/PAGO DE RP-RETIFIC	-3.825,36	0,00	A LIQUIDAR	11.282,15	19.582,23
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	13.049,00	6.647,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.553,31	2.650,84
ESTOQUES	13.049,00	6.647,00	VALORES DIFERIDOS	3.553,31	2.650,84
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-11.282,15	-19.582,23
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-11.282,15	-19.582,23
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.816.000,00	6.816.000,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
PERMANENTE	764.515,74	599.840,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-11.282,15	-19.582,23
IMOBILIZADO	764.515,74	599.840,00	PASSIVO REAL	3.853,04	2.950,57
BENS MOVEIS E IMOVEIS	768.124,34	603.448,60	PATRIMONIO LIQUIDO	7.600.750,71	7.442.069,23
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.608,60	-3.608,60	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	7.410.759,23
ATIVO REAL	7.604.603,75	7.445.019,80	PATRIMONIO	0,00	7.410.759,23
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-2.165,16
			RESULTADOS ACUMULADOS	7.442.069,23	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.442.069,23	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	158.681,48	33.475,16
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	7.604.603,75	7.445.019,80
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-7.445.922,27	-7.411.544,64
ATIVO COMPENSADO	8.196,98	15.179,80	PASSIVO COMPENSADO	8.196,98	15.179,80
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	8.196,98	15.179,80	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	8.196,98	15.179,80
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	8.196,98	15.179,80	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	8.196,98	15.179,80
ATIVO	7.612.800,73	7.460.199,60	PASSIVO	7.612.800,73	7.460.199,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	102.167,76	88.736,16	ORCAMENTARIAS	149.547,10	149.031,46
INTERFERENCIAS ATIVAS	26.650,84	2.068,83	DESPESAS CORRENTES	138.028,79	130.524,62
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	26.650,84	2.068,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	138.028,79	130.524,62
SUB-REPASSE RECEBIDO	24.000,00	101,36	DESPESAS DE CAPITAL	7.965,00	15.856,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.650,84	1.967,47	INVESTIMENTOS	7.965,00	15.856,00
MUTACOES ATIVAS	75.516,92	86.667,33	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.553,31	2.650,84
INCORPORACOES DE ATIVOS	70.290,72	67.085,10	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.553,31	2.650,84
AQUISICOES DE BENS	70.290,72	67.085,10	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.553,31	2.650,84
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.226,20	19.582,23	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	160.949,91	61.019,49
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	367.010,73	154.789,95	INTERFERENCIAS PASSIVAS	83.000,00	250,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	363.185,37	146.693,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	83.000,00	250,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	161.385,29	0,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	77.949,91	60.769,49
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	201.800,08	146.693,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	64.423,63	55.218,28
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.825,36	8.096,95	BAIXA DE BENS MOVEIS	60.598,27	51.229,10
INCORPORACOES DE ATIVOS	3.825,36	3.989,18	BAIXA DE DIREITOS	3.825,36	3.989,18
INCORPORACAO DE DIREITOS	3.825,36	3.989,18	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	1.443,44
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	4.107,77	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	1.443,44
DEFICIT			INCORPORACAO DE PASSIVOS	13.526,28	4.107,77
			RESULTADO PATRIMONIAL	158.681,48	33.475,16
			SUPERAVIT	158.681,48	33.475,16
VARIACOES ATIVAS	469.178,49	243.526,11	VARIACOES PASSIVAS	469.178,49	243.526,11



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	147.015,00	145.993,79	1.021,21
					DESPESAS CORRENTES	0,00	139.050,00	138.028,79	1.021,21
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	139.050,00	138.028,79	1.021,21
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	7.965,00	7.965,00	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	7.965,00	7.965,00	0,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	147.015,00	145.993,79	1.021,21
TOTAL					TOTAL	0,00	147.015,00	145.993,79	1.021,21
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	145.993,79	-145.993,79	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	145.993,79	-145.993,79	TOTAL GERAL	0,00	147.015,00	145.993,79	1.021,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2012	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/03/2013	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-14.864,37	-22.532,80
			CREDITOS A RECEBER	-14.864,37	-22.532,80
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-14.864,37	-22.532,80
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-11.039,01	-22.532,80
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-3.825,36	0,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.581,88	19.881,96
			OBRIGACOES A PAGAR	11.581,88	19.881,96
			FORNECEDORES	299,73	299,73
			DO EXERCICIO	0,00	299,73
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	299,73	0,00
			RESTOS A PAGAR	11.282,15	19.582,23
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	11.282,15	19.582,23
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	3.553,31	2.650,84
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	3.553,31	2.650,84
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-270,82	0,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-542,87	2.650,84
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	3.825,36	0,00
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	3.825,36	0,00
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-3.553,31	-2.650,84
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-3.553,31	-2.650,84
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00

11.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei n.º 6.404/1976

Conteúdo *não cobrado* da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU n.º 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5 Composição acionária das empresas estatais

Conteúdo *não cobrado* da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU n.º 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Este item *não se aplica* à Unidade Jurisdicionada.

12 Outras informações sobre a gestão

Vale destacar as ações implementadas através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR do MDA, executado pelo Incra na região, em parceria com órgãos dos Governos Federal, Estadual e municipais e a sociedade civil organizada, que, fazendo parte de um conjunto de atividades buscam promover a igualdade de direitos para as trabalhadoras rurais, garantindo o acesso à documentação civil e trabalhista de forma gratuita, dentre outros serviços próximo de suas moradias. Através dos Mutirões da Cidadania, a SR contabilizou em 2012 a emissão de 5.081 documentos e o atendimento de 2.957 pessoas.

No sentido de prevenir e controlar possíveis situações de conflitos relativos às famílias acampadas, por meio de ações de assistência social e de resgate da cidadania, foram destinados fornecimentos de cestas básicas de suprimento alimentar. Ao longo do exercício, foram atendidas com distribuição de cestas de alimentos cerca de 12.808 famílias acampadas, e com outras formas de atendimento 2.777 famílias, totalizando 15.585 famílias assistidas no âmbito da SR. Com a finalidade de promover atividades de mediação de conflitos, de prevenção de tensão social e violência no campo e outros trabalhos envolvendo a segurança e garantia da ordem pública no meio rural, entre eles o combate ao tráfico e consumo de entorpecentes, combate a crimes ambiental e fundiário, ação de desarmamento e trabalho de orientação e conscientização junto aos trabalhadores rurais na sua área de atuação, a Ouvidoria Agrária Regional, desencadeou várias operações contando com o apoio de policiais da Delegacia Especializada de Conflitos Agrários (Deca) de Marabá e Redenção (PA), dentro de um planejamento tático operacional.

No início do ano, a Superintendência teve participação no Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra, coordenado pelo Incra/DE em Brasília (DF), onde foram pactuadas as metas físicas e orçamentárias para o exercício de 2012.

É importante citar a participação da SR nas videoconferências de temas que foram tratados como: dos assentamentos do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM; Execução Orçamentária do Plano de Compromissos dos Programas e Ações do Incra para 2012; Implantação da Lei de Acesso à Informação e Proposta de Indicadores e Metas para Avaliação do Desempenho Institucional.

Neste exercício, a Superintendência foi convocada para participar em Belém (PA), da elaboração do Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal – PPCADI, que tem como escopo a execução integrada de ações do MDA/Incra com ações e atividades de instituições parceiras, públicas e privadas, e com os movimentos sociais do campo, visando a prevenção e combate ao desmatamento ilegal em assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal, por meio da valorização de ativos ambientais e de incentivos às atividades produtivas sustentáveis, da recuperação de passivos ambientais, particularmente das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, da geração de renda e segurança alimentar, e da regularização e do monitoramento e controle ambiental das áreas dos assentamentos.

O Comitê de Decisão Regional – CDR, constituído e organizado na forma do disposto no art. 7º da Estrutura Regimental do Incra, é composto pelo Superintendente Regional, que o coordenará, pelos Chefes de Divisão e pelo Procurador da respectiva Procuradoria Regional, competem dentre outras atribuições, aprovar procedimentos, atos normativos e operacionais, dentro de sua alçada de decisão. Em reuniões do colegiado no exercício de 2012, foram apreciadas e deliberadas, várias matérias levadas a pauta principalmente no que se referem à apresentação de processos com propostas de obtenção de imóveis rurais de interesse social para atender o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, assim como requerimentos com propostas de acordo judicial em ação de desapropriação de imóveis rurais; propostas de arquivamento de processos que perderam o feito do objeto original; aprovação da pauta de valores referenciais de titulação em áreas de assentamento rural nas microrregiões de Parauapebas e São Félix do Xingu (PA); homologação do resultado final das avaliações de desempenho

de servidores para fins de concessão da Gratificação de Desempenho da Atividade de Reforma Agrária – Gdara e da Gratificação de Desempenho da Atividade de Perito Federal Agrário – Gdapa; e elaboração pela Câmara Técnica de Agronomia da Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais – PPR 2012, atualizada por microrregião.

Dentro do processo de sustentabilidade do sistema de tecnologia e gestão da informação (TI) local, foi firmado contrato com a empresa Fastcom Equipamentos e Serviços de Telecomunicação Ltda., tendo por objeto o fornecimento de uma solução de Estruturação de Rede de Dados e Rede Elétrica Estabilizada por unidade de área de trabalho na sede da SR em Marabá (PA), no sentido de oferecer melhores condições de trabalho aos usuários que utilizam a rede de computadores.

Neste exercício a Superintendência foi convocada para participar em Belém (PA), da elaboração do Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal – PPCADI, que tem como escopo a execução integrada de ações do MDA/Incrá com ações e atividades de instituições parceiras, públicas e privadas, e com os movimentos sociais do campo, visando a prevenção e combate ao desmatamento ilegal em assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal, por meio da valorização de ativos ambientais e de incentivos às atividades produtivas sustentáveis, da recuperação de passivos ambientais, particularmente das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, da geração de renda e segurança alimentar, e da regularização e do monitoramento e controle ambiental das áreas dos assentamentos.

Está sendo estudado pelo Governo Federal um extenso projeto de reforma na estrutura do Incra, tendo como uma das principais características da mudança, a descentralização de atividades inerentes ao órgão. As Prefeituras Municipais estariam sendo mobilizadas para cuidarem dos assentamentos federais em seus territórios. Também há uma proposição de transferência para outras instituições públicas as tarefas de construir casas e levar água e energia elétrica às famílias assentadas. A partir de 2013, o Programa Minha Casa, Minha Vida, gerido pelo Ministério das Cidades, passaria a ser operado dentro dos assentamentos com um volume significativo de Crédito Instalação.

Dentro do aspecto de concessão e destinação de imóveis rurais, a Autarquia pretende trabalhar com uma nova mentalidade, titulando os assentados da Reforma Agrária, ratificando os títulos de propriedades localizados nas faixas de fronteiras e regularizando os imóveis localizados às margens das rodovias federais, além de simplificar os procedimentos de certificação do georreferenciamento dos imóveis. Para facilitar e dinamizar esses procedimentos, está sendo implantado o Sigef – ferramenta eletrônica criada para enviar, recepcionar, validar, organizar e disponibilizar dados georreferenciados de imóveis rurais. O novo sistema de grande utilidade na área fundiária, é capaz de analisar sobreposição com o cadastro georreferenciado do Incra e gerar planta e memorial descritivo de forma automática, como também está preparado para acesso dos cartórios de registro de imóveis, que poderão acessar o sistema e informar os dados de domínio do imóvel.

Há um plano estratégico no sentido de se concentrar esforços para melhoria da qualidade de vida dos assentados por meio do aumento da renda proveniente da produção rural, reforçando o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural nas áreas dos Projetos de Assentamento.

Neste exercício, a Superintendência foi convocada para participar em Belém (PA), da elaboração do Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal – PPCADI, que tem como escopo a execução integrada de ações do MDA/Incrá com ações e atividades de instituições parceiras, públicas e privadas, e com os movimentos sociais do campo, visando a prevenção e combate ao desmatamento ilegal em assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal, por meio da valorização de ativos ambientais e de incentivos às atividades produtivas sustentáveis, da recuperação de passivos ambientais, particularmente das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, da geração de renda e segurança alimentar, e da regularização e do monitoramento e controle ambiental das áreas dos assentamentos.

**PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE
JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

**13 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação
cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha
(Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis**

Não houve um cronograma de levantamento cartorial de imóveis acima de 10.000,0000 ha, pois o Setor de Fiscalização desta SR conta apenas com 1 fiscal trabalhando em horário parcial. Diante disto, o número de processo de fiscalização aberto no exercício foi baixo, não sendo identificado nenhum imóvel com matrículas canceladas ou irregulares que poderia levar ao cancelamento do CCIR.

14 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação

Conforme foi relatado anteriormente, o Governo Federal pretende a partir do próximo exercício, proporcionar algumas mudanças na estrutura gerencial do Incra, transferindo para instituições públicas tarefas inerentes ao órgão, e que na nova visão se traduz em melhorar a situação dos assentados, onde as comunidades rurais passariam a viver com qualidade de vida, produção e preservação do meio ambiente. Dentro deste contexto, o Incra reduziria o número de desapropriações e trataria mais da qualificação dos assentamentos, o que de certa forma, poderia contrariar os movimentos sociais dado o alto índice de famílias acampadas na região.

Dentre as possíveis dificuldades ou entraves que podem ocorrer e as providências mitigadoras na solução das questões apresentadas, destacamos abaixo:

- O desequilíbrio entre recursos orçamentários e financeiros tem causado transtornos de ordem administrativa e gerencial, refletindo negativamente na execução de qualquer planejamento estratégico, e com isso gerando efeitos contraditórios sobre a imagem da instituição perante a sociedade. A existência de um elevado montante de recursos inscritos em Restos a Pagar, cria um certo desconforto e provoca forte pressão social, já que o orçamento de um ano só consegue ser executado no outro, e ainda chega a comprometer o exercício financeiro seguinte. Nesse caso, as medidas mitigadoras fogem completamente à governabilidade do MDA/Incra, vez que a competência recai sobre os Ministérios do Planejamento e Fazenda;
- Que o órgão promova a descentralização antecipada dos recursos orçamentários aprovados, a fim de assegurar a elaboração dos projetos básicos de infraestrutura viária, assistência técnica, demarcação topográfica e outras ações finalísticas propostas nos objetivos estratégicos da SR;
- Corte no orçamento aprovado e contingenciamentos de créditos orçamentários podem interferir na execução dos programas/ações de interesse da Reforma Agrária;
- Intensificar operações conjuntas no sentido de mediar possíveis incidências de conflitos agrários, articulando com os movimentos sociais e lideranças de acampamentos instalados nas adjacências de propriedades rurais da região;
- Como já vem sendo reprisado em ano anterior, o fluxo de saída de servidores da SR é muito grande e vem prejudicando o desenvolvimento dos trabalhos e o cumprimento das metas institucionais e, por conseguinte, afetando o atendimento da clientela rural que fica à mercê da presença do órgão em sua localidade. O incentivo salarial, melhorias nas condições de trabalho e a nomeação dos servidores aprovados em concurso público, poderiam amenizar a situação, observada a premente necessidade e carência da Regional;
- A reestruturação organizacional e regimental passa por uma necessidade evolutiva da Autarquia, já que algumas ações encontram-se fragmentadas no seu ciclo de execução, e precisariam ser melhor delineadas em bases sólidas nos aspectos qualitativos e quantitativos num programa de reforma agrária ideal para o País;
- Adotar medidas restritivas de moralização nos assentamentos através da regularização de lotes irregularmente ocupados por não clientes da Reforma Agrária, através de um plano de monitoramento e supervisão ocupacional;
- Erradicação dos índices de pobreza no meio rural até 2014;
- Fazer gestão no sentido de sensibilizar o órgão ambiental do Estado a adotar medidas que visem a aceleração e simplificação dos fluxos e procedimentos necessários para se obter o licen-

ciamento ambiental dos projetos de assentamento da SR. Emissão das Licenças Prévia (LP) e Licenças de Instalação e Operação (LIO) de PAs;

- Atualização da tabela dos índices de produtividade rural;
- Elaborar um plano de ação para a consolidação dos assentamentos e negociar com os movimentos sociais e órgãos supervisores a metodologia a ser adotada na avaliação do estado de desenvolvimento dos assentamentos e das famílias;
- Aprimorar o planejamento dos projetos de assentamento, principalmente quanto à infraestrutura e assistência técnica, assim como as ações de cidadania e outras consideradas como temas de maior relevância nos objetivos estratégicos da SR;
- Propiciar o lançamento de novas Chamadas Públicas de Ater, com o objetivo de promover a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência técnica, social e ambiental nos assentamentos, dando continuidade ao que já vem sendo desenvolvido neste exercício;
- Proporcionar o fortalecimento de parcerias com as Universidades Federais, Instituto Tecnológico Federal e Embrapa, para difusão de tecnologias sociais e de produção, com foco na agricultura familiar e agroecologia; e
- Que o órgão central promova a descentralização de recursos orçamentários a fim de assegurar a elaboração dos projetos básicos para contratação dos serviços de infraestrutura viária, assistência técnica, demarcação topográfica e outras ações finalísticas propostas nos objetivos estratégicos da SR.

ANEXOS

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – Incra/SR(27)									
CNPJ: 00.375.972/0081-45					UG/Gestão: 133080/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	n.º do instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	653045	PM Eldorado dos Carajás	4.210.526,31	210.526,31	—	2.800.000,00	30/12/2008	25/04/2012	1
1	704742/2009	PM Parauapebas	1.294.775,84	294.775,84	—	1.000.000,00	30/10/2009	27/02/2012	1
1	704743/2009	PM São Félix do Xingu	2.758.388,95	137.919,45	—	1.635.107,65	31/12/2009	14/02/2013	1
1	704739/2009	PM Tucumã	1.641.375,54	82.068,78	—	1.559.306,76	30/10/2009	15/08/2012	1
1	705720/2009	PM Parauapebas	1.493.487,80	493.487,80	300.000,00	1.000.000,00	30/10/2009	22/03/2013	1
1	708950/2009	PM Floresta do Araguaia	789.473,68	39.473,68	225.000,00	525.000,00	30/12/2009	15/05/2013	1
1	709222/2009	PM Água Azul do Norte	1.219.568,56	60.978,43	—	1.158.590,13	24/12/2009	03/02/2012	1
1	708918/2009	PM Bannach	736.842,10	36.842,10	—	490.000,00	30/12/2009	15/04/2013	1
1	737506/2010	PM Santa Maria das Barreiras	1.147.099,73	45.883,99	682.264,47	1.101.215,74	27/12/2010	15/03/2013	1
1	753679/2010	PM Itupiranga	2.103.363,88	103.363,88	666.666,67	666.666,67	30/12/2010	22/06/2013	1
1	752292/2010	PM São Félix do Xingu	3.175.911,04	175.911,04	—	1.138.190,67	29/12/2010	21/04/2013	1
1	737585/2010	PM São Félix do Xingu	760.703,35	60.856,26	229.865,88	359.731,76	30/12/2010	16/06/2013	1
1	737594/2010	PM Tucumã	704.304,22	28.172,16	61.178,92	61.178,92	30/12/2010	16/06/2013	1
1	743948/2010	PM Tucumã	1.045.524,80	41.820,98	401.481,53	401.481,53	30/12/2010	16/06/2013	1
1	737592/2010	PM Brejo Grande do Araguaia	520.833,33	20.833,33	250.000,00	250.000,00	30/12/2010	24/03/2013	1
1	737685/2010	PM São Domingos do Araguaia	625.000,00	25.000,00	400.000,00	600.000,00	30/12/2010	16/02/2013	1
1	740300/2010	PM Rio Maria	1.020.892,09	20.892,09	325.643,36	1.000.000,00	30/12/2010	18/12/2012	1
1	737617/2010	PM Eldorado dos Carajás	515.533,85	15.533,85	—	—	24/12/2010	24/08/2012	1
1	737689/2010	PM Eldorado dos Carajás	515.016,61	15.016,61	300.000,00	500.000,00	21/12/2010	11/04/2013	1
1	737589/2010	PM Cumaru do Norte	1.184.380,21	47.380,21	687.311,63	1.137.000,00	30/12/2010	16/02/2013	1

Modalidade	n.º do instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	741485/2010	PM São Geraldo do Araguaia	739.198,21	29.567,93	—	—	30/12/2010	24/03/2013	1
1	743940/2010	PM Floresta do Araguaia	781.584,37	31.263,37	—	—	30/12/2010	16/06/2013	1
1	737590/2010	PM Pau D'Arco	616.906,61	24.676,26	177.669,10	414.561,25	30/12/2010	16/06/2013	1
1	737586/2010	PM São João do Araguaia	520.833,33	20.833,33	—	—	30/12/2010	19/03/2013	1
1	759392/2011	PM Santa Maria das Barreiras	1.046.355,23	41.855,23	653.423,33	653.423,33	29/12/2011	21/06/2013	1
1	759390/2011	PM Ourilândia do Norte	666.409,10	13.328,18	653.080,92	653.080,92	29/12/2011	22/06/2013	1
1	760441/2011	PM Rio Maria	443.008,92	8.860,18	434.148,74	434.148,74	30/12/2011	22/06/2013	1
1	764818/2011	PM Eldorado dos Carajás	2.045.506,98	45.506,98	2.000.000,00	2.000.000,00	29/12/2011	22/06/2013	1
1	760481/2011	PM Marabá	3.142.400,00	251.392,00	1.156.403,20	1.156.403,20	29/12/2011	17/01/2014	1
1	761597/2011	PM Marabá	3.224.233,76	251.392,00	1.189.136,66	1.189.136,66	29/12/2011	18/01/2014	1
1	760460/2011	PM Bannach	798.436,31	15.968,73	524.009,15	524.009,15	29/12/2011	18/01/2014	1
1	761743/2011	PM Novo Repartimento	4.907.151,66	196.791,66	3.280.067,89	3.280.067,89	29/12/2011	23/03/2013	1
1	769851/2012	PM Santa Maria das Barreiras	1.040.579,74	40.579,74	—	—	21/12/2012	18/06/2013	1
1	769861/2012	PM Itupiranga	3.749.437,36	249.437,36	—	—	07/12/2012	01/12/2013	1
1	775592/2012	PM Rio Maria	986.891,01	20.140,63	—	—	31/12/2012	28/06/2013	1
1	775597/2012	PM Santa Maria das Barreiras	1.269.027,00	50.761,08	—	—	20/12/2012	18/06/2013	1
1	775593/2012	PM Santa Maria das Barreiras	2.301.285,29	92.051,21	—	—	21/12/2012	19/06/2013	1
1	776496/2012	PM Rio Maria	2.939.085,51	60.079,40	—	—	31/12/2012	28/06/2013	1
1	777134/2012	PM Santa Maria das Barreiras	520.833,34	20.833,34	—	—	21/12/2012	19/06/2013	1

LEGENDA

Modalidade

- 1 – Convênio;
- 2 – Contrato de Repasse;
- 3 – Termo de Cooperação;
- 4 – Termo de Compromisso.

Situação da transferência

- 1 – Adimplente;
- 2 – Inadimplente;
- 3 – Inadimplência Suspensa;
- 4 – Concluído;

- 5 – Excluído;
- 6 – Rescindido;
- 7 – Arquivado.

Fonte: Siafi e Siconv.